

# Contabilidade Pública



## Lista de Exercícios (**Gabaritados**) **FGV**

**Professor:  
Marcel Guimarães**

**Brasília, MAIO de 2023  
Última atualização: 30/05/2023**

# Sumário

1. CONTABILIDADE PÚBLICA: CAMPO DE APLICAÇÃO, OBJETO E OBJETIVOS.....	3
2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	11
3. BALANÇO FINANCEIRO .....	29
4. BALANÇO PATRIMONIAL.....	36
5. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS.....	47
6. DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP .....	60
7. TÍTULO IX DA LEI N.º 4.320/64 .....	67
8. GESTÃO ORGANIZACIONAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL: PAPÉIS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL E DOS ÓRGÃOS SETORIAIS DE CONTABILIDADE CONSTANTES DA LEI N.º 10.180/2001.....	68
9. SIAFI, SIDOR E SIOP.....	71
10. PLANO DE CONTAS .....	73
11. SISTEMAS DE CONTAS.....	89
12. LANÇAMENTOS CONTÁBEIS DE OPERAÇÕES TÍPICAS .....	90
13. AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS .....	102
14. AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE PASSIVOS .....	133
15. NBCT SP ESTRUTURA CONCEITUAL.....	141
16. DFC, DMPL E NOTAS EXPLICATIVAS .....	158
17. NBCTS E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS.....	167
18. SISTEMA DE CUSTOS.....	182
19. MCASP – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS .....	190
20. LRF – Demonstrativos Fiscais (RREO e RGF) .....	193
21. Tratamento Contábil de Impostos.....	209

# 1. CONTABILIDADE PÚBLICA: CAMPO DE APLICAÇÃO, OBJETO E OBJETIVOS

## FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

43

Uma entidade pública contratou uma consultoria para avaliar a aderência dos seus procedimentos contábeis no contexto da convergência às normas internacionais aplicadas ao setor público. Ao avaliar as demonstrações contábeis emitidas pela entidade, à luz da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a consultoria verificou a inclusão de demonstrações e informações adicionais às exigidas na referida norma, a exemplo:

- (A) da demonstração do resultado;
- (B) da demonstração dos fluxos de caixa;
- (C) de informação comparativa com o período anterior;
- (D) de notas explicativas acerca das políticas contábeis;
- (E) do balanço financeiro.

LETRA E

## FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental

63

No contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dispõe sobre orientações para reconhecimento de elementos patrimoniais e de resultado, com reflexo nas demonstrações contábeis.

Conforme tais orientações, em consonância com a natureza da informação patrimonial, uma despesa deve ser reconhecida:

- (A) quando da ocorrência do seu fato gerador;
- (B) quando cumprir as etapas da execução orçamentária;
- (C) quando for autorizada pelo ordenador de despesa;
- (D) se houver uma contrapartida em termos de receita gerada;
- (E) se a execução orçamentária tiver a devida cobertura financeira.

LETRA A

## FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis

53

No processo de adaptação aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público foi necessário que as entidades adotassem uma lógica adicional além da ênfase no controle orçamentário, baseado na Lei nº 4.320/1964.

Nesse contexto, na elaboração das suas demonstrações contábeis, as entidades públicas devem considerar que:

- (A) as origens das alterações patrimoniais devem ser registradas conforme as etapas da receita e despesa;
- (B) o regime de caixa permanece integralmente aplicado no registro das receitas;
- (C) o regime de competência será adotado parcialmente no registro das despesas;
- (D) o regime patrimonial deve ser adotado facultativamente, mantendo as disposições legais;
- (E) todos os registros devem ser realizados pelo regime de competência.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**62**

Ao final do mês de junho de 20x1, um Município assinou um convênio com a União para recebimento de recursos a serem aplicados em ações de promoção de esporte e lazer, no valor de R\$ 100.000,00. Pelos termos do convênio, os recursos seriam repassados à Prefeitura do Município em duas parcelas, sendo a primeira até 31/10/20x1 e a segunda até 31/03/20x2. Esses recursos não foram previstos na Lei Orçamentária de 20x1, mas foram realizados conforme os termos do convênio.

Considerando essas informações e as normas relativas à execução orçamentária e financeira, ao final de 20x1, a Prefeitura do Município:

- (A) deve considerar o equivalente a R\$ 50.000,00 como receita realizada;
- (B) deve reconhecer a receita à medida que as ações de promoção de esporte e lazer forem realizadas;
- (C) deve registrar tais recursos como receitas apenas em contas de controle;
- (D) deve solicitar abertura de crédito suplementar para reconhecimento de R\$ 100.000,00, como receita a realizar;
- (E) não deve lançar tais recursos como receita, por falta de previsão orçamentária.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**38**

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro, respectivamente, as receitas e as despesas nele

- (A) previstas e pagas.
- (B) recolhidas e fixadas.
- (C) arrecadadas e liquidadas.
- (D) lançadas e liquidadas.
- (E) arrecadadas e empenhadas.

LETRA E

**39**

De acordo com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é importante compreender seus diferentes aspectos, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis.

Nesse sentido, assinale a opção que indica os principais instrumentos que refletem o aspecto patrimonial da CASP.

- (A) Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (B) Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Balanço Patrimonial.
- (D) Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (E) Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**57**

A respeito da aplicação das normas da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a afirmativa correta em relação às normas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), quando não há determinação dos órgãos reguladores e fiscalizadores.

- (A) São facultativas aos governos estaduais e municipais.
- (B) São facultativas às autarquias e ao governo do Distrito Federal.
- (C) São obrigatórias às empresas estatais dependentes e às independentes.
- (D) São obrigatórias ao governo nacional e aos conselhos profissionais.
- (E) São obrigatórias às fundações instituídas e mantidas pelo setor público e aos consórcios públicos.

LETRA E

**58**

De acordo com o MCASP, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis. Nesse sentido, assinale a opção que indica os principais instrumentos para refletir o aspecto patrimonial.

- (A) Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro.
- (B) Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.
- (C) Balanço Orçamentário e Relatório de Gestão Fiscal.
- (D) Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (E) Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

LETRA D

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**52**

A convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público promoveu alterações na estrutura de apresentação das demonstrações contábeis, que, além de serem previstas na Lei nº 4.320/1964, têm diretrizes definidas na NBC T SP 11 e no MCASP.

Mas como nem todas as demonstrações exigidas pela legislação brasileira têm correspondente nas normas internacionais, a NBC T SP 11 NÃO apresenta disposições para a elaboração do(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) balanço patrimonial;
- (C) demonstração do resultado;
- (D) demonstração das informações orçamentárias;
- (E) demonstração das mutações do patrimônio líquido.

LETRA A

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria de Obras Públicas**

**16**

Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964.

Esses dispositivos orientam que:

- (A) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício;
- (B) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador;
- (C) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa;
- (D) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime;
- (E) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.

LETRA C

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

O Banco Beta transferiu para a conta da Prefeitura de Rio Alegria, em 20 de fevereiro de 20X1, o valor de R\$250.000,00, referente aos carnês de IPTU pagos.

A etapa da receita orçamentária a que essa situação se refere é o(a):

- A previsão;
- B recolhimento;
- C empenho;
- D arrecadação;
- E lançamento.

LETRA B

**FGV - 2018 - SEFIN-RO – Contador**

A receita pública se direciona para os cofres públicos passando por quatro estágios: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Em relação ao lançamento, assinale a afirmativa correta.

A O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é um exemplo de lançamento direto.

B O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) é um exemplo de lançamento por homologação.

C O Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza (IR) é um exemplo de lançamento direto.

D O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é um exemplo de lançamento misto.

E O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo de lançamento por homologação.

LETRA E

#### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Um dos elementos associados ao reconhecimento de uma despesa pela ocorrência do fato gerador é:

- A a emissão da nota de empenho;
- B a obtenção da fonte de recurso para a despesa;
- C a homologação do resultado do processo licitatório;
- D o ato de autorização pelo ordenador de despesa;
- E o registro de uma variação patrimonial diminutiva.

LETRA E

#### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Uma condição necessária para o reconhecimento de uma receita pública para fins de controle patrimonial, sob o regime de competência, é:

- A a arrecadação da receita nos cofres públicos;
- B a previsão da receita no orçamento;
- C a ocorrência do fato gerador;
- D o lançamento contábil da receita;
- E o registro de uma variação patrimonial aumentativa.

LETRA C

#### **FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior**

A despesa orçamentária é executada em estágios que representam atos e fatos administrativos e geram registros contábeis para fins de controle.

O estágio da despesa orçamentária em que, por definição, se considera ocorrido o fato gerador é:

- A empenho;
- B lançamento;
- C licitação;

D liquidação;  
E programação.

LETRA D

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Contador**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público apresentou algumas mudanças em relação às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Tais mudanças são representadas pela modificação na estrutura e no conteúdo de algumas demonstrações, bem como pela proposição de novas. É apresentada como obrigatória pelo MCASP a demonstração:

A dos fluxos de caixa;  
B do resultado abrangente;  
C do resultado econômico;  
D do superávit primário;  
E do valor adicionado.

LETRA A

**FGV - 2015 - DPE-RO - Técnico da Defensoria Pública - Técnico em Contabilidade**

Na atualidade, o rol de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) inclui, mas não se limita:

A ao Balanço Financeiro, às Notas Explicativas e à Demonstração do Valor Adicionado;  
B ao Balanço Financeiro, ao Balanço Orçamentário e ao Demonstrativo de Restos a Pagar;  
C ao Balanço Orçamentário, à Demonstração do Valor Adicionado e à Demonstração dos Fluxos de Caixa;  
D ao Balanço Orçamentário, à Demonstração do Fluxo de Caixa e às Notas Explicativas;  
E ao Balanço Orçamentário, ao Anexo de Metas Fiscais e à Demonstração dos Fluxos de Caixa.

LETRA D

**FGV - 2015 - DPE-MT - Contador**

Assinale a opção que indica o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Entidades públicas  
B Demonstrações contábeis  
C Resultado público  
D Ativos públicos  
E Patrimônio público

LETRA E

**FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

De acordo com a Lei nº 4.320/64, a contabilidade pública deve utilizar o regime:

A de caixa para as receitas e despesas;  
B misto para as receitas e de caixa para as despesas;



C de competência para as receitas e de caixa para as despesas;  
D de competência para receitas e despesas;  
E de caixa para as receitas e de competência para as despesas.

LETRA E

**FGV - 2013 - AL-MA - Técnico de Gestão Administrativa - Contador**

A respeito das Demonstrações Contábeis, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- II. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.
- III. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

De acordo com a NBC T 16.6, assinale:

- A se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D se somente a afirmativa I estiver correta.
- E se somente a afirmativa II estiver correta.

LETRA C

**FGV - 2013 - INEA-RJ - Contador**

Demonstração contábil é a técnica que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público e suas mutações.

De acordo com a NBC T16.6, assinale a alternativa que apresenta as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- A Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Resultado Econômico; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Notas Explicativas.
- B Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Notas Explicativas.
- C Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Resultado Econômico.
- D Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Resultado Econômico; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

E Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Resultado Econômico; Notas Explicativas.

LETRA B

**FGV - 2013 - CONDER - Contador**

Assinale a alternativa que indica a demonstração contábil aplicada ao setor público que surgiu com a NBCT SP 16.6 e em seguida deixou de ser obrigatória.

- A Demonstração do fluxo de caixa.
- B Demonstração do resultado econômico.
- C Demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- D Demonstração do valor adicionado.
- E Balanço social.

LETRA B

**FGV - 2010 - DETRAN-RN - Assessor Técnico - Administrativa**

Na entidade pública, para registro das transações e visando à apuração dos resultados gerais do exercício, devem ser observados, por imposição de lei:

- A O regime de competência ou de confrontação entre as despesas incorridas no período e a correspondente geração de receitas.
- B O regime de competência para as receitas geradas e de caixa para as despesas efetivamente pagas.
- C O regime de caixa para as receitas arrecadadas e de competência para as despesas legalmente empenhadas.
- D O regime de caixa para as receitas efetivamente recebidas e de competência para as despesas liquidadas no exercício.
- E O regime de caixa para as receitas arrecadadas e despesas legalmente empenhadas.

LETRA C

## 2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

53

Ao final do seu primeiro ano de mandato como gestor municipal, um prefeito estava avaliando as demonstrações contábeis para autorizar o seu envio ao tribunal de contas. Como não tinha formação na área de contabilidade, o prefeito chamou o contador geral e o questionou sobre o saldo da dotação constante no Balanço Orçamentário (BO).

O contador esclareceu que o saldo da dotação:

- (A) pode ser transferido para execução no exercício seguinte;
- (B) pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais;
- (C) decorre de decretos de contingenciamento de despesas ao longo do exercício;
- (D) corresponde a uma economia orçamentária em relação ao que tinha sido previsto;
- (E) indica que não houve arrecadação de receitas suficiente para executar tudo o que foi planejado.

LETRA D

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental

64

O orçamento da despesa de um ente público em um dado exercício correspondeu ao montante de R\$ 10 milhões. Até o encerramento do exercício financeiro, 80% da despesa autorizada foi devidamente empenhada. A folha de pagamento do ente ao longo do exercício correspondeu a R\$ 6,5 milhões e foi integralmente liquidada e paga até 31/12.

Sabendo-se que 50% das demais despesas também foram liquidadas e pagas, o valor a ser inscrito em restos a pagar no exercício corresponde a:

- (A) R\$ 500 mil;
- (B) R\$ 750 mil;
- (C) R\$ 1,5 milhão;
- (D) R\$ 2 milhões;
- (E) R\$ 3,5 milhões.

LETRA B

### FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis

39

Em uma entidade do setor público, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

No quadro principal, em relação às informações incluídas em Despesas Orçamentárias, apresentadas em colunas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em despesas liquidadas, são demonstrados os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, incluídos os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

(B) Em despesas empenhadas são demonstrados os valores das despesas empenhadas nos exercícios, sem considerar as despesas em liquidação.

(C) Em despesas pagas, são demonstrados os valores das despesas pagas no exercício de referência e dos restos a pagar.

(D) Em dotação atualizada, é demonstrada a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos e excluídos os créditos adicionais reabertos durante o exercício de referência.

(E) Em dotação inicial, os valores registrados permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual.

LETRA E

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**79**

Uma entidade do setor público registrou em sua contabilidade os seguintes fatos, referentes ao exercício de X0:

Recebimento de receitas tributárias: R\$500.000

Empenho de despesa: R\$450.000

Liquidação de despesa corrente: R\$380.000

Com base apenas nesses fatos, os restos a pagar não processados são de:

(A) Zero.

(B) R\$50.000.

(C) R\$70.000.

(D) R\$380.000.

(E) R\$450.000.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**45**

Considere as informações do quadro a seguir, referentes à execução da receita, originadas do sistema de contabilidade de um ente da Federação, com valores expressos em milhares de reais.

Previsão inicial	4.500,00
Previsão atualizada	4.725,00
Receitas lançadas	4.610,00
Receitas arrecadadas	4.490,00
Saldo de exercícios anteriores	130,00
Receitas extraorçamentárias	85,00
Taxa de inflação do período	10%

Na estrutura do Balanço Orçamentário prevista no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o valor do saldo a ser apresentado na última coluna, em milhares de reais, é de:

- (A) -235,00;
- (B) -150,00;
- (C) -10,00;
- (D) 115,00;
- (E) 130,00.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**47**

O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que traz informações sobre a execução de receitas e despesas ao longo do exercício financeiro.

Ao analisar esse demonstrativo, a única informação relativa à receita que NÃO se encontra detalhada para fins de análise é o montante do(a):

- (A) previsão atualizada da receita;
- (B) receita arrecadada;
- (C) receita inicialmente prevista;
- (D) receita lançada;
- (E) saldo a arrecadar.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**45**

Em dezembro de 20x1, a Prefeitura de Beta do Norte apresentava a seguinte situação orçamentária:

Receita/Despesa	R\$
Receitas arrecadadas - tributárias	50.000,00
Receitas arrecadadas - patrimoniais	95.000,00
Receitas arrecadadas - serviços	3.000,00
Receitas arrecadadas - transferências correntes	90.000,00
Empenho - despesas correntes	128.000,00
Empenho - despesas de capital	65.000,00
Liquidação - despesas correntes	123.000,00
Liquidação - despesas de capital	42.000,00
Pagamento - despesas correntes	95.000,00
Pagamento - despesas de capital	35.000,00

Foi avaliado pelos órgãos gestores que os serviços contratados foram prestados e os materiais entregues até 31/12/20x1 e apurado que a realização de concessões de serviços públicos ocorrida no exercício possibilitou que a Prefeitura apresentasse ao final do exercício uma suficiência de caixa superior aos saldos orçamentários.

Com base no exposto:

- (A) o valor total que a Prefeitura poderá inscrever em Restos a Pagar Não Processados é de R\$ 40.000,00;
- (B) o valor total que a Prefeitura poderá inscrever em Restos a Pagar é de R\$ 38.000,00;
- (C) deverá ser inscrito o valor de R\$ 5.000,00 em Restos a Pagar Não Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 7.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas de capital;
- (D) deverá ser inscrito o valor de R\$ 5.000,00 em Restos a Pagar Não Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 33.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas correntes;
- (E) deverá ser inscrito o valor de R\$ 28.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 33.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas de capital.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**37**

Para um dado exercício financeiro, um ente público estimou em seu orçamento a arrecadação de receitas conforme o quadro a seguir, com valores expressos em milhares de reais.

Receitas	Estimado
Receitas correntes	8.300,00
Receitas de capital	1.700,00
Total	10.000,00

Ao longo do exercício, foram arrecadadas receitas correntes 10% acima do previsto e receitas de capital 10% abaixo do estimado, além de R\$ 400.000,00 de receitas extraorçamentárias, sendo R\$ 150.000,00 em cauções e R\$ 250.000,00 em operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.

Com base nessas informações e nos critérios aplicáveis à receita definidos na Lei nº 4.320/1964, a receita orçamentária realizada no exercício corresponde, em milhares de reais, a:

- (A) 10.150,00;
- (B) 10.560,00;
- (C) 10.660,00;
- (D) 10.810,00;
- (E) 11.060,00.

LETRA C

**38**

O orçamento de um ente público para um determinado exercício autorizou despesas da ordem de R\$ 10 milhões. Houve abertura de créditos adicionais, que acresceu R\$ 600 mil à dotação inicial. Desse montante, R\$ 9,3 milhões foram empenhados, R\$ 8,9 milhões foram liquidados e R\$ 8,3 milhões foram pagos.

A partir dos conceitos e estágios da despesa pública previstos na Lei nº 4.320/1964, a despesa executada pelo ente no referido exercício corresponde a:

- (A) R\$ 10,6 milhões;
- (B) R\$ 10 milhões;

- (C) R\$ 9,3 milhões;
- (D) R\$ 8,9 milhões;
- (E) R\$ 8,3 milhões.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**51**

A elaboração do Balanço Orçamentário é um requisito obrigatório tanto em decorrência de previsão legal como no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade. Ao elaborar esse demonstrativo, um contador deve considerar que:

- (A) a inclusão de notas explicativas ao balanço orçamentário é facultativa;
- (B) as despesas devem ser detalhadas segundo a classificação por função e subfunção;
- (C) o balanço orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13;
- (D) o resultado orçamentário é apurado a partir das receitas lançadas;
- (E) os saldos de caixa de exercícios anteriores não devem ser evidenciados no balanço orçamentário.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**59**

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis é uma norma de referência para que as entidades públicas evidenciem a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento. Para que uma entidade se adeque às disposições dessa norma, deve atentar que:

- (A) a comparação dos valores orçados com os realizados deve ser sempre apresentada no regime de caixa;
- (B) a informação contábil detalhada incluída nos orçamentos aprovados não deve ser agregada, sem exceções;
- (C) a informação sobre o desempenho dos serviços prestados não deve ser incluída nas demonstrações contábeis, mas em documentos adicionais;
- (D) o orçamento original não deve incluir dotações residuais advindas de anos anteriores;
- (E) os comparativos entre os valores orçados e realizados do orçamento devem ter sempre por base o orçamento original.

LETRA C

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Direito Financeiro**

**91**

De acordo com a NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, os valores do orçamento final e do realizado, em muitos casos, são os mesmos. Isso acontece porque

- (A) o orçamento final permite a transferência de dotações não utilizadas em determinado ano para períodos subsequentes.

(B) os orçamentos são elaborados com base no regime de competência e em base comparável, abrangendo todas as demonstrações contábeis.

(C) a informação contábil detalhada incluída no orçamento realizado é agregada para evitar o excesso de informação e refletir os níveis relevantes de supervisão.

(D) os relatórios públicos que incluem explicações de quaisquer diferenças materiais em relação aos valores orçados, são frequentemente emitidos juntamente com as demonstrações contábeis.

(E) a execução orçamentária é monitorada durante o período e o orçamento original é progressivamente revisado para refletir mudanças nas condições, circunstâncias e fatos ocorridos durante o período.

LETRA E

### **FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Contabilidade**

**62**

O *Balanço Orçamentário* demonstrará, entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada, uma situação de

(A) equilíbrio, por distinguir as receitas correntes das receitas de capital.

(B) equilíbrio, por contrastar as receitas previstas com as realizadas, detalhadas por categoria econômica e origem.

(C) equilíbrio, por conta da vedação da realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais.

(D) desequilíbrio, por manter saldo em superávit financeiro para ser utilizado no Balanço Patrimonial de exercícios posteriores.

(E) desequilíbrio, por utilizar o superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência.

LETRA E

### **FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**27**

De acordo com a NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, quando as demonstrações contábeis e o orçamento não são elaborados em base comparável, e o regime de competência é adotado para o orçamento, os valores realizados apresentados em base comparável ao orçamento devem ser conciliados aos valores realizados apresentados nas demonstrações contábeis, identificando separadamente qualquer regime, periodicidade e diferença entre as entidades.

Assinale a opção que os indica.

(A) As receitas totais e as despesas totais, apenas.

(B) As receitas totais, as despesas totais, os ativos e os passivos, apenas.

(C) Os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.

(D) Os ativos e os passivos e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.

(E) As receitas totais, as despesas totais e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.



LETRA E

**30**

Uma entidade do setor público apresentava as seguintes informações em relação ao seu orçamento:

- Receita prevista: R\$800.000
- Receita executada: R\$750.000
- Despesa fixada: R\$600.000
- Despesa executada R\$620.000.

Assinale a opção que indica o resultado orçamentário da entidade no período.

- (A) Déficit de R\$50.000.
- (B) Déficit de R\$20.000.
- (C) Superávit de R\$30.000.
- (D) Superávit de R\$130.000.
- (E) Superávit de R\$200.000.

LETRA D

**FGV/PC-AM 2022 – Cargo: Perito Criminal - 4ª Classe - Contabilidade – Tipo 1**

LETRA C

**77**

Uma entidade do setor público apresentou, em seu balanço orçamentário de 31/12/X0, os seguintes saldos:

- Receita de capital prevista: R\$ 28.000.
- Receita corrente prevista: R\$ 21.000.
- Receita de capital realizada: R\$ 30.000.
- Receita corrente realizada: R\$ 20.000.
- Despesa de capital fixada: R\$ 25.000.
- Despesa corrente fixada: R\$ 15.000.

No período, a entidade apresentou um superávit orçamentário de R\$ 15.000 e um superávit de capital de R\$ 8.000.

Assinale a opção que indica a despesa corrente realizada no período.

- (A) R\$ 6.000.
- (B) R\$ 8.000.
- (C) R\$ 13.000.
- (D) R\$ 14.000.
- (E) R\$ 22.000.

LETRA C

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**53**

O Balanço Orçamentário é uma das demonstrações previstas pela Lei nº 4.320/1964 e que atualmente possui uma estrutura de apresentação mais detalhada do que o originalmente

exigido pela lei. Esse detalhamento contribui para aperfeiçoar o planejamento orçamentário nos exercícios futuros.

Um dos detalhamentos adicionais da estrutura do Balanço Orçamentário refere-se a:

- (A) despesas autorizadas por função e subfunção;
- (B) previsão atualizada da receita para o exercício;
- (C) receitas arrecadadas de acordo com a vinculação;
- (D) receitas previstas por categoria econômica;
- (E) saldo de despesas não empenhadas por tipo de crédito.

LETRA B

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**58**

O Balanço Orçamentário faz parte do conjunto de demonstrações contábeis das entidades públicas e tem por objetivo demonstrar as receitas de despesas detalhadas por categorias econômicas, bem como os valores registrados ao longo dos seus estágios de execução orçamentária.

Embora o modelo atualizado do Balanço Orçamentário constante no MCASP esteja aperfeiçoado em relação ao definido na Lei nº 4.320/1964, este demonstrativo ainda apresenta lacunas no que tange a informações referentes a:

- (A) atualizações relativas à previsão de receitas orçamentárias;
- (B) receitas lançadas a partir da ocorrência do fato gerador;
- (C) recursos alocados para o refinanciamento da dívida pública;
- (D) recursos orçamentários arrecadados em exercícios anteriores;
- (E) valores relativos à apuração e à execução de Restos a Pagar.

LETRA B

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

Considere as informações sintéticas do Balanço Orçamentário de uma entidade pública relativas ao exercício financeiro de 20x1 apresentadas no Quadro II a seguir, com valores expressos em milhões de reais.

Quadro II

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	3.320,00	3.455,00	3.415,00	
Receitas de Capital	151,00	151,00	74,00	
Sub-Total das Receitas	3.471,00	3.606,00	3.489,00	

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	2.795,00	3.490,00	3.220,00	3.030,00	2.920,00	
Despesas de Capital	470,00	540,00	390,00	357,00	340,00	
Sub-Total das Despesas	3.265,00	4.030,00	3.610,00	3.387,00	3.260,00	

**33**

De acordo com a estrutura do Balanço Orçamentário constante na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) no Quadro II, o valor da coluna do saldo do sub-total de receitas orçamentárias é dado pelo(a):

- (A) diferença entre previsão inicial e receitas realizadas;
- (B) diferença entre previsão atualizada e receitas realizadas;
- (C) diferença entre receitas realizadas e despesas pagas;
- (D) valor do saldo em caixa ao final do exercício;
- (E) variação no saldo de caixa entre o início e o final do exercício.

LETRA B

**34**

Ao avaliar a configuração das despesas orçamentárias do Balanço Orçamentário apresentado no Quadro II, é correto afirmar que:

- (A) a arrecadação corrente não foi suficiente para destinar recursos ao orçamento de capital;
- (B) a execução do orçamento de capital atendeu ao que foi inicialmente planejado;
- (C) a inscrição em restos a pagar do exercício será restrita às despesas liquidadas;
- (D) as alterações orçamentárias foram mais relevantes no contexto do orçamento corrente;
- (E) as despesas não foram pagas integralmente por causa do nível de frustração na arrecadação.

LETRA D

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

O quadro a seguir apresenta dados, expressos em milhares de reais, extraídos do Balanço Orçamentário de uma entidade pública em um dado exercício.

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas		
Receitas Correntes	22.100,00	22.100,00	19.200,00		
Receitas de Capital	2.010,00	2.010,00	1.140,00		
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Despesas correntes	18.365,00	18.650,00	16.885,00	16.445,00	15.340,00
Despesas de Capital	2.015,00	3.075,00	1.575,00	1.465,00	1.325,00

A partir da análise dessa demonstração, é correto afirmar que:

- A o orçamento foi alterado em mais de 10%;
- B a entidade atualizou despesas sem indicação de fonte de recursos;
- C as despesas inscritas em restos a pagar ultrapassam 10% das despesas executadas;
- D a entidade descumpriu a regra constitucional de realização de despesas de capital;
- E o resultado da execução orçamentária revela redução da execução das despesas planejadas.

LETRA E

### **FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

Uma entidade pública apresentava, em 31/12/2017, os seguintes saldos:

Receita corrente prevista:	R\$ 50.000;
Receita corrente arrecadada:	R\$ 45.000;
Receita de capital prevista:	R\$ 20.000;
Receita de capital arrecadada:	R\$ 16.000;
Despesa corrente fixada:	R\$ 30.000;
Despesa corrente empenhada:	R\$ 29.000;
Despesa corrente paga:	R\$ 29.000;
Despesa corrente liquidada:	R\$ 28.000;
Despesa de capital fixada:	R\$ 10.000;
Despesa de capital empenhada:	R\$ 8.000;
Despesa de capital liquidada:	R\$ 7.000;
Despesa de capital paga:	R\$ 6.000.

O resultado orçamentário geral da entidade apresenta um superávit de

- A R\$ 9.000.
- B R\$ 13.000.
- C R\$ 24.000.
- D R\$ 30.000.
- E R\$ 41.000.

LETRA C

**FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

O Balanço Orçamentário é estruturado de modo a evidenciar

- A os efeitos das alterações nas políticas contábeis.
- B os efeitos da correção de erros.
- C o resultado econômico de ações do setor público.
- D a movimentação em cada componente da demonstração.
- E a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

LETRA E

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

Ao final do 1º ano de mandato, a fim de avaliar os itens de receita que mais contribuíram para a frustração na arrecadação do exercício, o prefeito solicitou um relatório da Secretaria de Finanças do município, que deve buscar os dados demandados pelo gestor no(a):

- A balanço financeiro;
- B balanço patrimonial;
- C balanço orçamentário;
- D demonstração dos fluxos de caixa;
- E relatório de gestão fiscal.

LETRA C

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

Considere o Quadro 1 a seguir, com dados da arrecadação de um ente municipal durante o exercício de 2016. Os valores estão expressos em milhões de reais.

Descrição	Previsto	Arrecadado
Receita de cauções contratuais	-	9,00
Receitas de Taxas de Serviço	76,00	79,00
Receitas de Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	98,00	100,00
Receitas de Alienação de Bens Móveis	100,00	19,00
Receitas Patrimoniais de Aluguéis	119,00	161,00
Receitas de Taxas de Fiscalização	141,00	145,00
Receitas de Contribuições Sociais	159,00	158,00
Receitas de transferências de capital voluntárias	174,00	60,00
Receitas de Operações de Crédito Internas	322,00	15,00
Receitas de Impostos sobre Serviços	596,00	545,00
Receitas de Impostos sobre o Patrimônio	1.392,00	1.273,00
Receitas de transferências correntes legais	2.480,00	2.583,00

A partir dos dados do Quadro 1 e considerando que o montante da despesa fixada não foi alterado, e que 90% foi empenhado, o resultado da execução orçamentária, em milhões de reais, foi:

- A 0,00;
- B 46,70;
- C 55,70;
- D 519,00;
- E 565,70.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

Quando ocorrer utilização do superávit financeiro e reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário, as informações deverão ser apresentadas:

- A no Balanço financeiro;
- B no Balanço patrimonial;
- C na Demonstração do fluxo de caixa;
- D nas Notas explicativas;
- E na Demonstração das variações patrimoniais.

LETRA D

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Gestão e Infraestrutura**

Uma das funções da contabilidade na administração pública é fornecer informações sobre a execução orçamentária para responsabilização dos agentes e instrumentalização do controle social.

Entre as informações controladas pela contabilidade apresentadas no Balanço Orçamentário encontra-se o(a):

- A despesa liquidada no exercício;
- B disponibilidade financeira do ente;
- C lançamento da dívida ativa;
- D pagamento de restos a pagar;
- E receita reconhecida por competência.

LETRA A

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Quadro III

Descrição	Saldo
Desincorporação de Ativo	1.100,00
Intangível	1.950,00
Desincorporação de Passivo	4.250,00
Incorporação de Passivo	7.450,00
Investimentos	9.000,00
Passivo Circulante	12.100,00
Passivo Não Circulante	13.600,00
Incorporação de Ativo	15.400,00
Receitas de Capital realizadas	17.400,00
Despesas de Capital executadas	30.100,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.900,00
Ativo Circulante	73.400,00
Pagamentos Extraorçamentários	107.000,00
Imobilizado	113.480,00
Patrimônio Líquido	125.600,00
Recebimentos Extraorçamentários	224.800,00
Despesas Correntes executadas	231.150,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	252.900,00
Receitas Correntes realizadas	292.200,00
Variações Patrimoniais Aumentativas	293.500,00

A partir das informações apresentadas no Quadro III e considerando os conceitos relativos à elaboração do Balanço Orçamentário, o resultado da execução orçamentária no exercício é:

- A 40.600,00;
- B 48.350,00;
- C 117.800,00;
- D 166.150,00;
- E 206.750,00.

LETRA B

#### FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis

Após a ocorrência de um incêndio que danificou arquivos físicos e eletrônicos em uma entidade pública, algumas informações precisaram ser obtidas de forma indireta. O gestor da entidade solicitou informações sobre o saldo de restos a pagar ao final do exercício, e a equipe de contabilidade só dispunha do balanço orçamentário publicado para obter essa informação. No Balanço Orçamentário, essa informação é obtida pela diferença entre:

- A dotação inicial e dotação atualizada;
- B dotação inicial e despesas empenhadas;
- C despesas empenhadas e despesas liquidadas;
- D despesas empenhadas e despesas pagas;
- E despesas liquidadas e despesas pagas.

LETRA D

### **FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Em um dado exercício, o orçamento de uma entidade pública previu receitas de 80 milhões. A arrecadação excedeu em 10% a previsão. Foram abertos créditos adicionais, que aumentaram a despesa fixada em 6 milhões. Quanto à despesa, não houve economia orçamentária do montante fixado. A inscrição em restos a pagar totalizou 9,5 milhões.

A partir das disposições do regime orçamentário, o montante da despesa executada foi de:

- A 88 milhões;
- B 86 milhões;
- C 80 milhões;
- D 78,5 milhões;
- E 76,5 milhões.

LETRA B

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

As informações do Quadro IV a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A análise das informações do Quadro IV sobre a execução da despesa permite afirmar que:

- A houve economia orçamentária superior a 10%;
- B houve despesas não inscritas em restos a pagar por insuficiência financeira;
- C não houve abertura de créditos adicionais;
- D os ajustes na despesa fixada ultrapassaram 7%;
- E os restos a pagar foram inferiores a 10% da despesa executada.

LETRA A

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

As informações do Quadro IV a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.



Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro IV, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- A 21.707.193,00;
- B 23.885.743,00;
- C 24.487.589,00;
- D 25.711.379,00;
- E 27.889.929,00.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

No ciclo orçamentário, a previsão consiste em planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. O Balanço Orçamentário é o demonstrativo que compara a previsão da receita com os outros estágios percorridos na sua execução, inclusive com a previsão atualizada da receita. São eventos que podem implicar a atualização da previsão de receita, EXCETO:

- A abertura de créditos adicionais, com recursos de excesso de arrecadação;
- B abertura de créditos adicionais, com recursos de superávit financeiro do exercício anterior;
- C atualizações monetárias autorizadas por lei, após a publicação da LOA;
- D criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA;
- E remanejamento entre naturezas de receita.

LETRA B

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças**

Texto I

O orçamento de um determinado ente apresentou, em um dado exercício, uma receita prevista de R\$ 280 milhões. Foram abertos créditos adicionais que totalizaram 10% da dotação inicial, sendo metade coberto com superávit financeiro e metade com anulação de dotações. Sabe-se ainda que 90% da despesa autorizada foi empenhada, das quais 85% foram liquidadas. Além disso, 10% da despesa foi inscrita em restos a pagar processados.

A partir das disposições legais sobre estágios da despesa pública, para fins de prestação de contas no balanço orçamentário, a despesa executada no exercício totalizou:

- A 224.910.000,00;
- B 235.620.000,00;
- C 252.000.000,00;

D 264.600.000,00;  
E 277.200.000,00.

LETRA D

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apresenta na Parte V os conceitos e modelos para elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Uma das orientações gerais é que as informações do período corrente sejam apresentadas em conjunto com as do exercício anterior. O modelo que NÃO segue essa orientação é o do(a):

- A Balanço Financeiro;
- B Balanço Orçamentário;
- C Demonstração das Variações Patrimoniais;
- D Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- E Demonstração dos Fluxos de Caixa.

LETRA B

**FGV - 2016 - IBGE - Analista – Auditoria**

O resultado da execução orçamentária da Prefeitura Simpática pode ser obtido por meio das informações constantes no quadro a seguir:

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas
- Receita Tributária.....100	Pessoal e Encargos .....60
- Receita de Alienação de Bens .....30	Juros e Encargos da Dívida..25
-Receita de Operações de Crédito.....50	Amortização da Dívida ..... 30

Com base nas informações do quadro acima, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) O resultado apresentou superávit, com uma redução no endividamento e um aumento do ativo permanente.
- ( ) O resultado apresentou déficit, com um aumento no endividamento e uma redução do ativo permanente.
- ( ) O resultado apresentou superávit, com um aumento no endividamento e uma redução do ativo permanente.

A sequência correta é:

- A F, F, V;
- B V, F, F;
- C F, V, F;
- D F, F, F;
- E V, V, V.

LETRA A

**FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

Uma prefeitura apresentava os seguintes saldos em 31/12/2015 (em milhares de reais), referentes ao ano de 2015:

Receita	arrecadada:	.....	R\$	12.000,00;
Receita	prevista:	.....	R\$	14.000,00;
Despesa	fixada:	.....	R\$	8.500,00;
Despesa	empenhada:	.....	R\$	8.000,00;
Despesa	paga:	.....	R\$	5.000,00;
Despesa	liquidada:	.....	R\$	7.500,00.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o resultado da execução orçamentária, em 31/12/2015, é de

- A R\$ 4.000,00.
- B R\$ 4.500,00.
- C R\$ 5.500,00
- D R\$ 6.000,00.
- E R\$ 6.500,00.

LETRA A

**FGV - 2013 - CONDER – Administrador**

Assinale a afirmativa que indica o aspecto orçamentário que se refere ao fluxo equilibrado entre a receita arrecadada e a despesa executada.

- A Aspecto orçamentário fiscal.
- B Aspecto orçamentário tributário.
- C Aspecto orçamentário contábil.
- D Aspecto orçamentário financeiro.
- E Aspecto orçamentário de competência.

LETRA D

**FGV - 2009 - SAD-PE - Analista de Controle Interno – Finanças Públicas**

Considere os seguintes fatos contábeis:

	VALORES
Receita prevista no orçamento	100.000
Arrecadação de receita de impostos	41.000
Despesa fixada no orçamento	100.000
Empenho de despesa para pagamento de pessoal	42.000
Arrecadação de receita de alugueis	12.000
Liquidação da despesa empenhada para pessoal	42.000
Empenho de despesa para prestação de serviço	22.000
Arrecadação de receita de convênios	19.000
Empenho de despesa para obra de construção de creche pública	23.000
Pagamento da despesa liquidada para pagamento de pessoal	37.000
Arrecadação da receita do FPE	35.000
Liquidação de parte da despesa para prestação de serviço	20.000
Liquidação da despesa com a construção da creche	23.000
Pagamento da despesa com a prestação de serviço	20.000
Cancelamento da diferença entre o valor empenhado e o liquidado da despesa com a prestação de serviço	2.000



Depois de efetuada a escrituração dos fatos e elaborado o balanço orçamentário, segundo o padrão da lei 4320/64, o resultado da execução orçamentária será um superávit de:

- A 20.000.
- B 15.000.
- C 24.000.
- D 18.000.
- E 22.000.

LETRA E

### 3. BALANÇO FINANCEIRO

#### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

54 Considere as informações do quadro a seguir extraídas do Balanço Financeiro constante da prestação de contas de um ente municipal relativa ao último exercício financeiro.

Descrição	Valor
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 23.779,00
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 28.914,00
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 29.610,00
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 31.862,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	R\$ 146.671,00
Despesa Orçamentária	R\$ 167.080,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 220.396,00
Receitas Orçamentárias	R\$ 232.026,00

As informações indicam um resultado financeiro que corresponde a:

- (A) R\$ 8.083,00;
- (B) R\$ 64.946,00;
- (C) R\$ 73.029,00;
- (D) R\$ 73.102,00;
- (E) R\$ 73.725,00.

LETRA E

#### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis

70

Na perspectiva da convergência aos padrões internacionais de contabilidade, o MCASP traz aprimoramentos na estrutura de apresentação das demonstrações contábeis.

Em se tratando do Balanço Financeiro, a sua estrutura permite:

- (A) apurar o superávit ou déficit financeiro do exercício para conferir com o valor do balanço patrimonial;
- (B) assegurar o equilíbrio entre as transações de natureza extraorçamentária;
- (C) garantir a compatibilidade com os fluxos de recursos constantes na programação financeira;
- (D) projetar a necessidade de realização de operações de crédito no exercício seguinte;
- (E) segregar receitas e despesas orçamentárias quanto à destinação em ordinárias e vinculadas.

LETRA E

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**67**

Após o encerramento de um dado exercício financeiro, o gestor de um ente público solicitou uma avaliação do montante de pagamentos de restos a pagar processados e não processados nos últimos cinco anos.

Para atender a essa solicitação, um servidor deve buscar tais informações na estrutura do(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) balanço orçamentário;
- (C) balanço patrimonial;
- (D) demonstração dos fluxos de caixa;
- (E) programação financeira e cronograma de desembolso.

LETRA A

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**78**

De acordo com a Lei 4320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita

- (A) orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- (B) orçamentária para compensar sua inclusão na despesa extra- orçamentária.
- (C) extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- (D) extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa extraorçamentária.
- (E) extraorçamentária para compensar sua inclusão no ativo.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**46**

O Balanço Financeiro é uma das demonstrações de publicação obrigatória por força da Lei nº 4.320/1964, tendo a sua estrutura atualizada aos novos padrões de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Nesse contexto, o Balanço Financeiro referente ao exercício encerrado de 20x1 divulgado pela Prefeitura de Beta do Sul, em conformidade com as normas vigentes:

- (A) teve sua apresentação composta por dois quadros que evidenciaram a movimentação financeira do ente;
- (B) evidenciou o resultado financeiro do exercício de forma semelhante ao apurado no Balanço Patrimonial;
- (C) evidenciou um resultado financeiro positivo indicando que há um adequado equilíbrio financeiro da Prefeitura;

- (D) possibilitou a apuração do resultado financeiro do exercício, permitindo, em função das informações apresentadas, que esta apuração fosse realizada de duas formas;
- (E) considerou em sua apresentação a segregação das receitas e despesas em ordinárias e vinculadas e em decorrentes de investimento e financiamento.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**48**

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público possuem uma estrutura que colabora para o atingimento dos seus objetivos de fornecer informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa.

Quando uma entidade pública apresenta valores atípicos de transações extraorçamentárias, o detalhamento dos ingressos e desembolsos dessa natureza de recurso pode ser analisado a partir do(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) demonstração dos fluxos de caixa;
- (C) demonstrativo da disponibilidade de caixa;
- (D) demonstrativo da origem e aplicação de recursos;
- (E) programação financeira e cronograma de desembolso.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**60**

No Balanço Financeiro de uma entidade do setor público, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício são classificados como

- (A) saldo do exercício anterior.
- (B) pagamentos extraorçamentários.
- (C) despesas orçamentárias vinculadas.
- (D) despesas orçamentárias ordinárias.
- (E) transferências financeiras recebidas e concedidas.

LETRA B

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**52**

A convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público promoveu alterações na estrutura de apresentação das demonstrações contábeis, que, além de serem previstas na Lei nº 4.320/1964, têm diretrizes definidas na NBC T SP 11 e no MCASP. Mas como nem todas as demonstrações exigidas pela legislação brasileira têm correspondente nas normas internacionais, a NBC T SP 11 NÃO apresenta disposições para a elaboração do(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) balanço patrimonial;

- (C) demonstraco do resultado;
- (D) demonstraco das informacões orçamentárias;
- (E) demonstraco das mutações do patrimônio líquido.

LETRA A

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**54**

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentaco financeira das entidades do setor público.

Ao analisar uma minuta desse demonstrativo antes de sua publicaco para fins de prestaco de contas, conforme as disposições do MCASP, um analista contábil deve considerar que:

- (A) as receitas orçamentárias devem ser apresentadas por seus valores brutos;
- (B) as receitas orçamentárias realizadas devem ser detalhadas por categoria econômica;
- (C) as transações extraorçamentárias devem ser apresentadas em base líquida;
- (D) as transferências financeiras recebidas e concedidas apresentadas se restringem à natureza orçamentária;
- (E) as despesas orçamentárias executadas devem ser discriminadas por fonte/destinaco de recurso.

LETRA E

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**35**

O Balanço Financeiro (BF) é um demonstrativo previsto na Lei nº 4.320/1964, mas cuja estrutura e nomenclatura vêm sendo atualizadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ao elaborar o BF de uma entidade pública ao final de um exercício, um contador deve considerar que:

- (A) a apuraco de um resultado financeiro negativo pode decorrer de uma redução no endividamento;
- (B) apenas as classes do PCASP relativas à informaco de natureza patrimonial são utilizadas;
- (C) as receitas orçamentárias no BF são apresentadas pelos seus valores brutos, sem quaisquer deduções;
- (D) o superávit financeiro apurado poderá servir de fonte para alterações nos créditos orçamentários;
- (E) os ingressos e dispêndios extraorçamentários deverão ser segregados em ordinários e vinculados.

LETRA A

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

Uma entidade pública apresentava os seguintes saldos, referentes ao exercício de 2017.



Previsão das receitas correntes:	R\$ 800.000;
Receitas correntes realizadas:	R\$ 500.000;
Dotação das despesas correntes:	R\$ 600.000;
Despesas correntes empenhadas:	R\$ 400.000;
Inscrição de restos a pagar, em 31/12/2017:	R\$ 100.000;
Pagamento de restos a pagar não processados:	R\$ 60.000.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro da entidade, no exercício de 2017.

- A R\$ 40.000.
- B R\$ 100.000.
- C R\$ 140.000.
- D R\$ 200.000.
- E R\$ 240.000.

LETRA C

**FGV - 2018 - AL-RO - Consultor Legislativo - Assessoramento em Orçamentos**

A NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações contábeis, estabelece as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público. A demonstração que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, é denominada

- A Balanço Orçamentário.
- B Balanço Patrimonial.
- C Balanço Financeiro.
- D Demonstração das Variações Patrimoniais.
- E Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

LETRA C

**FGV - 2018 - MPE-AL - Contador do Ministério Público**

Assinale a opção que indica a demonstração contábil aplicada ao setor público que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias e os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

- A Balanço Orçamentário.
- B Balanço Financeiro.
- C Balanço Patrimonial.
- D Demonstrativo das Variações Patrimoniais.
- E Demonstração dos Fluxos de Caixa.

LETRA B

**FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

Em relação ao Balanço Financeiro de uma entidade do setor público, assinale a afirmativa correta.

A Apresenta, qualitativa e quantitativamente, a situação financeira da entidade pública.

B Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial com as alterações ocorridas durante sua execução.

C Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que forem transferidos para o início do exercício seguinte.

D Permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

E Deve ser elaborado apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.

LETRA C

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

No Balanço Financeiro as receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas, e detalhadas, no mínimo, as vinculações:

A à educação;

B à saúde;

C à educação e à saúde;

D à educação, previdência social e seguridade social;

E à educação, saúde, previdência social e seguridade social.

LETRA E

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

No Balanço Financeiro, a discriminação por fonte/destinação de recurso possibilita evidenciar a origem e a aplicação:

A dos recursos financeiros referentes somente à receita orçamentária;

B dos recursos econômicos de qualquer natureza;

C dos recursos econômicos referentes à receita e despesa orçamentárias;

D dos recursos financeiros referentes somente à despesa orçamentária;

E dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

LETRA E

**FGV - 2018 - SEFIN-RO – Contador**

Entre as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público está o Balanço Financeiro.

Sobre o Balanço Financeiro, assinale a afirmativa correta.

A Ele evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

B Ele evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

C Ele evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução.

D Ele evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

E Ele permite aos usuários projetar cenários de fluxos de caixa futuros e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos.

LETRA D

### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Entre as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964 para as entidades do setor público está o Balanço Financeiro (BF).

Considerando as disposições do MCASP sobre essa demonstração, é correto afirmar que:

A o BF é composto por dois quadros que evidenciam a movimentação financeira orçamentária e extraorçamentária da entidade em um exercício;

B se o resultado financeiro do exercício apurado no BF for superávit, constitui fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais;

C o resultado financeiro do exercício apurado no BF coincide com o apurado no Balanço Patrimonial;

D no BF uma variação positiva na disponibilidade do período não indica, necessariamente, bom desempenho da gestão financeira;

E a elaboração do BF é facultativa se a entidade elaborar a demonstração dos fluxos de caixa.

LETRA D

## 4. BALANÇO PATRIMONIAL

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**71**

De acordo com a Lei nº 4320/64, no Balanço Patrimonial, o ativo permanente compreende

- (A) os bens e os valores que possam vir a afetar o patrimônio.
- (B) os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária.
- (C) os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- (D) os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade.
- (E) as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, cujo objetivo não seja atender compromissos de caixa, mas sim, auferir rendimentos pelo capital investido.

LETRA C

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**46**

A Lei nº 4.320/1964 prevê a existência do Balanço Patrimonial, que possui como competência a demonstração

- (A) das receitas extraorçamentárias.
- (B) das contas de compensação.
- (C) do resultado patrimonial.
- (D) do superávit orçamentário.
- (E) do resultado financeiro.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**45**

A estrutura de apresentação do balanço patrimonial em convergência com os padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público apresentou algumas alterações, que estão consolidadas no MCASP.

Nesse contexto, um item informacional que deve ter seu saldo apresentado no quadro principal do balanço patrimonial é:

- (A) ativo financeiro;
- (B) demandas judiciais;
- (C) dívida consolidada líquida;
- (D) garantias concedidas;
- (E) investimentos.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**52**

O patrimônio líquido (PL) de uma entidade deve ser evidenciado no balanço patrimonial, conforme disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ao apresentar esse item do balanço patrimonial, deve-se ter em conta que:

- (A) contas retificadoras não se aplicam ao PL de entidades públicas;
- (B) o resultado do período será segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores;
- (C) resultados acumulados não devem constar no PL, mas serem distribuídos;
- (D) um resultado patrimonial deficitário ao final de um período afeta a inscrição em restos a pagar;
- (E) um resultado patrimonial deficitário ao final de um período implica passivo a descoberto na entidade.

LETRA B

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**61**

No Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público, as reservas de capital compreendem

- (A) os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas.
- (B) as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.
- (C) os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não há a possibilidade de devolução destes recursos.
- (D) o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros.
- (E) as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

LETRA A

**FGV/PC-AM 2022 – Cargo: Perito Criminal - 4ª Classe - Contabilidade – Tipo 1**

**76**

Assinale a opção que indica a diferença entre os créditos classificados como ativo financeiro e como ativo permanente, de acordo com a Lei nº 4.320/64.

- (A) Os classificados como financeiro têm realização de até doze meses a partir da data do balanço patrimonial, enquanto os classificados como permanente têm realização maior do que doze meses.
- (B) Os classificados como financeiro geram expectativa de realização, enquanto os classificados como permanente apresentam expectativa de venda.
- (C) Os classificados como financeiro independem de autorização orçamentária, enquanto os classificados como permanente dependem de autorização legislativa.
- (D) Os classificados como financeiro são recuperados pelo uso, enquanto os classificados como permanente são recuperados pela venda.
- (E) Os classificados como financeiro são vinculados às entidades financeiras do Governo e os classificados como permanente podem ser vinculados a qualquer tipo de entidade governamental.

LETRA C

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

Quadro I

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
	Patrimônio Líquido
Total do Ativo	Total do Passivo + PL

**55**

Considere a estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Quadro I acima.

Um evento cuja ocorrência adequadamente registrada pelo sistema de contabilidade provoca impacto positivo no saldo patrimonial do ente é:

- (A) aquisição de instalações prediais de uma entidade privada, com pagamento à vista;
- (B) aquisição de materiais para estoque, para baixa posterior mediante requisição devidamente autorizada;
- (C) devolução de equipamentos adquiridos em decorrência de não conformidade com o pedido;
- (D) redução do saldo de empréstimos (curto prazo), decorrente de pagamento de parcela na data do vencimento;
- (E) reversão de perdas por desvalorização de ativos reconhecidas no exercício anterior.

LETRA E

**56**

A estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Quadro I não contempla todos os itens informacionais previstos originalmente na Lei nº 4.320/1964, tais como a identificação expressa dos saldos do ativo e passivo financeiros e as contas de compensação.

Para tratar desse aspecto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado por meio de portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

- (A) adaptou a estrutura do balanço financeiro para evidenciar os saldos de ativo e passivo financeiros;
- (B) alterou a estrutura da demonstração das variações patrimoniais para contemplar as contas de compensação para fins de controle;
- (C) exigiu que tais itens informacionais sejam apresentados por meio de notas explicativas;
- (D) inseriu quadros complementares ao quadro principal, para contemplar tais informações;
- (E) tornou facultativa a apresentação das contas de compensação nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).

LETRA D

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**51**

Além de apresentar informações sobre a posição patrimonial e financeira e sobre o desempenho das entidades, as demonstrações contábeis também podem fornecer informações úteis para o processo de planejamento e execução do orçamento, tanto por determinação legal quanto por decisões de gestão.

A apuração do superávit financeiro que pode servir como fonte de recursos para suplementar dotações orçamentárias deve ter por base o(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) balanço orçamentário;
- (C) balanço patrimonial;
- (D) demonstração das variações patrimoniais;
- (E) demonstração dos fluxos de caixa.

LETRA C

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**36**

Para atender os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, a estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) acrescentou quadros e informações que devem acompanhar o quadro principal do Balanço Patrimonial. Sobre o tema, analise os itens a seguir.

- I. Quadro de notas explicativas
- II. Quadro das contas de compensação
- III. Quadro do superávit / déficit financeiro
- IV. Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

Os itens definidos pelo MCASP para tal finalidade são somente:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e IV;

(E) II, III e IV.

LETRA E

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Na classificação de ativos e passivos no Balanço Patrimonial, o critério relacionado à dependência ou não de autorização orçamentária para movimentação de tais elementos gera as categorias:

- A circulante e permanente;
- B financeiro e permanente;
- C orçamentário e extraorçamentário;
- D originária e derivada;
- E variações aumentativas e variações diminutivas.

LETRA B

**FGV - 2019 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Administrativa**

Considere os dados do Quadro I a seguir extraídos do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2018 de uma unidade da Federação, com valores expressos em milhares de reais.

Quadro I

Ativo Financeiro	2.870,00	Passivo Financeiro	1.340,00
Ativo Permanente	34.670,00	Passivo Permanente	19.520,00

Até o final do terceiro bimestre do exercício financeiro de 2019 foram registrados os seguintes fatos:

- Abertura de créditos adicionais extraordinários no valor de R\$ 100 mil.
- Reabertura de créditos adicionais do exercício anterior no valor de R\$ 245 mil.
- Anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 115 mil.
- Abertura de créditos adicionais especiais no valor de R\$ 190 mil.
- Excesso de arrecadação no valor de R\$ 160 mil, com tendência de crescimento até o final do exercício.

A partir das informações apresentadas no Quadro I, o saldo patrimonial da unidade da Federação ao final do exercício de 2018 corresponde, em milhares de reais, a:

- A 17.100,00;
- B 16.680,00;
- C 15.220,00;
- D 15.150,00;
- E 1.530,00.

LETRA B

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**



No balanço patrimonial de uma entidade do setor público, os atos da administração, com potencial de modificar o patrimônio, devem ser registrados

- A no ativo.
- B no passivo.
- C no resultado.
- D no patrimônio líquido.
- E nas contas de compensação.

LETRA E

**FGV - 2018 - MPE-AL - Contador do Ministério Público**

Uma entidade pública apresentava os seguintes saldos, referentes ao exercício de 2017.

- Recebimento de receitas tributárias: R\$ 13.000;
- Empenho de despesa: R\$ 10.000;
- Liquidação de despesa corrente: R\$ 8.000;
- Inscrição de restos a pagar processados: R\$ 1.000;
- Inscrição de restos a pagar não processados: R\$ 500.

Assinale a opção que indica, respectivamente, o total de restos a pagar inscrito e o valor do superávit financeiro.

- A R\$ 500 e R\$ 3.000.
- B R\$ 500 e R\$ 5.000.
- C R\$ 1.000 e R\$ 5.000.
- D R\$ 1.500 e R\$ 3.000.
- E R\$ 1.500 e R\$ 5.000.

LETRA D

**FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

Uma entidade pública é fiel depositária de valores retidos que pertencem a terceiros, com prazo de três anos.

Assinale a opção que indica a contabilização do fato no Balanço Patrimonial da entidade.

- A Ativo circulante.
- B Ativo não circulante.
- C Passivo circulante.
- D Passivo não circulante.
- E Patrimônio líquido.

LETRA C

**FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

O Balanço Patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Sobre Balanço Patrimonial, assinale a afirmativa correta.

A O Balanço Patrimonial é estruturado em ativo, passivo, patrimônio líquido e contas de compensação.

B Os ativos são classificados como circulante quando estão disponíveis para realização imediata ou quando têm expectativa de realização em até doze meses da data da transação.

C No Patrimônio Líquido deve ser evidenciado o resultado do período junto aos resultados acumulados de períodos anteriores.

D As contas de compensação compreendem atos que não afetam o patrimônio.

E As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e, as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

LETRA E

#### **FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para elaboração do Balanço Patrimonial:

A ativos e passivos devem ser segregados em financeiro e permanente;

B aos municípios com menos de 50 mil habitantes é facultado apresentar exercício anterior para fins comparativos;

C a apuração do superávit ou déficit financeiro é apresentada em quadro auxiliar;

D a apresentação de notas explicativas é obrigatória apenas para saldos apurados por estimativa;

E o ente pode optar por apresentar o modelo analítico ou sintético do balanço.

LETRA C

#### **FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

O Quadro 2 apresenta os valores, em milhares de reais, extraídos dos registros contábeis de uma entidade pública municipal ao final de um exercício.

Débitos de tesouraria	390,00
Depósitos	685,00
Restos a pagar	1.820,00
Títulos mobiliários	2.730,00
Serviços da dívida a pagar	3.410,00
Empréstimos a pagar	5.500,00

Considerando os dados do Quadro 2, e que não havia disponibilidades de caixa, aplicações financeiras nem outros haveres financeiros, para que a entidade não ultrapassasse o limite máximo da Dívida Consolidada Líquida no período, a Receita Corrente Líquida não poderia ser inferior a:

- A 4.115,00;
- B 6.858,33;
- C 7.267,50;
- D 11.216,67;
- E 12.112,50.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

O Quadro 2 apresenta os valores, em milhares de reais, extraídos dos registros contábeis de uma entidade pública municipal ao final de um exercício.

Débitos de tesouraria	390,00
Depósitos	685,00
Restos a pagar	1.820,00
Títulos mobiliários	2.730,00
Serviços da dívida a pagar	3.410,00
Empréstimos a pagar	5.500,00

De acordo com o Quadro 2, a dívida fluante da entidade ao final do exercício, conforme definido pela Lei nº 4.320/1964, representa, em milhares de reais:

- A 5.230,00;
- B 6.305,00;
- C 13.460,00;
- D 13.850,00;
- E 14.535,00.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

Considerando o quadro principal que integra o Balanço Patrimonial, é correto afirmar que:

- A as contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade;
- B os saldos das contas intragovernamentais deverão ser incluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente;
- C os ativos e passivos serão apresentados em níveis analíticos (3º nível ou 4º nível);
- D as contas do passivo devem ser apresentadas em ordem crescente do grau de exigibilidade;
- E as contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem crescente do grau de exigibilidade.

LETRA A

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

“Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.”

Essa definição se refere ao seguinte item do Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes que compõe o Balanço Patrimonial:

- A Passivo Permanente;
- B Passivo Financeiro;
- C Ativo Permanente;
- D Ativo não circulante;
- E Ativo Financeiro.

LETRA C

#### **FGV - 2018 - SEFIN-RO – Contador**

Entre as demonstrações contábeis, definidas na Lei nº 4.320/64, está o Balanço Patrimonial. Em relação aos componentes dessa demonstração, assinale a afirmativa correta.

- A O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis que dependem de autorização orçamentária e os valores numerários.
- B O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
- C O Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e as flutuantes que dependem de autorização orçamentária.
- D O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e as flutuantes que não dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- E As Contas de Compensação compreendem os bens e as obrigações que não afetam o patrimônio.

LETRA B

#### **FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Dentre as DCASP, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público. Acerca da estrutura do Balanço Patrimonial proposta pelo MCASP, é correto afirmar que:

- A a conta VPD paga antecipadamente pode ser evidenciada tanto no Ativo Circulante como no Não Circulante;
- B a conta de Resultado Diferido é apresentada como detalhamento do Patrimônio Líquido;
- C a segregação das contas obedece à lógica da necessidade de autorização legislativa para movimentação;
- D as contas relativas aos restos a pagar não processados são evidenciadas no Passivo Circulante;
- E o quadro principal do Balanço Patrimonial evidencia o superávit financeiro do exercício.

LETRA A

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Auditoria**

Balanço Patrimonial – Prefeitura Ansiosa em 31/12/2015

ATIVO		PASSIVO	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>256.100</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>223.600</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (F)	247.000	Fornecedor (F)	110.500
Depósito Restituíveis-Caução (F)	3.900	Valores de Terceiros Restituíveis (F)	15.600
Estoques (P)	5.200	Precatórios a Pagar (P)	97.500
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>407.500</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>130.000</b>
<u>Imobilizado</u>		Empréstimos e Financiamento L/P	130.000
Veículos	26.000		
Imóvel - Edificações	390.000	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>310.000</b>
(-) Depreciação	(8.500)	Resultado Acumulado	310.000
<b>TOTAL</b>	<b>663.600</b>		<b>663.600</b>

Considerando as informações constantes no Balanço Patrimonial apresentado, o superávit ou déficit financeiro do exercício 2015 é:

- A déficit financeiro de 32.500;
- B superávit financeiro de 32.500;
- C resultado nulo;
- D superávit financeiro de 130.000;
- E superávit financeiro de 124.800.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ – Contador**

Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura Municipal de Laços, referente ao exercício de 2014.

Balço Patrimonial Consolidado - Exercício: 2014

Valores expressos em milhares de reais

<b>Ativo circulante</b>	<b>879.290</b>
Caixa e equivalentes de caixa	506.620
Clientes	590
Créditos Tributários a Receber	91.400
Créditos de Transferências a Receber	192.300
Estoques	88.300
VPD Pagas Antecipadamente	80
<b>Ativo não circulante</b>	<b>783.410</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	612.150
Investimentos	-
Imobilizado	169.510
Intangível	1.750
<b>Total do ativo</b>	<b>1.662.700</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>477.510</b>
Obrig Trab, Prev e Ass a Pagar	55.100
Fornecedores e Contas a Pagar	146.850
Provisões de Curto Prazo	33.610
Demais Obrigações a Curto Prazo	241.950
<b>Passivo não circulante</b>	<b>667.700</b>
Obrig Trab, Prev e Ass a Pagar - LP	210.050
Empréstimos e Financiamentos - LP	32.150
Obrigações Fiscais - LP	101.200
Provisões de Longo Prazo	169.800
Demais Obrigações - LP	154.500
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>517.490</b>
Patrimônio Social e Capital Social	259.000
Reservas	258.490
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.662.700</b>

Considerando exclusivamente os dados apresentados no Balço Patrimonial, é correto afirmar que:

- A a entidade adotou a prática de reconhecimento de receitas por competência;
- B a entidade municipal ainda não adotou a prática de reconhecimento da depreciação dos ativos;
- C as obrigações da entidade municipal representam 40,2% dos ativos;
- D o índice de liquidez geral da entidade municipal é 1,84;
- E o superávit financeiro apurado é de 401.780,00, recurso para abertura de créditos adicionais.

LETRA A

## 5. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Administração**

**47**

Em uma entidade do setor público, os créditos referentes à dívida ativa devem ser inicialmente registrados

- (A) no Ativo circulante.
- (B) no Passivo circulante.
- (C) no Ativo não circulante.
- (D) na Variação patrimonial.
- (E) no Passivo não circulante.

LETRA C

**FGV/PC-AM 2022 – Cargo: Perito Criminal - 4ª Classe - Contabilidade – Tipo 1**

**67**

Uma entidade do setor público recebe uma doação em dinheiro sem condições atreladas. Assinale a opção que indica o reconhecimento no momento do recebimento do dinheiro.

- (A) Aumento do ativo e do passivo.
- (B) Aumento do ativo e da receita.
- (C) Aumento do passivo e da despesa.
- (D) Aumento da receita e da despesa.
- (E) Não há reconhecimento.

LETRA B

**FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**40**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em efetiva e não efetiva.

Nesse sentido, a despesa com a aquisição de materiais para estoque e a despesa com adiantamentos podem ser classificadas, respectivamente como

- (A) neutra e efetiva.
- (B) efetiva e efetiva.
- (C) efetiva e não efetiva.
- (D) não efetiva e efetiva.
- (E) não efetiva e não efetiva.

LETRA E

**FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**48**

Uma entidade paga, de modo adiantado, o salário de seus empregados, sempre no primeiro dia do mês a ser trabalhado.

Assinale a opção que indica o efeito nos elementos patrimoniais no momento do pagamento do salário.

- (A) Aumento no ativo e diminuição no ativo.
- (B) Diminuição no ativo e diminuição no passivo.
- (C) Diminuição no ativo e diminuição no patrimônio líquido.
- (D) Aumento no passivo e diminuição no patrimônio líquido.
- (E) Aumento no patrimônio líquido e diminuição no patrimônio líquido.

LETRA A

**FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**59**

No arcabouço conceitual-normativo do orçamento público há muitos conceitos associados à contabilidade. Quando se fala de despesa contábil, por exemplo, tem-se a ideia de consumo de recursos, com conseqüente redução patrimonial. Porém, no orçamento público, a concepção de despesa tem uma perspectiva diversa.

Esse entendimento é importante principalmente para a avaliação do impacto e dos desdobramentos da execução de despesas no patrimônio público.

Uma despesa orçamentária cujo reconhecimento diverge do conceito contábil de despesa pode ser ilustrada por:

- (A) amortização da dívida;
- (B) arrendamento mercantil;
- (C) concessão de benefícios sociais;
- (D) juros e encargos da dívida;
- (E) subvenções econômicas.

LETRA A

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**55**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta orientações específicas para o tratamento de receita orçamentária por baixa de dívida ativa inscrita.

Uma regra que contribui para o controle da execução desses recursos é que:

- (A) a execução de valores inscritos em dívida ativa deve ser registrada exclusivamente em contas de controle;
- (B) a execução da dívida ativa, na perspectiva patrimonial, gera um lançamento credor em uma conta de passivo;
- (C) o recebimento de dívida ativa deve ser registrado em contas contábeis conforme a natureza do crédito original;



(D) o recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita, exclusivamente sob a ótica patrimonial;

(E) o recebimento de dívida ativa na forma de bens não tem impacto na execução orçamentária.

LETRA C

#### **FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**34** Considere os dados do quadro a seguir, com informações apresentadas em milhares de reais, relativas à execução da receita orçamentária de um ente federativo no terceiro bimestre de um dado exercício.

Descrição	Valor (milhares de R\$)
Alienação de bens	14.000,00
Aplicações financeiras	4.750,00
Contribuições	26.250,00
Doações	7.000,00
Operação de crédito interna	50.000,00
Receita de aluguéis	9.000,00
Royalties	16.250,00
Serviços prestados	20.250,00
Tributos	97.500,00
Venda de títulos públicos	30.000,00

O montante de receitas arrecadadas com impacto financeiro, mas sem reflexos no patrimônio, representa, em milhares de reais:

(A) 117.250,00;

(B) 115.000,00;

(C) 110.250,00;

(D) 96.250,00;

(E) 94.000,00.

LETRA E

#### **FGV - 2019 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Administrativa**

Considere as informações apresentadas no Quadro II a seguir, com valores expressos em milhares de reais, relativas às despesas com uma ação orçamentária constante no orçamento anual de uma unidade da Federação aprovado em 22 de dezembro de 2018.

Cód	Descrição	Valor
46	Auxílio-Alimentação	60,00
61	Aquisição de Imóveis	500,00
14	Diárias - Civil	270,00

52	Equipamentos e Material Permanente	180,00
37	Locação de Mão de Obra	120,00
30	Material de Consumo Imediato	100,00
32	Material para Distribuição Gratuita	175,00
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	850,00
33	Passagens e Despesas com Locomoção	190,00
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.000,00

A partir da análise das informações constantes do Quadro II, apurou-se que o valor das despesas orçamentárias não efetivas, ou seja, que não reduzem a situação líquida patrimonial da entidade, corresponde, em milhares de reais, a:

- A 275,00;
- B 500,00;
- C 600,00;
- D 680,00;
- E 855,00.

LETRA D

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

A transferência da propriedade de um ativo para terceiros, a redução ou extinção do valor econômico de um ativo e o surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo, são fatos que geram o reconhecimento contábil de um(a):

- A ajuste de avaliação patrimonial;
- B despesa orçamentária;
- C despesa extraorçamentária;
- D obrigação não exigível;
- E variação patrimonial diminutiva.

LETRA E

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Durante o exercício financeiro, diversos eventos são registrados pela contabilidade, os quais podem ou não ter efeito no patrimônio da entidade e, no caso das entidades públicas, grande parte desses eventos está relacionada a execução orçamentária.

Um evento que, ao mesmo tempo, afeta quantitativamente o patrimônio líquido e resulta da execução orçamentária é:

- A aquisição de material permanente;
- B atualização monetária de passivo;
- C depreciação de ativos imobilizados;
- D despesa com pagamento de horas extras;
- E perda de equipamentos por incêndio.

LETRA D

**FGV - 2019 - TJ-CE - Técnico Judiciário - Área Técnico-Administrativa**

Considere as informações do Quadro I a seguir, com valores expressos em milhares de reais, originados da execução orçamentária de um ente da federação.

Órgão/Unidade Orçamentária	Secretaria Estadual de Saúde	
Função	Saúde	
Subfunção	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	Saúde para todos	
Atividade/Projeto/Operação Especial	Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde no Estado do Ceará	
Despesas de capital/Investimentos	Obras e Instalações	1.750.000,00
	Material Permanente	980.000,00
	Material de Consumo	310.000,00
Despesas correntes/Outras Despesas Correntes	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	275.000,00
Modalidade de Aplicação	Aplicação Direta	
Fonte	Recursos do Tesouro	

Considerando isoladamente as informações sobre despesas correntes e despesas de capital apresentadas no Quadro I, o montante de recursos aplicado no programa que representa despesa efetiva corresponde a:

- A 310.000,00;
- B 585.000,00;
- C 1.565.000,00;
- D 2.730.000,00;
- E 3.315.000,00.

LETRA B

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

Entre as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está a Demonstração das Variações Patrimoniais. As Variações Patrimoniais podem ser classificadas como

- A qualitativas e quantitativas.
- B diretas e indiretas.
- C monetárias e não monetárias.
- D correntes e de capital.
- E orçamentárias e extraorçamentárias.

LETRA A

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, em efetiva e não efetiva.

Um exemplo de despesa cujo registro inicial representa redução efetiva do patrimônio da entidade pública é:

- A aquisição de estoques;

- B aquisição de veículos;
- C amortização do principal de empréstimos;
- D execução de obras de engenharia;
- E salários dos servidores.

LETRA E

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

Embora todo gasto público seja comumente chamado de despesa, nem sempre o gasto causa redução no patrimônio da entidade, mas apenas uma mutação, ou seja, uma despesa não efetiva.

Constitui um exemplo de despesa corrente não efetiva:

- A transferência de capital;
- B despesa de exercícios anteriores;
- C juros sobre dívida por contrato;
- D indenizações e restituições;
- E despesa com adiantamento.

LETRA E

**FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Analista Judiciário - Área Administrativa**

Considere as despesas descritas no quadro a seguir:

Elemento de despesa	Empenho
Aquisição de Títulos de Crédito	35.000
Juros sobre Dívida por Contrato	27.350
Locação de Mão de Obra	32.400
Material de Consumo	18.500
Material para Distribuição Gratuita	16.200
Material Permanente	41.700
Obras e Instalações	83.600
Passagens e Despesas com Locomoção	21.150
Serviços de Consultoria	19.000

As despesas que, no momento da execução, NÃO representam redução do saldo patrimonial, por serem despesas de capital, totalizam:

- A 134.600;
- B 160.300;
- C 176.500;
- D 192.700;
- E 294.900.

LETRA B

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Considere as informações apresentadas no Quadro I a seguir, extraídas dos registros contábeis diários de uma entidade do setor público:

Quadro I

Fato	Valor contábil
Aquisição de veículo à vista	47.200,00
Recebimento à vista por serviços prestados	37.100,00
Despesa com aluguel de espaço para atendimento ao público	21.800,00
Pagamento de parcela de empréstimo contraído	10.000,00
Doação de bens inservíveis	8.700,00
Aquisição de materiais de expediente para estoque à vista	6.100,00
Depreciação de imóveis	2.900,00
Recebimento de rendimento de aplicação financeira	1.600,00

A partir das informações do Quadro I e das disposições do MCASP quanto ao registro de transações no setor público, as transações que NÃO tiveram efeito no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- A 53.300,00;
- B 57.200,00;
- C 63.300,00;
- D 69.400,00;
- E 72.000,00.

LETRA C

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Considere os dados do Quadro 02 a seguir, originados do sistema de contabilidade de uma entidade pública, relativos ao último exercício financeiro:

Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Bens recebidos em doação	25.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Ganhos na alienação de bens	11.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Receitas derivadas	415.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Transferências recebidas	200.000,00

Considerando os dados apresentados no Quadro 02, o total das operações que não têm impacto no patrimônio é:

- A 1.510.000,00;
- B 1.423.000,00;
- C 1.187.000,00;
- D 1.180.000,00;
- E 820.000,00.

LETRA D

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Considere os dados do Quadro 02 a seguir, originados do sistema de contabilidade de uma entidade pública, relativos ao último exercício financeiro:

Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Bens recebidos em doação	25.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Ganhos na alienação de bens	11.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Receitas derivadas	415.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Transferências recebidas	200.000,00

A partir dos dados apresentados, as operações que causam redução no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- A 135.000,00;
- B 153.000,00;
- C 263.000,00;
- D 513.000,00;
- E 1.180.000,00.

LETRA B

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem como objetivos evidenciar as alterações verificadas no patrimônio e indicar o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Dos itens a seguir, o único que NÃO contribui positivamente para esse resultado é:

- A subvenções econômicas;
- B desincorporação de passivos;

C remuneração de depósitos bancários;  
D transferências de consórcios públicos;  
E exploração de bens, direitos e prestação de serviços.

LETRA A

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Uma entidade deve reconhecer uma variação patrimonial quantitativa quando:

A adquire um veículo;  
B aliena ativos imobilizados;  
C apropria juros incorridos;  
D contrata uma apólice de seguro;  
E contrata uma operação de crédito.

LETRA C

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

Considere os dados do Quadro I a seguir, extraídos da execução orçamentária de um ente público e expressos em milhares de reais.

Receita	Valor
Depósitos em garantia	1.716,00
Amortização de empréstimos	2.580,50
Receitas de serviços	3.107,00
Antecipação da receita orçamentária	4.433,00
Receitas patrimoniais	4.842,50
Receitas de alienação de bens	6.142,50
Receitas de operações de crédito	10.530,00
Receitas de contribuições	17.758,00
Receitas tributárias	39.877,50
Transferências correntes	60.554,00

A partir dos dados apresentados no Quadro I, o montante de recursos que não são reconhecidos como receita sob o enfoque patrimonial, excluído, portanto, da apuração do resultado patrimonial, é:

A 20.969,00;  
B 25.402,00;  
C 28.509,00;  
D 30.244,50;  
E 33.351,50.

LETRA B

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Contador**

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais das entidades do setor público e podem ter natureza qualitativa ou quantitativa. As variações patrimoniais qualitativas:

- A contribuem para a apuração do resultado patrimonial;
- B decorrem apenas de transações que envolvem receitas e despesas;
- C podem aumentar ou diminuir o patrimônio líquido;
- D possuem caráter exclusivamente compensatório;
- E resultam invariavelmente da execução orçamentária.

LETRA D

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

Sobre as Variações Patrimoniais apresentadas no MCASP, que representam as transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, é correto afirmar que:

- A a aquisição de um veículo e a contratação de uma operação de crédito representam Variações Patrimoniais Quantitativas;
- B o surgimento de um passivo, sem um correspondente ativo, enseja o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Qualitativa;
- C pela promessa de recebimento de doação de um imóvel, deve haver o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa;
- D em função do 13º salário a ser pago ao final do ano, deve ser reconhecida a cada mês trabalhado uma Variação Patrimonial Diminutiva;
- E o fato gerador do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) ocorre no início do exercício, devendo a Variação Patrimonial Aumentativa ser reconhecida quando de sua arrecadação.

LETRA D

### **FGV - 2015 - PGE-RO - Técnico da Procuradoria - Contabilidade**

Formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais, o PCASP permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Acerca do sistema de contas da contabilidade pública e dos fatos que afetam o patrimônio dos entes estatais, é correto afirmar que:

- A uma despesa monetária corrente com aquisição de material de consumo para estoque gera uma variação patrimonial passiva;
- B a receita corrente a realizar é conta típica do sistema financeiro;
- C a aquisição de um veículo e a contratação de uma operação de crédito representam variações patrimoniais diminutivas;
- D o plano de contas utilizado na contabilidade pública deve ser capaz de evidenciar os vários estágios das receitas e despesas;
- E toda receita orçamentária por mutação gera uma variação patrimonial mista.



LETRA D

**FGV - 2015 - TCM-SP - Agente de Fiscalização - Ciências Contábeis**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. As variações patrimoniais podem ser qualitativas ou quantitativas.

Um exemplo de registro de variação patrimonial quantitativa é:

- A aquisição de veículos a prazo;
- B amortização de empréstimos junto a instituições financeiras;
- C pagamento de dívidas de curto prazo com fornecedores;
- D pagamento de parcela de móveis adquiridos a prazo;
- E recebimento de receita de transferências constitucionais.

LETRA E

**FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista Contábil**

As variações patrimoniais decorrem de transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, e podem ser classificadas em quantitativas e qualitativas. Constitui um exemplo de variação qualitativa:

- A arrecadação de receitas de origem tributária;
- B inscrição de valores na dívida ativa;
- C pagamento de despesa com pessoal;
- D pagamento de juros;
- E pagamento do principal de empréstimos.

LETRA E

**FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Contabilidade - Reaplicação**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado. O item que apresenta apenas variações patrimoniais quantitativas é:

- A amortização de operações de crédito e despesa com serviços de terceiros;
- B aquisição de móveis e utensílios e pagamento de restos a pagar;
- C arrecadação de receita de dívida ativa e pagamento de restos a pagar;
- D arrecadação de receitas tributárias e despesas com pessoal;
- E recebimento de depósitos em garantia e pagamento de juros e encargos.

LETRA D

**FGV - 2013 - AL-MA - Consultor Legislativo - Orçamento Público**

Com base nas informações a seguir, responda a questão.

Rubricas	Previsão	Lançamento	Arrecadação
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	100		70
ICMS	300	250	230
Alienação de Bens Móveis	100		80

A soma da receitas classificadas como variações patrimoniais qualitativas ou de afetação patrimonial denominada mutação, é de

- A 70.
- B 80.
- C 150.
- D 300.
- E 310.

LETRA C

#### **FGV - 2013 - CONDER - Contador**

Quanto às transações no setor público, a que somente apresenta variação qualitativa gerada na execução orçamentária da receita é

- A "Depósito de terceiro recebido e consignação de folha de pagamento retida".
- B "Amortização de empréstimos contraídos e aquisição de bens".
- C "Arrecadação de impostos e cobrança da dívida ativa tributária".
- D "Empréstimos concedidos e construção de imóvel".
- E "Alienação de bens e empréstimos contraídos".

LETRA E

#### **FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

Das operações mencionadas abaixo, aquela representativa de um fato que NÃO implica uma variação patrimonial é

- A apropriação de despesa de aquisição de um veículo.
- B liquidação de restos a pagar não processados.
- C pagamento de obrigação de despesa de aquisição de material permanente.
- D liquidação de contratação de serviços de terceiros.
- E baixa do almoxarifado de material de consumo.

LETRA C

#### **FGV - 2010 - DETRAN-RN - Assessor Técnico - Contabilidade**

O plano de contas é o objeto responsável pela transparência dos lançamentos contábeis. Este instrumento é livremente utilizado pela Contabilidade Comercial e, na Contabilidade Pública, está atrelado ao que determina a Lei nº. 4320/64 e respectivas Portarias Ministeriais. A conta

(sintética) de variações patrimoniais independentes da execução orçamentária que representa os decréscimos patrimoniais ocorridos na entidade por meio de baixa de créditos fiscais inscritos, baixa de bens imóveis (por alienação, por sinistro etc.), baixa de bens móveis (por consumo etc.), é denominada:

- A Superveniências Passivas.
- B Insubsistências Passivas.
- C Superveniências Ativas.
- D Amortização de Dívida Fundada.
- E Insubsistências Ativas.

LETRA E

## 6. DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**46**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é uma das demonstrações obrigatórias para as entidades públicas, com o objetivo de evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

Ao elaborar a DVP de uma entidade pública individual, deve-se observar que as variações patrimoniais diminutivas serão:

- (A) apresentadas conforme a abordagem da natureza, como detalhado no PCASP;
- (B) compensadas com as variações aumentativas diretamente associadas;
- (C) detalhadas excluindo as despesas de natureza intraorçamentária;
- (D) discriminadas conforme o impacto qualitativo ou quantitativo na situação líquida patrimonial;
- (E) evidenciadas prioritariamente segundo o método da função da despesa.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**46**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, evidenciará as alterações verificadas no patrimônio do ente ao longo do exercício financeiro. De acordo com o MCASP, tais alterações:

- (A) devem considerar operações extraorçamentárias;
- (B) devem se circunscrever à execução orçamentária;
- (C) permitem avaliar o desempenho financeiro do ente;
- (D) possibilitam a apuração do resultado patrimonial do exercício;
- (E) são registradas nas contas das classes 1 e 2 do PCASP.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**50**

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas diferentes classes de contas definidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Para a elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a entidade deve usar as classes de contas relativas a:

- (A) atos potenciais ativos e passivos;

- (B) fatos permutativos e modificativos;
- (C) superveniências e insubsistências ativas e passivas;
- (D) variações patrimoniais aumentativas e diminutivas;
- (E) variações decorrentes e independentes da execução orçamentária.

LETRA D

**FGV/SEAD-AP 2022 – Cargo: Perito Criminal – Ciências Contábeis**

**58**

De acordo com a Lei 4320/1964, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Sobre eles, é correto afirmar que

- (A) o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as orçadas.
- (B) a Demonstração das Variações Patrimoniais demonstra o ativo e o passivo, financeiros e permanentes, o saldo patrimonial e as contas de compensação.
- (C) o Balanço Patrimonial evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.
- (D) o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias e os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- (E) as variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie, nas demonstrações, devem ser levadas à conta de resultado.

LETRA D

**FGV/PC-AM 2022 – Cargo: Perito Criminal - 4ª Classe - Contabilidade – Tipo 1**

**78**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Assinale a opção que indica um fato contábil orçamentário que é demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- (A) Inscrição da dívida ativa.
- (B) Receita tributária.
- (C) Recebimento de cauções.
- (D) Compra de estoque.
- (E) Recebimento de cota para pagamento de restos a pagar.

LETRA B

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**84**

De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve apresentar, na Demonstração do Resultado ou nas Notas Explicativas, a análise das despesas

utilizando o detalhamento baseado na sua natureza ou na sua função dentro da entidade, devendo selecionar o critério que proporcione informação fidedigna e mais relevante.

São as seguintes as despesas classificadas de acordo com o método da função:

- (A) despesa com depreciação e despesa com amortização;
- (B) despesa com segurança e despesa com teste de recuperabilidade;
- (C) despesa com benefícios a empregados e despesa com venda de ativo imobilizado;
- (D) despesa com salários e despesa com juros;
- (E) despesa com saúde e despesa com educação.

LETRA E

### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**59**

Entre as alterações decorrentes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no âmbito do setor público, está a maior correspondência da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) à lógica da Demonstração do Resultado do Exercício, publicada por entidades privadas.

Um servidor recém-empossado em uma entidade pública, com larga experiência anterior como contador em uma entidade privada, foi designado para analisar a DVP da entidade em que atua e apresentar suas considerações para composição do relatório de prestação de contas do exercício.

Na apresentação, o servidor foi bem assertivo em apontar elementos relevantes para análise e compreensão da DVP, dentre os quais destaca-se que:

- (A) a DVP concebe o resultado patrimonial como o principal indicador de desempenho das entidades públicas;
- (B) a DVP relativa a uma entidade específica deve excluir as transações de natureza intraorçamentárias;
- (C) as variações patrimoniais diminutivas devem ser apresentadas de acordo com o método da natureza;
- (D) as variações patrimoniais diminutivas podem ser apresentadas pelo método da função, mediante declaração de política contábil;
- (E) na opção pelo método da função, deve ser adotada a classificação funcional utilizada na execução orçamentária.

LETRA C

### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**37**

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Porém, a NBC TSP11 e o MCASP acrescentam algumas diretrizes para a elaboração dessa demonstração.

Dentre as opções a seguir, a única que está alinhada com as diretrizes do MCASP é:

- (A) a adoção do método da natureza na apresentação das variações patrimoniais diminutivas é facultativa para todos os entes;

- (B) a DVP será elaborada a partir das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP relativas a informação de natureza patrimonial;
- (C) contas intraorçamentárias devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente;
- (D) itens de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas devem ser compensados se resultarem em informação mais relevante;
- (E) o método da função é uma alternativa para apresentação das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

LETRA C

### **FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo - Contabilidade**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia, de acordo com a NBC T 16.6(R1) - Demonstrações Contábeis, as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre

- A as receitas e as despesas.
- B as entradas e as saídas de caixa.
- C o aumento e a diminuição do patrimônio líquido.
- D os ingressos e os dispêndios extra orçamentários.
- E as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

LETRA E

### **FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam as variações verificadas no patrimônio e indicam o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações

- A qualitativas e quantitativas.
- B quantitativas aumentativas e diminutivas.
- C qualitativas aumentativas e diminutivas.
- D orçadas e executadas.
- E orçadas e liquidadas.

LETRA B

### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Considere as informações do Quadro III a seguir, que consistem em saldos extraídos das demonstrações contábeis de uma entidade pública em um dado exercício.

Quadro III

Descrição	Saldo
Desincorporação de Ativo	1.100,00
Intangível	1.950,00
Desincorporação de Passivo	4.250,00
Incorporação de Passivo	7.450,00
Investimentos	9.000,00
Passivo Circulante	12.100,00
Passivo Não Circulante	13.600,00
Incorporação de Ativo	15.400,00
Receitas de Capital realizadas	17.400,00
Despesas de Capital executadas	30.100,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.900,00
Ativo Circulante	73.400,00
Pagamentos Extraorçamentários	107.000,00
Imobilizado	113.480,00
Patrimônio Líquido	125.600,00
Recebimentos Extraorçamentários	224.800,00
Despesas Correntes executadas	231.150,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	252.900,00
Receitas Correntes realizadas	292.200,00
Variações Patrimoniais Aumentativas	293.500,00

A partir das informações apresentadas no Quadro III e considerando a estrutura do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, é correto afirmar que:

- A o ativo imobilizado foi alterado no período somente pela depreciação;
- B o endividamento do ente representa menos de 10% do ativo;
- C o endividamento de longo prazo supera o endividamento corrente;
- D o patrimônio líquido apresentou variação negativa;
- E o resultado patrimonial apurado na DVP coincide com o resultado da execução orçamentária.

LETRA C

#### FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis

Quadro I

Fato	Valor contábil
Aquisição de veículo à vista	47.200,00
Recebimento à vista por serviços prestados	37.100,00
Despesa com aluguel de espaço para atendimento ao público	21.800,00
Pagamento de parcela de empréstimo contraído	10.000,00
Doação de bens inservíveis	8.700,00
Aquisição de materiais de expediente para estoque à vista	6.100,00
Depreciação de imóveis	2.900,00
Recebimento de rendimento de aplicação financeira	1.600,00



A partir das informações do Quadro I, a confrontação entre as transações que geram variação aumentativa e diminutiva no patrimônio líquido da entidade permite apurar um resultado de:

- A -4.700,00;
- B -800,00;
- C 2.100,00;
- D 5.300,00;
- E 7.900,00.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria - Contador**

Considere os dados a seguir, expressos em milhares de reais, fornecidos pelo serviço de Contabilidade de um ente da administração pública.

Quadro I

Aquisição de veículos à vista	62.400
Benefícios previdenciários e assistenciais	54.400
Construção de novas edificações	210.300
Contratação de operações de crédito	155.000
Contribuições	132.500
Depreciação e amortização	8.700
Desincorporação de passivos	2.500
Desvalorização de ativos	109.900
Exploração e venda de bens e serviços	18.400
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	260.800
Incorporação de passivos	4.200
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos	9.500
Pessoal e encargos	240.300
Transferências concedidas	82.500
Transferências recebidas	300.400
Uso de bens e serviços	81.300
Valorização de ativos	1.200

A identificação das variações patrimoniais apresentadas no Quadro I permite apurar o resultado patrimonial de:

- A 88.200;
- B 125.000;
- C 233.800;
- D 242.700;
- E 397.700.

LETRA B

#### **FGV - 2013 - MPE-MS - Analista - Contabilidade**

Observe as variações patrimoniais a seguir e responda à questão.

Arrecadação de impostos \$2.000  
Empréstimos contraídos \$1.500  
Restituição de depósitos de terceiros \$1.200  
Liquidação de Pessoal Ativo \$1.000  
Baixa de bens sucateados \$ 500  
Aquisição de veículos \$1.400  
Alienação de bens móveis \$1.000  
Consumo de estoque de combustível \$ 300

A soma das variações quantitativas diminutivas orçamentárias é de

- A \$4.400.
- B \$2.400.
- C \$2.000.
- D \$1.800.
- E \$1.000.

LETRA E

**FGV - 2012 - PC-MA - Perito Criminal**

**Com base no quadro abaixo, responda às questões 69 e 70.**

LOA	FIXAÇÃO	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
DESPESA CORRENTE				
Pessoal Ativo	12.000	12.000	12.000	12.000
Material de Consumo para estoque	4.000	4.000	4.000	850
Serviços de manutenção	5.000	5.000	5.000	
DESPESA DE CAPITAL				
Aquisição de Equipamentos novos	4.000	2.000	1.000	1.000
Obras de construção de Escola	9.000	4.500	2.250	2.250
<b>SOMA</b>	<b>34.000</b>	<b>27.500</b>	<b>24.250</b>	<b>16.100</b>



O total das despesas executadas por competência do orçamento que representam as variações quantitativas diminutivas é de:

- A \$21.000
- B \$17.000
- C \$12.850
- D \$12.000
- E \$10.500

LETRA B

## 7. TÍTULO IX DA LEI N.º 4.320/64

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

**40**

Um item objeto de constante debate e atenção dos órgãos de controle e da sociedade é a dívida pública, uma vez que acarreta alto custo por consumir parte relevante dos recursos do orçamento para o seu financiamento e amortização. A Lei nº 4.320/1964 classifica a dívida pública em dívida fundada e dívida flutuante.

Ao apurar o montante da dívida flutuante de um ente, NÃO devem ser incluídos valores relativos a:

- (A) restos a pagar;
- (B) débitos de tesouraria;
- (C) serviços da dívida a pagar;
- (D) restituições extraorçamentárias;
- (E) compromissos exigíveis após doze meses.

LETRA E

**FGV - 2012 - Senado Federal - Analista Legislativo - Contabilidade**

Considerando o previsto na Lei nº 4.320/64, NÃO é correto afirmar que

A haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

B a contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

C levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

D os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, com prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum.

E o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

LETRA D

## **8. GESTÃO ORGANIZACIONAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL: PAPÉIS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL E DOS ÓRGÃOS SETORIAIS DE CONTABILIDADE CONSTANTES DA LEI N.º 10.180/2001.**

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Administração**

**51**

De acordo com a Lei nº 10.180/2001, o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas.

Integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como órgão central, os órgãos setoriais e os órgãos específicos.

Em relação aos órgãos setoriais e específicos, assinale a afirmativa correta.

(A) Os órgãos setoriais e específicos ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

(B) Os órgãos setoriais são aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.

(C) Os órgãos específicos são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

(D) O órgão setorial da Casa Civil da Presidência da República tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República, ressalvados outros determinados em legislação específica.

(E) As unidades de planejamento e orçamento das entidades vinculadas aos Ministérios e órgãos setoriais ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica exclusiva do respectivo órgão setorial.

LETRA D

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Direito Financeiro**

**88**

De acordo com o Decreto nº 6976/2009, o Sistema de Contabilidade Federal é integrado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central, e os órgãos setoriais.

Compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal, entre outras funções,

(A) manter e aprimorar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da administração pública.

(B) adotar os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público.

(C) promover, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação de representantes dos órgãos e entidades da administração pública.

(D) prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda.

(E) elaborar e divulgar balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis dos diferentes órgãos da administração federal direta e das entidades da administração indireta.

LETRA B

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Análise Econômica**

**81**

Acerca do papel dos órgãos central e setoriais do orçamento federal em nosso país, o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, à luz da Lei nº 10.180/2001, tem por finalidade

(A) registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União.

(B) evidenciar os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.

(C) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

(D) promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas, nos planos federal, estadual, distrital e municipal.

(E) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

LETRA D

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**59**

Uma das competências dos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal, dispostas no Decreto nº 6.976/2009, é realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário. Porém, no exercício dessa competência, as atribuições estão limitadas a:

I. efetuar o registro contábil dos responsáveis pelo débito apurado;

II. verificar o cálculo do débito;

III. efetuar a baixa contábil, pelo recebimento ou cancelamento do débito.

Está correto o que se afirma em:

(A) somente I;

(B) somente III;

(C) somente I e II;

(D) somente II e III;

(E) I, II e III.

LETRA E

**FGV/CGU 2022 – Cargo: TFFC**

**60**

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal é formado por um órgão central, a Secretaria Federal de Controle Interno, e por órgãos setoriais. A organização e as competências dos órgãos do sistema são legalmente definidas.

A atuação dos órgãos setoriais do sistema decorrente das disposições legais:

- (A) abrange órgãos da estrutura de assistência e previdência social;
- (B) engloba órgãos e entidades da área econômica e de controle financeiro;
- (C) está restrita a órgãos e entidades que operam fora do território nacional;
- (D) está subordinada em caráter facultativo à orientação normativa do órgão central;
- (E) está sujeita à supervisão técnica do órgão central do Sistema de Controle Interno.

LETRA E

## 9. SIAFI, SIDOR E SIOP

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**35**

Avalie se os objetivos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) incluem:

- I. Fornecer meios para agilizar a programação financeira, de modo a otimizar a utilização dos recursos do Tesouro Nacional.
- II. Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, restringindo a atividade e diminuindo o controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora.
- III. Permitir a programação e o acompanhamento físico-financeiro do orçamento, em nível analítico.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

LETRA C

**36**

O SIAFI permite uso nas modalidades total ou parcial.

Entre as principais características da utilização do sistema na modalidade de uso parcial está

- (A) o processamento de todos os atos e fatos da entidade pelo SIAFI.
- (B) a inclusão nas demonstrações contábeis consolidadas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.
- (C) a sujeição dos procedimentos orçamentários, financeiros e a gestão contábil da entidade de forma padronizada, incluindo o uso do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- (D) a existência de disponibilidade financeira na Conta Única através de formalização de um Termo de Cooperação Técnica estabelecido entre a Secretaria do Tesouro Nacional e o usuário.
- (E) a identificação de todas as disponibilidades financeiras da entidade por meio da Conta Única do Governo Federal ou das contas fisicamente existentes na rede bancária.

LETRA D

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**60**

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) tem como objetivo prover mecanismos adequados ao registro e controle diário da gestão orçamentária, financeira e contábil. Tendo em vista a necessidade de garantir a integridade do registro das informações, o Siafi opera a partir de princípios e instrumentos de segurança.

Dentre os itens a seguir, o que NÃO se enquadra no escopo dos instrumentos de segurança do Siafi é:

- (A) conformidade de operadores, a ser realizada pelos titulares das unidades gestoras;
- (B) conformidade de registro de gestão, nos termos de regulamento específico editado pela STN;
- (C) definição de critérios para parametrizar a geração de informações de natureza gerencial;
- (D) manutenção de procedimento que permite identificar os operadores que acessarem a sua base de dados;
- (E) manutenção de mecanismo de segurança, destinado a garantir a integridade dos dados do sistema.

LETRA C



## 10. PLANO DE CONTAS

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

52

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) padroniza a definição das contas contábeis para três naturezas de informação distintas, cujos registros dão origem ao conjunto das demonstrações contábeis. Além disso, o PCASP aborda lançamentos padronizados em operações típicas realizadas pelas entidades públicas.

Pelas regras do PCASP, um lançamento relativo ao reconhecimento por competência de perdas com aplicações financeiras deve:

- (A) ser registrado somente em contas de controle;
- (B) se processar como informação de natureza patrimonial;
- (C) guardar compatibilidade com ativo e passivo financeiros;
- (D) envolver somente contas da classe 3;
- (E) contemplar todas as naturezas de informação.

LETRA B

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental

68

Na realização de lançamentos contábeis, uma das regras de integridade, previstas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser observada por um servidor refere-se a que os lançamentos:

- (A) de natureza de controle têm o objetivo de subsidiar a elaboração de notas explicativas;
- (B) de natureza patrimonial devem se circunscrever às classes 1 (ativo) e 2 (passivo);
- (C) devem debitar e creditar contas da mesma natureza de informação;
- (D) pelo método das partidas dobradas não se aplicam às informações de natureza orçamentária;
- (E) relativos à execução do orçamento são processados em contas da classe 5.

LETRA C

### FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis

44

O Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) tem os seguintes objetivos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Permitir a consolidação nacional das contas públicas.
- (B) Igualar os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- (C) Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
- (D) Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.
- (E) Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.

LETRA B

**45**

Com relação ao momento da ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) Quando o fato gerador do passivo ocorrer antes ou no momento do empenho da despesa orçamentária, a transferência de saldo da conta Crédito Empenhado a Liquidar para a conta Crédito Empenhado em Liquidação acontecerá de forma isolada.

( ) Quando o fato gerador do passivo ocorrer simultaneamente à liquidação da despesa orçamentária não é obrigatório o uso da conta Crédito Empenhado em Liquidação.

( ) Quando o fato gerador do passivo ocorrer após o empenho e antes da liquidação da despesa orçamentária, a transferência de saldo da conta Crédito Disponível para a conta Crédito Empenhado a Liquidar e da conta Crédito Empenhado a Liquidar para a conta Crédito Empenhado em Liquidação deverão ocorrer simultaneamente no momento do empenho.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V-V-V.

(B) V-F-V.

(C) V-V-F.

(D) F-F-V.

(E) F-V-F.

LETRA E

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**55**

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas são agrupadas segundo suas funções, possibilitando gerar os aspectos a seguir, *à exceção de um*. Assinale-o.

(A) Determinar os resultados econômicos e financeiros dos exercícios posteriores.

(B) Conhecer a composição e situação do patrimônio analisado, por meio da evidenciação de todos os ativos e passivos.

(C) Individualizar os devedores e credores, com a especificação necessária ao controle contábil do direito ou obrigação.

(D) Controlar contabilmente os atos potenciais oriundos de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

(E) Identificar, classificar e efetuar a escrituração contábil, pelo método das partidas dobradas, dos atos e fatos de gestão, de maneira uniforme e sistematizada.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**47**

De acordo com a natureza da informação e respectivas classes de contas definidas, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) organiza as classes de contas conforme a natureza da informação e as detalha em grupos e seus desdobramentos.

Ao adotar o PCASP, um ente público deve atentar que os grupos de contas representados por i. Transferências e Delegações Recebidas e ii. Execução da Dívida Ativa integram, respectivamente, as classes:

- (A) 4 - Variação Patrimonial Aumentativa e 8 - Controles Credores;
- (B) 4 - Variação Patrimonial Aumentativa e 6 - Controles da Execução do Orçamento;
- (C) 6 - Controles da Execução do Orçamento e 7 - Controles Devedores;
- (D) 7 - Controles Devedores e 8 - Controles Credores;
- (E) 7 - Controles Devedores e 3 - Variação Patrimonial Diminutiva.

LETRA A

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**48**

Ao implantar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o gestor contábil de uma entidade pública tinha algumas dúvidas sobre eventuais mudanças no tratamento dos atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade.

Como regra geral e no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, o PCASP dispõe que tais atos:

- (A) devem ser evidenciados, quando relevantes, em notas explicativas;
- (B) devem ser registrados em contas de controles devedores e de controles credores;
- (C) por serem atos administrativos, não são objeto de registro contábil;
- (D) são mantidos nas contas de compensação, quando legalmente previstas;
- (E) são registrados em contas de natureza patrimonial, dado o potencial impacto no patrimônio.

LETRA B

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**50**

A adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) tratado no MCASP ainda é um desafio para profissionais da área de Contabilidade, pois traz elementos da lógica patrimonial em adição aos aspectos de controle da execução orçamentária. Os lançamentos contábeis baseados na estrutura do PCASP estão sujeitos a algumas regras de integridade.

No caso específico do lançamento de natureza patrimonial de uma receita que ainda não foi arrecadada, o lançamento a débito deve ser realizado no(a):

- (A) classe 1 – Ativo;
- (B) classe 4 – Variação Patrimonial Aumentativa (VPA);
- (C) classe 7 – Controles Devedores;
- (D) grupo 7.1 – Atos Potenciais;
- (E) grupo 7.2 – Administração Financeira.

LETRA A

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**51**

A operacionalização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pelas entidades públicas requer atenção a alguns requisitos, entre eles, os atributos da conta contábil. Estes são características que distinguem contas do plano de contas, conforme sua natureza e objetivos.

Embora alguns atributos possam ser decorrentes de imposição legal, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) orienta que poderão ser criados outros, de acordo com as necessidades do ente para o atendimento das normas vigentes, a exemplo dos relacionados a:

- (A) execução de restos a pagar;
- (B) impacto na situação patrimonial;
- (C) indicador do superávit financeiro;
- (D) indicador do superávit primário;
- (E) vinculação orçamentária.

LETRA D

#### **FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**29**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em oito classes, sendo as contas classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam.

Natureza da Informação	Classes	
I	1. Ativo	2. Passivo
II	3. Variações Patrimoniais Diminutivas	4. Variações Patrimoniais Aumentativas
III	5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
IV	7. Controles Devedores	8. Controles Credores

Nesse sentido, assinale a opção que preenche I, II, III e IV, respectivamente, no quadro acima.

- (A) Contábil / Patrimonial / Controle / Controle.
- (B) Contábil / Contábil / Controle / Orçamentária.
- (C) Contábil / Orçamentária / Orçamentária / Controle.
- (D) Patrimonial / Patrimonial / Orçamentária / Controle.
- (E) Patrimonial / Planejamento / Controle / Controle.

LETRA D

#### **FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**25**

De acordo com o MCASP, o Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público.

Em relação às inovações proporcionadas pelo PCASP, analise os itens a seguir.

- I. A segregação das informações orçamentárias e patrimoniais.
- II. O registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de caixa.
- III. O registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

LETRA C

**26**

O Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.

Nesse sentido, a natureza de informação de controle corresponde às seguintes classes:

- (A) controle devedores e controle credores.
- (B) controles internos e controles externos.
- (C) controles ativos e controles passivos.
- (D) controle da aprovação e controle da execução.
- (E) controle de variações diminutivas e controles de variações aumentativas.

LETRA A

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**57**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) contempla um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas no processo de consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Esse mecanismo:

- (A) foi desenvolvido com ênfase na consolidação de informações de natureza orçamentária;
- (B) é exclusivo para a consolidação no âmbito dos órgãos e entidades incluídas no orçamento geral da União;
- (C) é aplicável a transações intraorçamentárias, mas não a transações que envolvem entes públicos distintos;
- (D) deve ser adotado em procedimentos de consolidação que abrangem todas as classes de contas do PCASP;
- (E) define a utilização do 5º nível (subtítulo) das contas do PCASP para identificar saldos recíprocos.

LETRA E

**58**

De acordo com as disposições do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os valores a receber são registrados em uma conta de ativo com atributo Permanente (P), a exemplo de Dívida Ativa de créditos tributários. Adicionalmente, qualquer recebimento de recursos financeiros relativo a esses créditos só deve ser reconhecido com o concomitante registro orçamentário.

Para contribuir com essas disposições, uma das regras de integridade do PCASP a serem observadas é que as contas com o atributo Permanente (P) NÃO podem ser movimentadas em contrapartida a:

- (A) conta com o atributo Financeiro (F), para troca do atributo, quando houver a execução orçamentária da despesa;
- (B) conta de Ativo relativa a disponibilidades financeiras, a exemplo de Caixa e equivalentes de caixa;
- (C) conta de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA);
- (D) conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD);
- (E) outra conta com o atributo Permanente (P), para reclassificação do ativo ou do passivo.

LETRA B

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**80**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi concebido para, entre outros objetivos, subsidiar a elaboração das demonstrações contábeis de forma mais padronizada. As contas do PCASP são organizadas de acordo com a natureza da informação.

As contas das classes 1, 2, 3 e 4, por exemplo, são de natureza patrimonial e constituem a base para elaboração do(a):

- (A) balanço financeiro e da demonstração dos fluxos de caixa;
- (B) balanço patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais;
- (C) demonstração da receita corrente líquida e da execução de restos a pagar;
- (D) demonstração das despesas por função e do relatório de gestão fiscal;
- (E) demonstração do resultado primário e do resultado nominal.

LETRA B

#### **FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**39**

O Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em 8 classes.

À classe “8-Controles Credores” pertencem

- (A) Dívida Ativa e Riscos Fiscais.
- (B) Execução de Restos a Pagar e Controles Fiscais.
- (C) Execução do Planejamento e Execução do Orçamento.
- (D) Execução da Administração Financeira e Apuração de Custos.
- (E) Transferências e Delegações Concedidas e Pessoal e Encargos.

LETRA D

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

52 Uma entidade do setor público adota o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). No balancete apurado em 31/12/X0 constavam as seguintes informações:

1.1.1.0.0.00.00	Caixa e equivalente de caixa em moeda nacional	R\$ 30.000
1.2.1.1.1.02.00	Clientes	R\$ 80.000
2.1.8.1.0.00.00	Adiantamento de clientes	R\$ 23.000
2.1.1.0.0.00.00	Obrigações trabalhistas	R\$ 25.000
2.1.1.1.1.04.00	Precatórios de pessoal - regime especial	R\$ 21.000
1.1.3.1.1.01.00	Adiantamentos concedidos a pessoal	R\$ 12.000
1.2.3.8.1.01.00	Depreciação acumulada - bens móveis	R\$ 30.000
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	R\$ 100.000
2.1.3.0.0.00.00	Fornecedores e Contas a pagar a curto prazo	R\$ 34.000
2.1.2.5.0.00.00	Juros e encargos a pagar de empréstimos e financiamentos de curto prazo	R\$ 30.000
2.1.8.9.1.03.00	Suprimentos de fundos a pagar	R\$ 19.000
1.1.2.9.1.99.00	Perdas estimadas em cliente	R\$ 8.000
1.2.3.9.0.00.00	Redução ao valor recuperável de imobilizado	R\$ 8.000

Em seu Plano de Contas, os ativos correspondem a:

- (A) R\$ 164.000;
- (B) R\$ 176.000;
- (C) R\$ 180.000;
- (D) R\$ 199.000;
- (E) R\$ 220.000.

LETRA B

#### FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade

44

A Lei nº 4.320/1964 estabelece a vinculação da despesa orçamentária a determinado exercício financeiro quando dispõe que “as despesas nele legalmente empenhadas pertencem ao exercício financeiro”.

Entre os desdobramentos do registro de uma informação de natureza orçamentária relativa ao empenho de uma despesa está:

- (A) a inscrição do valor empenhado em restos a pagar, após liquidação da despesa;
- (B) o comprometimento de disponibilidades para fins de cálculo do superávit financeiro;
- (C) um registro de Execução da Disponibilidade de Recursos, na classe 6 do PCASP;
- (D) um registro de uma Variação Patrimonial Diminutiva, na classe 3 do PCASP;
- (E) uma redução na margem para abertura de créditos adicionais durante o exercício.

LETRA B

#### FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis

79

A distinção dos restos a pagar em processados e não processados baseia-se no cumprimento dos estágios de execução da despesa pública e tem impactos no reconhecimento patrimonial da obrigação correspondente.

Em geral, quando não se tratar de situações especiais, para que sejam reconhecidos como obrigação patrimonial, os restos a pagar devem se referir a despesas classificadas como:

- A empenhadas a liquidar, apenas;
- B empenhadas em liquidação, apenas;
- C liquidadas, apenas;
- D liquidadas ou empenhadas a liquidar;
- E liquidadas ou empenhadas em liquidação.

LETRA E

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

A adoção do regime de competência nas entidades do setor público para gerar informações patrimoniais requer atenção quanto às regras para reconhecimento das etapas da execução orçamentária.

Assim, quando o fato gerador de um passivo exigível ocorrer antes do empenho, ou entre o empenho e a liquidação orçamentária, a entidade:

- A deve registrar o fato somente em contas de controle;
- B deve aguardar a emissão do empenho para registrar o passivo;
- C deve registrar uma etapa chamada “empenho em liquidação”;
- D não deve relacionar visão patrimonial com regras orçamentárias;
- E não deve registrar o passivo exigível antes da liquidação orçamentária.

LETRA C

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estabeleceu um mecanismo para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo. O mecanismo identifica o 5º nível de detalhamento das contas quando os respectivos saldos devem ser excluídos ou não da consolidação.

Dessa forma, os saldos de operações decorrentes de transações entre entidades que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do mesmo ente público devem ser identificados no 5º nível com o dígito:

- A 1;
- B 2;
- C 3;
- D 4;
- E 5.

LETRA B

#### **FGV - 2018 - MPE-AL - Contador do Ministério Público**



Quando o fato gerador do passivo exigível ocorre antes do empenho, é necessário o registro de uma etapa chamada de

- A empenho em liquidação.
- B empenho a pagar.
- C empenho liquidado.
- D crédito empenhado a liquidar.
- E passivo a empenhar.

LETRA A

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem sua elaboração com base nas contas contábeis, conforme modelo definido pelo PCASP, sendo utilizadas:

- A as classes 3 – variações patrimoniais aumentativas e 4 – variações patrimoniais diminutivas;
- B as classes 5 – variações patrimoniais diminutivas e 6 – variações patrimoniais aumentativas;
- C as classes 4 – variações patrimoniais diminutivas e 5 – variações patrimoniais aumentativas;
- D as classes 1 – variações patrimoniais diminutivas e 2 – variações patrimoniais aumentativas;
- E as classes 3 – variações patrimoniais diminutivas e 4 – variações patrimoniais aumentativas.

LETRA E

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

Para garantir a integridade dos procedimentos contábeis, o PCASP dispõe sobre algumas regras de integridade.

Com relação a lançamentos contábeis, é correto afirmar que:

- A os de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4;
- B os de natureza de controle apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6;
- C os de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1 e 2;
- D os de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8;
- E os de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.

LETRA A

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

De acordo com a estrutura proposta pelo PCASP, as despesas orçamentárias empenhadas cujos fatos geradores ocorreram, mas ainda não foram liquidadas, apresentam uma situação transitória.

Para sua identificação, foi criada a conta:

- A crédito empenhado a liquidar;
- B crédito disponível;
- C crédito empenhado em liquidação;

D crédito empenhado a pagar;  
E crédito empenhado liquidado a pagar.

LETRA C

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Um dos objetivos da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é padronizar os registros contábeis das entidades do setor público a fim de permitir a consolidação nacional das contas públicas.

No PCASP as contas são agrupadas em classes, de acordo com a natureza da informação.

Uma das classes relacionadas com a natureza de informação orçamentária é:

A atos potenciais;  
B apuração de custos;  
C controles devedores;  
D variações patrimoniais diminutivas;  
E controles da execução do planejamento e orçamento.

LETRA E

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

A metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos, de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados.

De acordo com as disposições com a segregação das contas:

A a consolidação de contas ocorre com as informações do quarto nível de segregação;  
B as classes de contas podem ser integradas entre as diferentes naturezas de informação;  
C as classes que envolvem contas de receitas e despesas reconhecidas por competência são de natureza patrimonial;  
D os entes da federação não devem detalhar as contas além dos níveis do PCASP em decorrência da consolidação;  
E os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos cinco níveis.

LETRA C

**FGV - 2016 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Administrativa**

De acordo com o Plano de Contas aplicado ao Setor Público previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP/STN), o reconhecimento de uma informação de natureza orçamentária enseja lançamento na classe de:

A ativos e passivos;  
B variações patrimoniais;  
C controles credores;  
D controles devedores;  
E controles da execução do orçamento.

LETRA E

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Auditoria**

A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Esse mecanismo consiste na utilização do 5º nível das contas de natureza patrimonial utilizado para identificar os saldos recíprocos.

As contas que forem identificadas no 5º nível com o dígito 4 - Intra OFSS - Estado, representam as operações que:

A compreendem os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS);

B compreendem os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente;

C entre entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado;

D entre entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município;

E entre entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.

LETRA C

### **FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

O plano de contas de uma entidade tem como objetivo atender o registro contábil dos atos e fatos praticados por ela, de modo uniforme e sistematizado.

Nesse sentido, o grupo *inscrição de restos a pagar* pertence à seguinte classe:

A Ativo.

B Passivo.

C Variação Patrimonial Aumentativa.

D Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

E Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.

LETRA E

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Contador**

De acordo com as disposições do Plano de Contas aplicado ao Setor Público, aprovado pela da Portaria STN nº 700/2014, o registro contábil de uma variação patrimonial quantitativa sempre terá contra partida:

A na classe 1;

B na classe 2;

C nas classes 3 ou 4;

D nas classes 5 ou 6;

E nas classes 7 ou 8.

LETRA C

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é a estrutura básica da escrituração contábil, que tem por finalidade geral o fornecimento de informações aos seus diversos usuários. Para atender a esse objetivo é estruturado em grandes grupos de contas contábeis, e estas identificadas em níveis de desdobramentos, sendo o quinto nível das contas de natureza patrimonial utilizado para identificar os saldos recíprocos. As contas que forem identificadas no 5º nível com o dígito 2 - Intra OFSS, identificarão as operações:

A entre uma entidade que pertence ao orçamento fiscal e da seguridade social de um ente público e uma organização social;

B entre uma entidade que pertence ao orçamento fiscal e da seguridade social de um ente público e uma empresa estatal independente;

C realizadas entre um estado e um município;

D referentes a transações patrimoniais dentro de uma mesma entidade;

E entre entidades que pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente público.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) analise as afirmativas apresentadas e atribua (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas:

( ) O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis: orçamentária, patrimonial e controle. A natureza da informação de controle tem por fim registrar, processar e evidenciar os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

( ) Um dos objetivos do PCASP é atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social.

( ) Com relação à amortização de operação de crédito, o pagamento da dívida é um fato modificativo sob a ótica patrimonial. No entanto, o pagamento só poderá ser efetuado se o passivo estiver marcado com o atributo Financeiro.

( ) O recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita, pela ótica orçamentária, com simultânea baixa contábil do crédito registrado anteriormente no ativo, sob a ótica patrimonial.

A sequência correta é:

A F – V – F – V;

B V – F – F – F;

C F – V – V – V;

D F – V – V – F;

E V – F – V – V.

LETRA A

#### **FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria - Contador**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estrutura as contas em classes, segundo a natureza da informação contábil. A análise da natureza da informação e das classes e grupos apresentados no PCASP permite afirmar que:

A a natureza de informação orçamentária abrange as classes 5, 6, 7 e 8;

B a natureza de informação patrimonial registra, processa e evidencia os atos cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público;

C as informações para elaboração dos relatórios fiscais RREO e RGF têm origem na natureza de informação de controle;

D o grupo Execução de Restos a Pagar é um desdobramento da classe Controles Devedores;

E os entes da Federação poderão detalhar a conta contábil apenas nos níveis posteriores ao nível apresentado no PCASP.

LETRA E

### **FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista Contábil**

Em decorrência da necessidade de cumprir o disposto na Lei complementar nº 101/2000, art. 51, que prevê que o Poder Executivo da União promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público contém algumas regras que devem ser observadas. Sobre as regras de consolidação do PCASP, analise as afirmativas a seguir.

I – Todas as classes de contas devem utilizar o 5º nível para identificação de saldos recíprocos.

II – As contas do PCASP identificadas com o dígito 2 no 5º nível (INTRA-OFSS) deverão ser excluídas no processo de consolidação de cada ente.

III – As contas identificadas no 5º nível com o dígito 1 (Consolidação) compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados.

É correto apenas o que se afirma em:

A I;

B II;

C III;

D I e II;

E II e III.

LETRA E

### **FGV - 2015 - DPE-RO - Analista da Defensoria Pública - Analista Contábil**

A implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) gerou a necessidade de observar algumas regras para assegurar a integridade dos procedimentos, bem como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas. Sobre as regras de integridade do PCASP, é correto afirmar que:

A a natureza de informação patrimonial contempla todos os registros anteriormente classificados como financeiro e patrimonial;

B as contas com o atributo Permanente podem ser movimentadas em contrapartida a conta com o atributo Financeiro;

C as contas de conta de variação patrimonial aumentativa e diminutiva só podem ser movimentadas entre si;

D os lançamentos contábeis podem ser realizados utilizando contas de natureza de informação distintas;

E os saldos credores e devedores de uma mesma natureza de informação podem apresentar diferenças, em decorrência da apuração do resultado.

LETRA A

#### **FGV - 2015 - DPE-RO - Técnico da Defensoria Pública - Técnico em Contabilidade**

Na atualidade, a Contabilidade Pública está migrando de um modelo com viés orçamentário para um outro, de maior modernidade e abrangência, com ênfase na informação patrimonial. Assim, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), considere que: 1) Ativo; 2) Passivo e Patrimônio Líquido; 3) Variação Patrimonial Diminutiva; 4) Variação Patrimonial Aumentativa; 5) Controles da aprovação do Planejamento e Orçamento; 6) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

Assim, levando em conta a ênfase na contabilidade patrimonial, a lógica do registro contábil pelo regime de competência está relacionada aos grupos:

A 1, 2, 3, 4, 5 e 6;

B 1, 2, 3, 5 e 6;

C 1, 2 e 3;

D 5 e 6;

E 1, 2, 3 e 4.

LETRA E

#### **FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Área Administrativa**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (MCASP/PCASP) classifica as contas contábeis segundo a natureza das informações que evidenciam. Um grupo de contas de informação de natureza patrimonial é:

A apuração de custos;

B execução da Dívida Ativa;

C execução de Restos a Pagar;

D execução dos Riscos Fiscais;

E exploração e venda de bens, serviços e direitos.

LETRA E

#### **FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

Para elaborar as variações qualitativas, são utilizadas na Demonstração das Variações Patrimoniais, a(s) seguinte(s) classe(s) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:

A 1 e 2;

B 3 e 4;

C 5 e 6;

D 3, 4 e 5;  
E somente a 6.

LETRA E

**FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

Conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público vigente, o grupo de contas do ativo possui a seguinte segregação:

- A circulante e realizável no longo prazo;
- B circulante, não circulante e permanente;
- C realizável no curto prazo, realizável no longo prazo e permanente;
- D circulante e não circulante;
- E ativo financeiro e ativo permanente.

LETRA D

**FGV - 2013 - SUDENE-PE - Contador**

Quanto ao novo plano de contas aplicado ao setor público, assinale a afirmativa correta.

- A As classes 1 e 2 são exclusivas para transações do subsistema orçamentário.
- B A classe 3 refere-se à variação patrimonial diminutiva e a classe 4 à variação patrimonial aumentativa .
- C A execução da despesa orçamentária por mutação é registrada nas classes 1 e 3.
- D As classes iniciadas com números ímpares são de natureza credora e as de números pares devedoras.
- E As contas retificadoras pertencem somente as classes 7 e 9.

LETRA B

**FGV - 2013 - MPE-MS - Analista - Contabilidade**

Na estrutura básica do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as Classes 2, 3 e 6 são destinadas aos seguintes registros, respectivamente:

- A Passivo e Patrimônio Líquido, Variação Patrimonial Diminutiva e Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- B Passivo, Patrimônio Líquido e Variação Patrimonial Aumentativa.
- C Passivo, Variação Patrimonial Diminutiva e Controles de Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- D Ativo, Controles Devedores e Controles Credores.
- E Ativo, Variação Patrimonial Diminutiva e Controles Diversos.

LETRA A

**FGV - 2013 - AL-MT - Contador**

No novo plano de contas aplicado ao setor público, o subsistema de custos está registrado nas contas codificadas em

- A 1.1 e 2.1
- B 1.9 e 2.9
- C 3.1 e 4.1
- D 5.6 e 6.6
- E 7.8 e 8.8

LETRA E

**FGV - 2013 - CONDER - Administrador**

Quanto ao atual plano de contas utilizado na Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. O ativo é representado pela classe de contas 1 e se divide em 1.1 Circulante e 1.2 Não Circulante em atendimento à ordem decrescente de realização de recursos.
- II. As contas que influenciam o resultado patrimonial são as das classes 3 e 4, sendo respectivamente variações patrimoniais aumentativa e diminutiva.
- III. Tanto as mutações ativas quanto as interferências passivas são registradas em contas das classes 3 e 4 e alteram o resultado patrimonial quando são caracterizadas como receitas e despesas efetivas.

Assinale:

- A se somente a afirmativa I estiver correta.
- B se somente a afirmativa II estiver correta.
- C se somente a afirmativa III estiver correta.
- D se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E se todas as afirmativas estiverem corretas.

LETRA A



## 11. SISTEMAS DE CONTAS

### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

A NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis trouxe alterações para os sistemas e subsistemas de informações contábeis adotados nas entidades públicas. De acordo com essa norma foram excluído e incluído, respectivamente, os sistemas:

- A de compensação; de custos;
- B de compensação; financeiro;
- C financeiro; de custos;
- D orçamentário; patrimonial;
- E patrimonial; financeiro.

LETRA C

## 12. LANÇAMENTOS CONTÁBEIS DE OPERAÇÕES TÍPICAS

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis**

**71**

O MCASP dispõe sobre algumas regras a fim de garantir a integridade dos procedimentos contábeis, assim como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas. Uma dessas regras diz respeito aos lançamentos contábeis e estabelece que:

- (A) os totais lançados a débito e a crédito em contas de mesma natureza de informação devem apresentar valores iguais;
- (B) o método das partidas dobradas é aplicável somente para lançamentos de natureza patrimonial;
- (C) os lançamentos a débito e a crédito não devem envolver contas da mesma natureza de informação;
- (D) os lançamentos possíveis de uma transação não devem ser restringidos, de modo a afetar o registro de peculiaridades;
- (E) as contas das classes relativas a variações patrimoniais (VPA e VPD) devem ser lançadas somente entre si.

LETRA A

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**62**

Uma entidade pública recebeu um lote de equipamentos de informática (computadores e periféricos) por meio de uma doação, e assumiu a responsabilidade pela retirada, transporte e instalação.

No reconhecimento contábil do lote de equipamentos, deve-se fazer um lançamento a débito na conta de ativo imobilizado e a crédito em conta de:

- (A) ajustes de avaliação patrimonial – classe 2;
- (B) receita extraordinária – classe 1;
- (C) receita sem contraprestação – classe 6;
- (D) variação patrimonial aumentativa – classe 4;
- (E) variação patrimonial diminutiva – classe 3.

LETRA D

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**68**

Na realização de lançamentos contábeis, uma das regras de integridade, previstas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser observada por um servidor refere-se a que os lançamentos:

- (A) de natureza de controle têm o objetivo de subsidiar a elaboração de notas explicativas;

- (B) de natureza patrimonial devem se circunscrever às classes 1 (ativo) e 2 (passivo);
- (C) devem debitar e creditar contas da mesma natureza de informação;
- (D) pelo método das partidas dobradas não se aplicam às informações de natureza orçamentária;
- (E) relativos à execução do orçamento são processados em contas da classe 5.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**49**

Uma entidade pública precisa fazer o registro contábil de uma despesa cujo fato gerador ocorreu antes do empenho.

Sob a perspectiva da informação de natureza patrimonial, haverá um lançamento a débito em uma conta de variação patrimonial diminutiva e um lançamento a crédito em conta de:

- (A) crédito a empenhar ou de fornecedores;
- (B) crédito a liquidar ou de disponibilidades;
- (C) crédito disponível ou de disponibilidades;
- (D) disponibilidades ou de fornecedores;
- (E) fornecedores ou de crédito em liquidação.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**52**

Ao longo da execução orçamentária nem sempre os créditos tributários ou não, lançados em favor da Fazenda Pública, são pagos no vencimento. Esse fato pode gerar inscrição em dívida ativa, que envolve juros e encargos, além do valor principal.

O registro de natureza patrimonial dos juros e encargos de mora incidentes sobre o crédito inscrito em dívida ativa deve ser feito pelo seguinte lançamento:

- (A) D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa  
C 4.4.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Mora
- (B) D 1.2.1.1.x.xx.xx Créditos a Longo Prazo – Dívida Ativa  
C 4.4.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Mora
- (C) D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa  
C 1.x.x.x.xx.xx Créditos a Receber – Dívida Ativa
- (D) D 4.4.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Mora  
C 8.3.2.3.x.xx.xx Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Receber
- (E) D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar  
C 4.4.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Mora

LETRA B

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**59**

Em relação ao *balancete* de uma entidade do setor público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Reflete os aspectos orçamentário e fiscal.
- (B) Segue o método das partidas simples.
- (C) Demonstra o movimento e o saldo detalhado das contas contábeis.
- (D) É uma demonstração contábil incluída na Lei nº 4.320/64.
- (E) É uma demonstração contábil, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

LETRA C

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**70**

Os estágios da despesa pública decorrem de procedimentos administrativos e ensejam registros de natureza contábil, que geram informações para fins de controle e acompanhamento da execução orçamentária.

No caso concreto do registro do estágio do empenho de uma despesa com aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso posterior, mediante solicitação, a contrapartida do lançamento a débito será em conta de natureza:

- (A) patrimonial: Estoque – Almoxarifado;
- (B) patrimonial: Fornecedores e Contas a Pagar;
- (C) patrimonial: Variação Patrimonial Diminutiva;
- (D) orçamentária: Crédito Disponível;
- (E) orçamentária: Crédito Empenhado a Liquidar.

LETRA E

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC – Contabilidade Pública e Finanças**

**55**

Em determinado exercício, um Município diminuiu a alíquota do IPTU, o que provocou uma redução de 10% da receita arrecadada.

O Município contabilizou a renúncia da receita no momento da arrecadação.

Dado que a receita realizada é de R\$ 500.000, os lançamentos contábeis são os seguintes:

(A) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber R\$ 450.000

C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda R\$ 450.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar R\$ 450.000

C-Receita realizada R\$ 450.000

(B) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber R\$ 500.000

C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda R\$ 500.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar R\$ 500.000

C-Receita realizada R\$ 500.000

(C) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber R\$ 450.000

C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda R\$ 450.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar R\$ 450.000

D-Dedução da Receita realizada (IPTU) R\$ 50.000

C-Receita realizada R\$ 500.000

(D) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber R\$ 450.000

D-Dedução da Receita R\$ 50.000

C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda R\$ 500.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar R\$ 500.000

C-Receita realizada R\$ 500.000

(E) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber R\$ 450.000

C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda R\$ 450.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar R\$ 500.000

C-Dedução da Receita realizada (IPTU) R\$ 50.000

C-Receita realizada R\$ 450.000

LETRA C

### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**55**

Em 05/01/X1, uma escola pública comprou computadores para serem utilizados por seus professores em suas aulas por R\$ 120.000 a prazo. As parcelas, de R\$ 40.000, devem ser pagas em 05/02/X1, 05/03/X1 e 05/04/X1. Os computadores à vista custariam R\$ 100.000. O valor é material para a entidade e os termos desse financiamento excedem o prazo normal de crédito. O registro contábil da compra dos computadores em 05/01/X1, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é o seguinte:

(A) D-computadores R\$ 100.000

C-contas a pagar R\$ 100.000

(B) D-computadores R\$ 120.000

C-contas a pagar R\$ 120.000

(C) D-computadores R\$ 100.000

D-despesa financeira R\$ 20.000

C-contas a pagar R\$ 120.000

(D) D-computadores R\$ 100.000

D-encargos financeiros a apropriar R\$ 20.000

C-contas a pagar R\$ 120.000

(E) D-computadores R\$ 120.000

C-encargos financeiros R\$ 20.000

C-contas a pagar R\$ 100.000

LETRA D

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**39**

De acordo com as regras do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a doação de bem imóvel registrado no patrimônio da União para um Estado da Federação deve ter o seguinte lançamento contábil no ente doador:

(A) D 3.5.2.3.4.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – Estado

C 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação

(B) D 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação

C 4.5.2.3.3.xx.xx Transferências Voluntárias – Inter OFSS – União

(C) D 3.3.2.3.1.xx.xx Transferências Voluntárias

C 2.1.3.1.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação

(D) D 3.5.1.2.2.xx.xx Transferências Concedidas – Intra OFSS

C 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação

(E) D 1.2.3.2.1.xx.xx Bens Imóveis – Consolidação

C 4.5.1.2.2.xx.xx Transferências Recebidas – Intra OFSS

LETRA A

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**43**

Tendo em vista a melhor distribuição da receita pública entre os entes para consecução de suas obrigações legais, a Constituição da República de 1988 estabeleceu que o produto da arrecadação tributária fosse redistribuído por meio da repartição tributária, segundo as regras e parâmetros por ela estabelecidos. Nesse contexto, um ente público confirmou a ocorrência do fato gerador de uma receita de natureza tributária no valor de R\$ 10.000,00, porém, por força de lei, ele precisa transferir a outro ente 25% dessa receita.

No momento do lançamento dessa receita, o ente:

(A) recebedor deverá registrar um ativo – créditos a receber em contrapartida de uma VPA pelo valor de R\$ 2.500,00;

(B) recebedor deverá registrar uma receita orçamentária, de natureza tributária, no valor de R\$ 2.500,00;

(C) transferidor deverá registrar uma VPA pelo valor de R\$ 7.500,00;

(D) transferidor deverá registrar a transação de repartição da receita, sob o ponto de vista patrimonial, como uma VPD;

(E) transferidor deverá registrar um ativo – créditos a receber em contrapartida de uma VPA pelo valor de R\$ 10.000,00.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**47**

O registro patrimonial da contratação de uma operação de crédito por uma entidade pública implica um lançamento:

- (A) a crédito na conta Receita a Realizar;
- (B) a crédito na conta Receita Realizada;
- (C) a débito na conta Crédito Disponível;
- (D) a débito na conta Empréstimos a pagar;
- (E) a débito na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

LETRA E

### **FGV - 2018 - MPE-AL - Contador do Ministério Público**

Uma entidade não pagou o IPTU no prazo de vencimento, gerando inscrição do débito na dívida ativa do município.

Assinale a opção que indica o lançamento feito no momento em que o município recebeu o valor da dívida ativa.

- A D - Disponibilidades;
- C - Receita.
- B D - Disponibilidades;
- C - Receita realizada.
- C D - IPTU a pagar;
- C - Disponibilidades.
- D D - Despesa;
- C - Disponibilidades.
- E D - Receita a realizar;
- C - Receita realizada.

LETRA E

### **FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

O registro da arrecadação da receita durante a execução do orçamento requer lançamentos de natureza orçamentária e de controle.

O lançamento de natureza orçamentária pode ser representado por:

- A D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
- C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- B D 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
- C D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
- C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
- D D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
- C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- E D 6.2.1.1.x.xx.xx Disponibilidades
- C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

LETRA A

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

No momento da arrecadação de impostos é realizado o lançamento a seguir, o qual demonstra uma informação de natureza patrimonial.

D 1.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 1.1.2.1 Créditos Tributários a Receber (P)

Esse lançamento representa o seguinte fato contábil:

A modificativo aumentativo;

B permutativo;

C modificativo diminutivo;

D misto aumentativo;

E misto diminutivo.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

A despesa com o 13º salário dos funcionários da Prefeitura de Montes de Alagoas deve ser reconhecida:

A no último mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva;

B a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;

C no penúltimo mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;

D a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial diminutiva;

E no penúltimo mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva.

LETRA D

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

O Município de Rio Alegria considera 01 de janeiro de 20X1 como a data do fato gerador do IPTU (imposto predial e territorial urbano). Assim o registro a ser feito quanto ao reconhecimento do direito com relação à natureza da informação patrimonial será:

A D 1.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)

C 1.1.2.1 Créditos tributários a receber (P)

B D 1.1.2.1 Créditos tributários a receber (P)

C 1.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)

C D 4.1.1.2 Imposto sobre patrimônio e a renda

C 1.1.2.1 Créditos tributários a receber (P)

D D 1.1.4.1 Créditos tributários a receber (F)

C 4.1.1.2 Imposto sobre patrimônio e a renda

E D 1.1.2.1 Créditos tributários a receber (P)

C 4.1.1.2 Imposto sobre patrimônio e a renda

LETRA E

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**



O registro do pagamento de Restos a pagar processados a pagar, nos sistemas patrimonial e orçamentário, é realizado da seguinte forma:

A D Passivo circulante (F)  
C Caixa e equivalente de caixa (P)  
D RP processados pagos  
C RP processados a pagar

B D DDR comprometida por liquidação  
C DDR utilizada  
D RP processados pagos  
C RP processados a pagar

C D Passivo circulante (F)  
C Caixa e equivalente de caixa (F)  
D RP processados a pagar  
C RP processados pagos

D D RP não processados a liquidar  
C RP não processados cancelados  
D DDR comprometida por empenho  
C Disponibilidade por destinação de recursos

E D Caixa e equivalente de caixa (F)  
C Passivo circulante (F)  
D RP processados a pagar  
C RP processados pagos

LETRA C

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

Um determinado ente contratou uma operação de crédito autorizada no orçamento, a ser amortizada nos próximos quatro anos. O reconhecimento patrimonial no momento da contratação gera o seguinte lançamento:

A D: 1 – Caixa e equivalentes de caixa  
C: 4 – Receitas de capital (Operações de crédito)  
B D: 1 – Caixa e equivalentes de caixa  
C: 2 – Empréstimos de longo prazo  
C D: 2 – Empréstimos de longo prazo  
C: 1 – Caixa e equivalentes de caixa  
D D: 6 – Receita a realizar  
C: 6 – Receita realizada  
E D: 6 – Receita realizada  
C: 1 – Caixa e equivalentes de caixa

LETRA B

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

O reconhecimento contábil de uma receita tributária (impostos) sob o enfoque patrimonial a partir da ocorrência do fato gerador tem o seguinte lançamento:

A D: 4 - Caixa e equivalentes de caixa

C: 1 - VPA – Impostos

B D: 1 - Caixa e equivalentes de caixa

C: 1 - Créditos tributários a receber

C D: 1 - Caixa e equivalentes de caixa

C: 6 - Receita realizada

D D: 1 - Créditos tributários a receber

C: 6 - Receita a realizar

E D: 1 - Créditos tributários a receber

C: 4 - VPA – Impostos

LETRA E

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Auditoria**

Considere o seguinte fato: compra de material de escritório, sendo que a nota fiscal foi recebida em 29 de dezembro. Sabendo que o material foi recebido na mesma data, como será realizado o lançamento de natureza orçamentária? Sabendo que não haverá tempo para realizar o segundo estágio da despesa orçamentária:

A D: Crédito Disponível

C: Crédito Empenhado a Liquidar

B D: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

C: Crédito Empenhado Pago

C D: Crédito Empenhado em Liquidação

C: Crédito Empenhado a Liquidar

D D: Execução da Disponibilidade de Recursos

C: DDR Comprometida por Empenho

E D: Crédito Empenhado a Liquidar

C: Crédito Empenhado em Liquidação

LETRA E

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Auditoria**

De acordo com as orientações para procedimentos contábeis patrimoniais, analise os fatos abaixo:

1 - Reconhecimento de crédito tributário

2 - Recebimento de recursos de depósito em caução

3 - Arrecadação do tributo

A alternativa que apresenta o lançamento correto é:

A a arrecadação do tributo deve ser debitada na Classe 6 e creditada na classe 6;

B o reconhecimento do crédito tributário de impostos deve ser debitado na classe 1 e creditado na classe 4;

C o recebimento de recursos de depósito em caução deve ser debitado na classe 2 e creditado na classe 1;

D o reconhecimento do crédito tributário de impostos deve ser debitado na classe 4 e creditado na classe 1;

E a arrecadação do tributo orçamentário deve ser debitada na Classe 2 e creditada na classe 2.

LETRA B

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Auditoria**

Dos lançamentos contábeis apresentados a seguir, o que representa uma variação patrimonial qualitativa é:

A D: Caixa e Equivalentes de Caixa

C: Créditos Tributários a Receber

B D: Consumo de material de escritório

C: Estoques

C D: Caixa e Equivalentes de Caixa

C: Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos

D D: Remuneração a Pessoal Ativo

C: Pessoal a Pagar

E D: Créditos Tributários a Receber

C: Imposto sobre Patrimônio e Renda

LETRA A

#### **FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está dividido em 8 classes:

<b>1</b> Ativo	<b>2</b> Passivo e Patrimônio Líquido
<b>3</b> Variações Patrimoniais Diminutivas	<b>4</b> Variações Patrimoniais Aumentativas
<b>5</b> Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	<b>6</b> Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
<b>7</b> Controles Devedores	<b>8</b> Controles Credores

A natureza da informação evidenciada pelas contas das quatro primeiras classes, 1 a 4, é Patrimonial, ou seja, informa a situação do patrimônio da entidade pública. A natureza da informação das contas das duas classes seguintes, 5 e 6, é Orçamentária, pois nessas classes são feitos os controles do Planejamento e do Orçamento, desde a aprovação até a execução. Por fim, a natureza da informação das contas das duas últimas classes, 7 e 8, é de controle, pois nessas classes são registrados os atos potenciais e os diversos controles.

Considerando apenas as despesas de natureza orçamentária e de controle, o pagamento da despesa orçamentária com aquisição de equipamentos de informática envolve lançamentos nas classes:

A 1 e 2;  
B 5 e 6;  
C 7 e 8;  
D 1, 2, 6, 7 e 8;  
E 6, 7 e 8.

LETRA E

#### **FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está dividido em 8 classes:

<b>1</b>	<b>Ativo</b>	<b>2</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>
<b>3</b>	Variações Patrimoniais Diminutivas	<b>4</b>	Variações Patrimoniais Aumentativas
<b>5</b>	Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	<b>6</b>	Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
<b>7</b>	Controles Devedores	<b>8</b>	Controles Credores

A natureza da informação evidenciada pelas contas das quatro primeiras classes, 1 a 4, é Patrimonial, ou seja, informa a situação do patrimônio da entidade pública. A natureza da informação das contas das duas classes seguintes, 5 e 6, é Orçamentária, pois nessas classes são feitos os controles do Planejamento e do Orçamento, desde a aprovação até a execução. Por fim, a natureza da informação das contas das duas últimas classes, 7 e 8, é de controle, pois nessas classes são registrados os atos potenciais e os diversos controles.

A assinatura de contrato relativo à aquisição de móveis e utensílios envolve lançamentos nas classes:

A 1 e 2;  
B 5 e 6;  
C 7 e 8;  
D 1, 2, 6, 7 e 8;  
E 6, 7 e 8.

LETRA C

#### **FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações:

I. Patrimonial;  
II. Orçamentária;  
III. Controle.

A emissão de empenho relativo à aquisição de material de consumo sem contrato envolve lançamentos em contas de natureza:

A orçamentária;  
B de controle;  
C patrimonial e orçamentária;  
D patrimonial;  
E de controle e orçamentária.

LETRA E

## 13. AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

47

Os estoques de materiais e suprimentos constituem um recurso importante para as entidades públicas que, em grande parte, os emprega na prestação de serviços.

Ao tratar da mensuração desses recursos, o MCASP indica como regra geral que deve ser pelo custo histórico ou pelo:

- (A) custo corrente de reposição, dos dois o maior;
- (B) preço médio ponderado, dos dois o menor;
- (C) preço presumido, conforme política da entidade;
- (D) seu valor justo na data da aquisição;
- (E) valor realizável líquido, dos dois o menor.

LETRA E

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

49

Uma entidade pública possui um edifício histórico que já foi utilizado como cadeia pública e funciona atualmente como espaço de memória da cidade e também como sede administrativa da Secretaria Municipal de Cultura. Assim, a entidade entende que o imóvel tem potencial de serviços além de seu valor cultural.

À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), esse imóvel:

- (A) deve ser registrado separadamente de acordo com os potenciais de uso;
- (B) deve ser reconhecido e mensurado na mesma base de outros ativos imobilizados;
- (C) deve ser tratado contabilmente sob a condição de propriedade para investimento;
- (D) é de difícil mensuração, a qual carece de normatização específica;
- (E) não está sujeito a depreciação em decorrência da sua vida útil indefinida.

LETRA B

### FGV/Receita Federal 2023 – Cargo: Auditor Fiscal

65

Uma entidade do setor público possui participação permanente em outra entidade. A participação é avaliada de acordo com o custo de aquisição.

A entidade investidora deve reconhecer o rendimento relacionado à entidade investida quando

- (A) receber as distribuições de lucros, apenas.
- (B) a entidade investida reconhecer lucro, apenas.
- (C) as duas entidades realizarem operações entre si, apenas.
- (D) a entidade investida reconhecer lucro ou prejuízo, apenas.
- (E) receber as distribuições de lucros e a entidade investida reconhecer lucro, apenas.

LETRA A

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis**

**75**

Há situações em que as entidades públicas se deparam com o desafio de registrar de forma apropriada itens individualmente insignificantes, como o acervo de livros, revistas e periódicos de uma biblioteca escolar.

Para esses casos, o MCASP dispõe sobre o critério do valor do conjunto, o qual:

- (A) não é aplicável a ativos construídos pela entidade;
- (B) deve ser aplicado exclusivamente no reconhecimento inicial de um ativo;
- (C) deve considerar eventuais encargos financeiros decorrentes de pagamentos a prazo;
- (D) permite o reconhecimento de um ativo a partir da agregação dos custos incorridos;
- (E) requer o uso de custo corrente de reposição nas mensurações subsequentes.

LETRA D

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis**

**69**

As entidades públicas necessitam de informações contábeis que auxiliem os gestores na tomada de decisões que envolvem uma diversidade de aplicações de recursos públicos. Uma parte dos recursos aplicados se converte em despesa de imediato e outra parte colabora para a formação e manutenção do patrimônio público.

No que tange aos ativos imobilizados e outros ativos que integram o patrimônio público, é correto afirmar que:

- (A) com a convergência, a capacidade de gerar fluxos de caixa ganhou hegemonia;
- (B) o foco da sua manutenção está no potencial de serviços de tais ativos;
- (C) o valor de mercado passou a ser a base de mensuração de referência;
- (D) os itens especializados como os ativos de infraestrutura são de contabilização facultativa;
- (E) os novos critérios de mensuração não são aplicáveis a ativos já em utilização.

LETRA B

**FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental**

**71**

Ao proceder o registro contábil de uma perda por redução do valor recuperável de itens registrados como ativo imobilizado, um profissional contábil deve realizar o lançamento a débito em conta de:

- (A) ajustes de avaliação patrimonial;
- (B) despesa extraorçamentária;
- (C) perdas patrimoniais a apropriar;
- (D) resultados de exercícios futuros;
- (E) variação patrimonial diminutiva.

LETRA E

**27**

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Analise se, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- I. Propriedade legal.
- II. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses.
- III. Meios que asseguram que o recurso é utilizado para alcançar os seus objetivos.
- IV. Existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

Estão corretos os indicadores

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

LETRA E

**29**

Uma entidade do setor público possui um escritório no qual realiza as suas atividades diárias em um prédio de elevada relevância histórica. O prédio deve ser reconhecido e mensurado na mesma base de outros

- (A) Investimentos.
- (B) Ativos intangíveis.
- (C) Ativos imobilizados.
- (D) Patrimônios culturais.
- (E) Ativos realizáveis a longo prazo.

LETRA C

**30**

Em 01/01/X0, uma escola do setor público adquiriu aparelhos de ar condicionado para as salas de aula por R\$20.000. Na ocasião, foram incorridos os seguintes gastos:

- Frete para entrega: R\$400
- Material para instalação: R\$600
- Honorários para instalação: R\$3.000

Os custos de remoção dos aparelhos ao final de sua vida útil foram estimados em R\$2.000, a valor presente.

Na data, o valor justo dos aparelhos de ar condicionado era de R\$28.000.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado relativo aos aparelhos de ar condicionado em 01/01/X0.



- (A) R\$20.000
- (B) R\$21.000
- (C) R\$24.000
- (D) R\$26.000
- (E) R\$28.000.

LETRA D

**31**

Em 01/01/X0, um hospital do setor público adquiriu um veículo por R\$50.000 para usar como ambulância. O hospital estimou que usaria a ambulância durante 3 anos e depois a venderia por R\$20.000.

Em 31/12/X0, após contabilizar a despesa de depreciação, o hospital revisou o valor residual da ambulância e verificou que ela poderia ser vendida por R\$40.000 ao final de sua vida útil. Assinale a opção que indica a despesa de depreciação da ambulância em 31/12/X1.

- (A) Zero.
- (B) R\$5.000.
- (C) R\$10.000.
- (D) R\$20.000.
- (E) R\$25.000.

LETRA A

**32**

Uma entidade do setor público adquiriu um software, vinculado diretamente a seus computadores, para efetuar a segurança interna. Os computadores são específicos e não funcionam sem o software.

Assinale a opção que indica a contabilização do software e do computador, respectivamente, no ativo da entidade.

- (A) intangível, intangível.
- (B) intangível, imobilizado.
- (C) imobilizado, imobilizado.
- (D) realizável a longo prazo, imobilizado.
- (E) realizável a longo prazo, realizável a longo prazo.

LETRA C

**33**

Em 30/06/X0, uma universidade pública recebeu, em uma transação sem contraprestação, os direitos autorais de um livro. Na data, o valor justo dos direitos autorais foi estimado em R\$30.000.

Em 31/12/X0, a universidade estimou que os direitos autorais tinham valor realizável líquido de R\$28.000, enquanto o valor em uso era estimado em R\$32.000.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado como direitos autorais em 31/12/X0 pela universidade:

- (A) Zero.
- (B) R\$27.000.

- (C) R\$28.000.
- (D) R\$30.000.
- (E) R\$32.000.

LETRA D

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Administração**

**47**

Em uma entidade do setor público, os créditos referentes à dívida ativa devem ser inicialmente registrados

- (A) no Ativo circulante.
- (B) no Passivo circulante.
- (C) no Ativo não circulante.
- (D) na Variação patrimonial.
- (E) no Passivo não circulante.

LETRA C

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**69**

De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, as entidades do setor público podem possuir expressivos valores em itens do patrimônio cultural.

As características a seguir são geralmente apresentadas por itens do patrimônio cultural, *à exceção de uma*. Assinale-a.

- (A) São geralmente mantidos pela sua capacidade de gerar fluxos de caixa.
- (B) Pode ser difícil estimar sua vida útil, que, em alguns casos, pode ser de centenas de anos.
- (C) Obrigações legais e/ou estatutárias podem impor proibições ou severas restrições à sua alienação por venda.
- (D) São geralmente insubstituíveis e seus valores podem aumentar ao longo do tempo, mesmo se sua condição física se deteriorar.
- (E) Seu valor em termos cultural, ambiental, educacional e histórico é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado a preços de mercado.

LETRA A

**70**

Uma entidade do setor público financiou uma viagem ao exterior de um grupo de pesquisadores que foram avaliar o sistema de irrigação, para desenvolver melhorias no país. Os gastos com a viagem totalizaram R\$30.000.

Assinale a opção que indica a contabilização dos gastos com a viagem.

- (A) Despesa.
- (B) Investimento.
- (C) Ativo Intangível.

- (D) Ativo Imobilizado.
- (E) Ativo Realizável a Longo Prazo.

LETRA A

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**56**

Em relação à avaliação e à mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público assinale a afirmativa correta, de acordo com o MCASP.

- (A) Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados a valor presente.
- (B) As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.
- (C) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação.
- (D) Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de resultado, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.
- (E) Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**57**

Um analista recém-empossado em uma entidade pública foi alocado para uma atividade que envolvia controle contábil de estoques, com apresentação periódica de relatórios para fins de acompanhamento dos custos pelo gestor da entidade. Nessa mesma época a entidade recebeu a título gratuito 1.000 caixas de um material usado em suas atividades operacionais, que foi destinado para o estoque. A entidade arcou apenas com o custo do transporte.

Uma vez que a entidade adota as disposições e recomendações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no relatório periódico o analista deverá apresentar o registro do material pelo:

- (A) valor recuperável;
- (B) valor realizável líquido;
- (C) valor justo na data da aquisição;
- (D) custo corrente de reposição;
- (E) custo médio ou valor líquido, dos dois, o menor.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**43**

Por solicitação de um órgão de controle externo, uma entidade pública necessitou avaliar um conjunto de ativos com características comuns a valor corrente. Após a realização da avaliação

e envio do relatório, o órgão de controle emitiu um comunicado de inconsistência e pediu retificação da avaliação.

No relatório foi verificado um equívoco ao indicar que foi usado como critério de avaliação o:

- (A) custo de reposição;
- (B) preço líquido de venda;
- (C) preço presumido;
- (D) valor de mercado;
- (E) valor em uso.

LETRA C

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**48**

Com as mudanças nos procedimentos contábeis decorrentes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade, os contadores que atuam em entidades públicas podem se deparar com dúvidas conceituais no reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis. No caso da definição de ativo, é necessário avaliar, pela existência de alguns indicadores, se o recurso é controlado no presente pela entidade.

Dentre os itens a seguir, o que NÃO contribui com essa avaliação como indicador de controle é:

- (A) direito de acesso ao recurso;
- (B) capacidade de restringir o acesso ao recurso;
- (C) existência de potencial de serviços;
- (D) meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos;
- (E) propriedade legal do recurso.

LETRA C

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**57**

Considerando-se as informações do texto 1 e que oito anos após o início do uso do equipamento, com base em relatórios internos, a entidade avaliou que ele estava em condições de ser usado por mais seis anos, com base nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais dispostos no MCASP, a entidade deverá:

- (A) adotar as recomendações para retificação de erro, pelo equívoco no cálculo da estimativa de vida útil;
- (B) ajustar suas demonstrações contábeis do exercício anterior, por se tratar de um evento subsequente;
- (C) alterar o método de depreciação para gerar informação mais fidedigna quanto à redução da capacidade do equipamento;
- (D) rerepresentar suas demonstrações contábeis do período mais antigo praticável, por se tratar de mudança de política contábil;
- (E) tratar o efeito da mudança de estimativa de vida útil do equipamento prospectivamente.

LETRA E

Texto 1

Uma entidade pública adquiriu um equipamento em 01/07/20x0 para uso em uma unidade de saúde. O valor do equipamento foi de R\$ 345.000,00, para pagamento em três parcelas vencíveis em 60, 90 e 120 dias, respectivamente. O valor do equipamento à vista seria de R\$ 300.000,00. A entidade adota a política de depreciação pelo método das cotas constantes e estimou uma vida útil de doze anos para o equipamento, com valor residual de R\$ 15.000,00.

**56**

A partir das informações do texto 1 e das disposições do MCASP acerca de Procedimentos Contábeis Patrimoniais, o valor da cota anual de depreciação do equipamento equivale a:

- (A) R\$ 23.750,00;
- (B) R\$ 25.000,00;
- (C) R\$ 26.875,00;
- (D) R\$ 27.500,00;
- (E) R\$ 28.750,00.

LETRA A

**57**

Considerando-se as informações do texto 1 e que oito anos após o início do uso do equipamento, com base em relatórios internos, a entidade avaliou que ele estava em condições de ser usado por mais seis anos, com base nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais dispostos no MCASP, a entidade deverá:

- (A) adotar as recomendações para retificação de erro, pelo equívoco no cálculo da estimativa de vida útil;
- (B) ajustar suas demonstrações contábeis do exercício anterior, por se tratar de um evento subsequente;
- (C) alterar o método de depreciação para gerar informação mais fidedigna quanto à redução da capacidade do equipamento;
- (D) reapresentar suas demonstrações contábeis do período mais antigo praticável, por se tratar de mudança de política contábil;
- (E) tratar o efeito da mudança de estimativa de vida útil do equipamento prospectivamente.

LETRA E

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Direito Financeiro**

**89**

Uma entidade do setor público adquiriu 50 livros para treinamento de seus funcionários. Cada livro era vendido por R\$40,00, mas, como a quantidade era grande, foi obtido um desconto de 10% sobre o preço de venda. Ainda, para receber os livros, foi pago o frete de R\$100,00.

O treinamento oferecido teve duração de 2 horas, sendo que o valor da hora-aula do professor encarregado era de R\$200,00.

Após o treinamento, os livros foram guardados na biblioteca da entidade. Uma nova prateleira foi comprada para armazená-los, por R\$400,00.

Assinale a opção que indica o custo do estoque de livros contabilizado pela entidade.

- (A) R\$1.800
- (B) R\$1.900
- (C) R\$2.100
- (D) R\$2.300
- (E) R\$2.500

LETRA B

**90**

Uma universidade pública possuía um terreno, que tinha valor contábil de R\$100.000. O valor justo deste terreno era estimado em R\$140.000.

A entidade realizou uma permuta deste terreno por outro, devido à proximidade de suas instalações. Este novo terreno tinha valor justo de R\$120.000 e será mantido para futura utilização. A operação não tinha natureza comercial.

Assinale a opção que indica o valor do reconhecimento inicial do terreno nas demonstrações contábeis da universidade.

- (A) R\$100.000
- (B) R\$110.000
- (C) R\$120.000
- (D) R\$130.000
- (E) R\$140.000

LETRA A

#### **FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Contabilidade**

**60**

Uma universidade pública adquire, em novembro, X0 livros didáticos para serem vendidos aos alunos no início do período letivo de X1. O preço de venda dos livros deve corresponder a 70% do valor pago.

No balanço patrimonial de 31/12/X0, a mensuração dos livros deve se basear no seguinte critério:

- (A) Custo padrão.
- (B) Valor realizável líquido.
- (C) Custo de cumprimento.
- (D) Custo corrente corrigido.
- (E) Custo histórico corrigido.

LETRA B

**61**

De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, ativos de infraestrutura são frequentemente encontrados em entidades do setor público.

As opções a seguir apresentam características desses ativos, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Não são depreciados.
- (B) Não podem ser removidos.
- (C) São parte de um sistema ou de uma rede.
- (D) Podem estar sujeitos a restrições na alienação.
- (E) São especializados por natureza e não possuem usos alternativos.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**21**

Um terreno foi adquirido por uma entidade do setor público por meio de uma transação sem contraprestação, para possibilitar ao governo local construir novas estradas.

Assinale a opção que indica a mensuração do terreno, na data da aquisição.

- (A) Custo histórico.
- (B) Custo corrente.
- (C) Valor justo.
- (D) Valor presente.
- (E) Custo de reposição.

LETRA C

**23**

Uma entidade do setor público desenvolveu um software para utilizar no controle dos alunos matriculados na rede pública. O *software* demonstrou ter todos os aspectos exigidos para reconhecimento pela NBC TSP 08 – Ativo Intangível, como capacidade de utilizar o ativo intangível e de mensurar confiavelmente os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos com a atividade de pesquisa e de desenvolvimento do *software* foram os seguintes:

- atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento: R\$ 30.000;
- busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos: R\$ 15.000;
- formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados: R\$ 22.000;
- custos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível: R\$ 34.000;
- custos de benefícios a empregados relacionados à geração do ativo intangível: R\$ 20.000;
- taxas de registro do direito legal: 10.000;
- ineficiências identificadas e perdas operacionais iniciais incorridas antes de o ativo atingir o desempenho planejado: R\$ 17.000;
- gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo: R\$ 35.000.

Assinale a opção que indica o valor inicial reconhecido como ativo intangível em relação ao *software*.

- (A) R\$ 54.000.

- (B) R\$ 64.000.
- (C) R\$ 116.000.
- (D) R\$ 131.000.
- (E) R\$ 183.000.

LETRA B

**24**

Em uma entidade do setor público, os gastos com os sistemas de esgoto, de abastecimento de água e de energia e com as redes de comunicação, atividades que criam condições para as atividades futuras da entidade, devem ser contabilizados como

- (A) ativo realizável a longo prazo.
- (B) investimentos.
- (C) ativo imobilizado.
- (D) ativo intangível.
- (E) patrimônio líquido.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**62**

Uma escola municipal fornece a seus alunos, gratuitamente, merenda escolar, que é preparada por uma merendeira contratada.

No Balanço Patrimonial da escola, o estoque de comida mantido para esse fim deve ser mensurado pelo

- (A) valor justo na data da aquisição.
- (B) preço médio ponderado das compras.
- (C) menor valor entre o custo histórico e o custo corrente de reposição.
- (D) menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido.
- (E) menor valor entre o custo corrente de reposição e o valor realizável líquido.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**21**

O candidato a prefeito em um município divulga, no momento de campanha, que pretende construir novos hospitais no município ao custo de R\$500.000, no ano de sua posse.

O candidato foi efetivamente eleito.

Assinale a opção que indica a contabilização do montante pelo município.

- (A) Passivo, no momento de campanha.
- (B) Passivo, no momento da posse.
- (C) Despesa, no momento de campanha.
- (D) Despesa, no momento da posse.
- (E) Não deve haver contabilização.



LETRA E

**FGV/SEAD-AP 2022 – Cargo: Perito Criminal – Ciências Contábeis**

**47**

De acordo com a NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, ao avaliar se há alguma indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável, a entidade deve considerar, no mínimo, entre outros pontos, evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, consideravelmente pior do que o esperado. Isso inclui a existência de

- (A) declínio na demanda pelos bens ou serviços fornecidos pelo ativo em comparação à esperada.
- (B) cessação, ou proximidade da cessação, da demanda ou da necessidade de serviços fornecidos pelo ativo.
- (C) custos significativamente mais elevados de operação ou manutenção do ativo em comparação com aqueles originalmente orçados.
- (D) serviço ou nível de produção fornecido pelo ativo significativamente maior comparado com aquele originalmente esperado.
- (E) mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico no qual a entidade opera.

LETRA C

**48**

Uma entidade do setor público reclassificou um imóvel que era ativo gerador de caixa para ativo não gerador de caixa.

De acordo com a NBC TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa, assinale a afirmativa correta.

- (A) A reclassificação indica a necessidade da reversão da perda por redução ao valor recuperável.
- (B) A reclassificação indica a necessidade da contabilização de perda por redução ao valor recuperável.
- (C) A reclassificação indica a necessidade de interrupção da contabilização da despesa de depreciação.
- (D) Na data das demonstrações contábeis subsequentes à reclassificação, a entidade deve reverter as despesas relacionadas à depreciação e à redução ao valor recuperável dos períodos anteriores.
- (E) Na data das demonstrações contábeis subsequentes à reclassificação, a entidade deve considerar as indicações de fontes internas e externas de informação para avaliar se o ativo pode ser objeto de redução ao valor recuperável.

LETRA E

**FGV/PC-AM 2022 – Cargo: Perito Criminal - 4ª Classe - Contabilidade – Tipo 1**

**70**

Em uma entidade do setor público, os ativos geradores de caixa são mantidos com o objetivo principal de

- (A) gerar retorno comercial.
- (B) gerar retorno social.
- (C) proporcionar bem-estar à população.
- (D) atuar onde o setor privado não está.
- (E) atender às necessidades da população carente.

LETRA A

**71**

Assinale a opção correta de acordo com a NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

- (A) O ativo não gerador de caixa é objeto de redução ao valor recuperável quando o valor recuperável de serviço exceder o seu valor contábil;
- (B) O teste dos ativos intangíveis com vida útil indefinida quanto à redução ao valor recuperável deverá ser feito anualmente, no último dia do exercício;
- (C) A entidade deve testar, pelo menos anualmente, a redução ao valor recuperável de ativo intangível que ainda não está disponível para uso, mesmo que haja menor incerteza antes de o ativo estar disponível para uso do que depois disso.
- (D) Quando um ativo intangível foi inicialmente reconhecido durante o período contábil corrente, esse ativo intangível deve ser testado quanto à redução ao valor recuperável a partir do período seguinte.
- (E) Independentemente da existência de indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar, anualmente, o ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso quanto à redução ao valor recuperável.

LETRA E

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**62**

Uma entidade pública detinha um equipamento, classificado como ativo imobilizado, que foi reavaliado em um dado exercício, tendo o seu valor contábil majorado por conta desse processo. No período seguinte, a entidade apurou a depreciação sobre o equipamento reavaliado no valor de R\$ 3.200,00. A depreciação incidente sobre o equipamento, com base em seu custo histórico, seria no valor de R\$ 2.800,00.

Com base nos procedimentos contábeis patrimoniais constantes no MCASP, a diferença no valor da depreciação apurada deve ser:

- (A) apenas divulgada nas notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis;
- (B) classificada como outras variações patrimoniais diminutivas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- (C) debitada em conta de reserva de reavaliação do ativo imobilizado;
- (D) incluída na despesa de depreciação reconhecida no resultado do período;
- (E) registrada em contas de compensação, que têm natureza de controle.

LETRA C

**63**

Uma entidade pública realizou um processo de aquisição de materiais para estoque, que são usados nos serviços e atendimentos prestados. Uma parte dos materiais adquiridos é distribuída gratuitamente nos atendimentos realizados.

Com base nos procedimentos contábeis patrimoniais constantes no MCASP, o estoque de materiais de distribuição gratuita deve ser mensurado pelo:

- (A) custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois, o menor;
- (B) custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor;
- (C) custo médio ponderado das compras ou custo específico de aquisição;
- (D) valor justo na data da aquisição;
- (E) valor justo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o maior.

LETRA A

### **FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**38**

De acordo com o Decreto 10.540/2020, o Siafic corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluídos os módulos complementares, as ferramentas e as informações dela derivados.

O Siafic processará e centralizará o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável.

Nesse sentido, quando a entidade realiza uma transação em moeda estrangeira, a transação:

- (A) não será registrada, mas evidenciada em nota explicativa.
- (B) não será registrada, mas evidenciada como “Outros Resultados Abrangentes”.
- (C) será registrada separadamente, na moeda estrangeira.
- (D) será convertida em moeda nacional à taxa de câmbio estimada na data de encerramento do exercício social.
- (E) será convertida em moeda nacional à taxa de câmbio na data de referência estabelecida na norma aplicável.

LETRA E

### **FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**86** Uma entidade da administração pública fundacional da área de saúde hospitalar adquiriu um equipamento para procedimentos de alta complexidade. Os custos apurados relativos a essa aquisição estão detalhados a seguir.

Valor de aquisição do equipamento	R\$ 1.350.000,00
Custos de frete e manuseio	R\$ 14.000,00
Custos de preparação do local p/ instalação do equipamento	R\$ 36.000,00

O valor de aquisição do equipamento foi negociado para ser pago em quatro parcelas, sendo a primeira com vencimento em 60 dias após a entrega. A entidade optou por essa forma de pagamento em decorrência do seu cronograma de desembolso, frente às limitações de repasses financeiros que sofria. Se o pagamento fosse feito à vista, o valor de aquisição do equipamento seria de R\$ 1.200.000,00.

O processo de aquisição e instalação foi concluído em 01/07/20X5, quando o equipamento estava no local e nas condições operacionais inicialmente planejadas pela entidade.

Ocorre que, por um problema de infiltração no imóvel onde o equipamento foi instalado e que comprometeu a estrutura do local, o equipamento precisou ser retirado e transferido para outra unidade, incorrendo em custos adicionais de R\$ 42.000,00. Em decorrência disso, só entrou em operação em 01/10/20X5.

A partir dessas informações e dos procedimentos contábeis patrimoniais vigentes para entidades da administração pública, no reconhecimento inicial o equipamento deve ser mensurado por:

- (A) R\$ 1.214.000,00;
- (B) R\$ 1.250.000,00;
- (C) R\$ 1.364.000,00;
- (D) R\$ 1.400.000,00;
- (E) R\$ 1.442.000,00.

LETRA B

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC – Contabilidade Pública e Finanças**

**57**

Um desafio sempre presente para as organizações, públicas ou privadas, é promover uma evidenciação apropriada, que satisfaça os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil. Esse desafio se tornou mais evidente com o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade no âmbito do setor público, com o esforço para que a contabilidade tenha mais compromisso com a essência e menos com a forma.

Nesse contexto, um agente de controle estava avaliando um relatório de prestação de contas de um ente público, no qual foram apresentadas informações de natureza patrimonial, orçamentária e fiscal. Durante a análise, o agente verificou que um edifício em construção, com 75% das obras concluídas, não fora incluído no balanço patrimonial do ente. Porém, notas explicativas traziam informações sobre a obra em andamento, incluindo o valor alocado à construção até o final do exercício financeiro em análise.

Diante dessa constatação e à luz dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis às entidades públicas, o agente de controle avalia que:

- (A) a divulgação da política contábil de reconhecimento de obras em andamento justifica o não reconhecimento do edifício em construção;
- (B) a evidenciação do edifício em construção em notas explicativas está alinhada a regras de reconhecimento de investimentos com recursos orçamentários;
- (C) a evidenciação em notas explicativas não atenua falhas no reconhecimento de itens que satisfaçam a definição de elemento;
- (D) o não reconhecimento do edifício em construção nas demonstrações contábeis não afeta a avaliação da situação patrimonial líquida da entidade;
- (E) o relatório não contém impropriedades no reconhecimento dos elementos contábeis, uma vez que o ativo deve estar finalizado para ser reconhecido.

LETRA C

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC – Contabilidade Pública e Finanças**

**60**

Uma entidade pública adquiriu um equipamento em dezembro de 20X0 pelo valor de R\$ 400.000, que entrou em operação em 01/01/20X1. A entidade adota como política de depreciação o modelo da linha reta e, para este equipamento, foi estimada uma vida útil de doze anos, com valor residual de 2,5% do valor de aquisição.

Em 01/12/20X5, a entidade constituiu uma comissão para revisar a vida útil de alguns equipamentos, a partir da análise do manual do fabricante e relatórios de operação.

Em 02/01/20X6, a comissão apurou que, após cinco anos de operação, a vida útil remanescente do equipamento citado era de dez anos e o valor residual era de R\$ 12.000.

Após essas apurações, o contador da entidade pública detentora do equipamento deverá:

- (A) ajustar os efeitos da mudança no padrão de depreciação do equipamento de forma cumulativa no exercício em que a nova vida útil foi apurada;
- (B) proceder ajustes retrospectivos das demonstrações contábeis, até onde for praticável, pela nova cota anual de depreciação;
- (C) reconhecer a nova cota anual de depreciação no valor de R\$ 23.750, de forma prospectiva;
- (D) reconhecer a nova cota anual de depreciação, no valor de R\$ 22.550, de forma prospectiva;
- (E) retificar de forma retrospectiva a nova cota anual de depreciação no valor de R\$ 21.550.

LETRA D

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**31**

Um contador que atuava na seção de controle patrimonial do departamento de contabilidade de uma entidade pública propôs que um conjunto de equipamentos registrados no Ativo Imobilizado fosse baixado do patrimônio, por serem considerados inservíveis para a entidade. À luz dos conceitos relativos aos elementos das demonstrações contábeis, a proposta do contador está equivocada porque:

- (A) o conjunto de equipamentos é de propriedade legal da entidade;
- (B) o conjunto de equipamentos pode gerar obrigações onerosas à entidade;
- (C) o potencial de alienação dos equipamentos é um evento contingente;
- (D) o potencial de serviços dos equipamentos deve ser desconsiderado;
- (E) os equipamentos podem ter capacidade de gerar benefícios econômicos.

LETRA E

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**42**

Após a implantação de um novo sistema de controle contábil, uma entidade pública registrou uma variação anormal no custo dos seus estoques. Após uma análise criteriosa nos parâmetros do sistema, foi detectado que um item estava sendo equivocadamente contabilizado no custo dos estoques.

Tal item se refere a gastos com:

- (A) manuseio;
- (B) contratação de seguro;

- (C) impostos de importação;
- (D) tributos não recuperáveis;
- (E) armazenagem e comercialização.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**48**

Um dos critérios de mensuração de estoques abordados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) é o valor realizável líquido.

Esse critério de mensuração:

- (A) apura o custo em que a entidade incorreria para adquirir o mesmo ativo na data da demonstração contábil;
- (B) deve ser aplicado a estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação;
- (C) equivale ao valor justo deduzido dos gastos necessários para vender;
- (D) implica a dedução dos custos estimados de venda, troca ou distribuição;
- (E) reflete a quantia pela qual o estoque pode ser trocado entre compradores e vendedores bem informados e dispostos.

LETRA D

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Uma entidade adquiriu um equipamento por R\$ 750.000,00, que entrou em operação em 01/01/20x5. O equipamento teve uma vida útil estimada de 12 anos, valor residual de R\$ 30.000,00 e tem depreciação apurada pelo método da linha reta.

Em atenção ao desempenho do equipamento, em 02/01/20x9, a entidade contratou uma revisão da vida útil do ativo. O relatório de revisão informou que a nova vida útil remanescente era de 10 anos, além de uma redução de R\$ 5.000,00 no valor residual.

Os efeitos contábeis resultantes do caso de revisão de vida útil e valor residual de um equipamento classificado como ativo imobilizado, abordado na questão anterior, devem ser tratados:

- A prospectivamente, por ser uma mudança de estimativa;
- B prospectivamente, por ser uma mudança de política contábil;
- C retrospectivamente, por ser uma mudança de estimativa;
- D retrospectivamente, por ser um evento subsequente que gera ajustes;
- E em notas explicativas, por ser um evento subsequente que não gera ajustes.

LETRA A

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Uma entidade adquiriu um equipamento por R\$ 750.000,00, que entrou em operação em 01/01/20x5. O equipamento teve uma vida útil estimada de 12 anos, valor residual de R\$ 30.000,00 e tem depreciação apurada pelo método da linha reta.

Em atenção ao desempenho do equipamento, em 02/01/20x9, a entidade contratou uma revisão da vida útil do ativo. O relatório de revisão informou que a nova vida útil remanescente era de 10 anos, além de uma redução de R\$ 5.000,00 no valor residual.

Considerando que a entidade acatou o relatório e que não houve outras revisões, o valor líquido contábil do equipamento em 31/12/20x9 é:

- A R\$ 436.500,00;
- B R\$ 437.500,00;
- C R\$ 450.000,00;
- D R\$ 461.500,00;
- E R\$ 515.500,00.

LETRA D

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Na mensuração subsequente de ativos imobilizados, após o seu reconhecimento inicial, a entidade deve escolher o modelo do custo ou o modelo da reavaliação como sua política contábil, conforme NBC TSP 07.

Caso uma entidade adote o modelo da reavaliação, como regra geral, o aumento ou redução do valor contábil de uma classe do ativo decorrente de reavaliação deve ser contabilizado:

- A à conta de reserva de reavaliação, tanto em caso de aumento quanto de redução;
- B à conta de reserva de reavaliação em caso de aumento, e no resultado do período em caso de redução;
- C no resultado do período, tanto em caso de aumento quanto de redução;
- D no resultado do período em caso de aumento, e à conta de reserva de reavaliação em caso de redução;
- E conforme política definida pela entidade, devidamente evidenciada em notas explicativas.

LETRA B

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Para o reconhecimento inicial na conta de estoques de itens que tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, a base de mensuração exigida pela NBC TSP 04 é:

- A valor justo;
- B valor em uso;
- C custo corrente de reposição;
- D custo ou valor justo, dos dois o menor;
- E custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

LETRA A

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Analise os seguintes itens relativos às características de um recurso:

- seu valor em termos cultural, ambiental e histórico é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado em preços de mercado;

- obrigações legais e/ou estatutárias podem impor proibições ou severas restrições à sua alienação por venda;
- seu valor pode aumentar ao longo do tempo;
- pode ser difícil estimar sua vida útil, que, em alguns casos, pode ser de centenas de anos.

Esses itens, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), podem ser associados a:

- A ativos intangíveis;
- B ativos de infraestrutura;
- C ativos de infraestrutura e patrimônio cultural;
- D patrimônio cultural e ativos intangíveis;
- E patrimônio cultural e patrimônio cultural intangível.

LETRA E

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), alinhadas aos padrões internacionais, têm exigido a divulgação de informações adicionais (notas explicativas) para melhor compreensão das demonstrações contábeis.

Uma nota explicativa sobre o Ativo Imobilizado da entidade, por exemplo, requer a apresentação de informações detalhadas sobre os itens do grupo.

Das informações adicionais a seguir sobre Ativo Imobilizado, a que NÃO é exigida pela NBC TSP 07 refere-se a:

- A conciliação do valor contábil no início e no final do período, incluindo adições, alienações e outros;
- B critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- C valores em moeda estrangeira relativos à aquisição de ativos imobilizados no exterior;
- D valores de restrições a ativos imobilizados oferecidos como garantia de obrigações;
- E métodos de depreciação utilizados.

LETRA C

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Uma entidade adquiriu um equipamento para uso em suas atividades de prestação de serviços pelo valor de R\$ 740.000,00. Adicionalmente, a entidade incorreu nos seguintes gastos relacionados ao equipamento adquirido:

Abertura de nova instalação	R\$ 15.000,00
Despesas administrativas e outros gastos indiretos	R\$ 5.000,00
Frete e manuseio (para recebimento e instalação)	R\$ 20.000,00
Honorários profissionais	R\$ 10.000,00
Instalação e montagem	R\$ 9.000,00
Preparação do local	R\$ 12.000,00
Testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente	R\$ 7.500,00
Transferência das atividades para novo local	R\$ 6.500,00

Considerando tais informações, o valor que deve ser adicionado ao custo de aquisição para fins de reconhecimento inicial do ativo, por se referir a custos diretamente atribuíveis, é:



- A R\$ 58.500,00;
- B R\$ 62.500,00;
- C R\$ 63.500,00;
- D R\$ 73.500,00;
- E R\$ 80.000,00.

LETRA A

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Há circunstâncias nas quais entidades do setor público podem manter ativos como propriedades para investimento e tais ativos são tratados pela NBC TSP 06. Considerando as características de tais ativos, analise os exemplos a seguir.

- I. edifício de propriedade da entidade com contrato de arrendamento mercantil operacional com fins comerciais;
- II. imóvel arrendado a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro;
- III. terrenos mantidos para valorização do capital a longo prazo, e não para venda no curso normal das operações;
- IV. terrenos mantidos para uso futuro ainda não definido.

São exemplos de propriedades para investimento somente:

- A I e II;
- B II e III;
- C III e IV;
- D I, II e III;
- E I, III e IV.

LETRA E

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Uma entidade pública tem entre seus ativos um equipamento adquirido por R\$ 300.000,00, com valor residual estimado em R\$ 20.000,00 e vida útil de 10 anos. Após 4 anos de uso, ocorreram mudanças na tecnologia de fabricação desse tipo de equipamento, o que implica maiores custos de manutenção e necessidade de substituição mais breve, e a entidade apurou um valor em uso do equipamento de R\$ 150.000,00.

Considerando somente essas informações e o que dispõe a NBC TSP 09, o valor evidenciado nas demonstrações contábeis do final do quarto ano de uso do equipamento deve ser:

- A R\$ 150.000,00;
- B R\$ 168.000,00;
- C R\$ 180.000,00;
- D R\$ 188.000,00;
- E R\$ 280.000,00.

LETRA A

**FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo - Contabilidade**

De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, alguns ativos, como monumentos e obras de arte, são definidos como “patrimônio cultural” devido à sua relevância cultural, ambiental ou histórica.

Assinale a opção que indica o posicionamento da norma em relação a esses ativos.

A A norma proíbe o reconhecimento como ativo imobilizado.

B A norma exige o reconhecimento como ativo imobilizado, a aplicação da divulgação e a mensuração definidas pela norma.

C A norma exige o reconhecimento como ativo imobilizado, mas faculta a aplicação da divulgação e da mensuração definidas pela norma.

D A norma faculta o reconhecimento como ativo imobilizado, mas, se a entidade o reconhece, deve aplicar as exigências de divulgação e mensuração definidas pela norma.

E A norma faculta o reconhecimento como ativo imobilizado, mas, se a entidade o reconhece, deve aplicar as exigências de divulgação, podendo optar pelas exigências de mensuração definidas pela norma.

LETRA E

#### **FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo - Administração**

Relacione os tipos de bens, listados a seguir, aos seus respectivos processos de perda de valor.

1. Direitos Autorais
2. Reserva de petróleo
3. Imóvel

- ( ) Depreciação  
( ) Exaustão  
( ) Amortização

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- A 1, 2, 3  
B 1, 3, 2  
C 2, 1, 3  
D 3, 1, 2  
E 3, 2, 1

LETRA E

#### **FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

Os bens de uso comum do povo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural. Em relação a esses ativos, analise os itens a seguir.

- I. A contabilização é facultativa.
- II. A mensuração segue a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados.
- III. Constituem partes de um sistema ou rede, de natureza especializada e não possuem usos alternativos.

- IV. Dificuldade de estimativa de vida útil.
- V. Podem ser representados por recursos ambientais.

Constituem características dos bens do patrimônio cultural somente os itens:

- A I e II;
- B I, III e IV;
- C I, IV e V;
- D II e III;
- E II, III e IV.

LETRA C

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

Os itens patrimoniais estão sujeitos a critérios de mensuração específicos que visam a gerar informações fidedignas quanto à situação patrimonial da entidade.

A orientação “devem ser mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável, dos dois o menor”, refere-se ao seguinte elemento patrimonial:

- A disponibilidades;
- B estoques;
- C créditos e obrigações;
- D investimentos permanentes;
- E aplicações financeiras.

LETRA B

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Ao final do exercício financeiro de 2016, uma entidade possuía os seguintes investimentos permanentes:

- I. Propriedades para investimento;
- II. Investimentos em empresas coligadas;
- III. Investimentos em empresas controladas;
- IV. Participação em consórcio público com influência significativa;
- V. Participação em consórcio público sem influência significativa.

De acordo com as disposições do MCASP para mensuração de investimentos permanentes, devem ser avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial somente:

- A I, II e III;
- B II e III;
- C II, III e IV;
- D III e IV;
- E III, IV e V.

LETRA C

### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Uma entidade pública adquiriu um equipamento em 01/07/2014, que foi classificado no subgrupo Ativo Imobilizado. O valor de aquisição do ativo foi R\$ 120.000,00 e a sua vida útil estimada foi de 10 anos. Ao final do exercício de 2016, surgiu uma regulação ambiental que restringiu o uso do equipamento por no máximo 8 anos, a partir do início da utilização. Em decorrência disso, a entidade estimou o valor em uso do ativo em R\$ 83.000,00. Além disso, por meio de pesquisa de equipamentos usados, foi levantado um valor líquido para a venda do ativo de R\$ 75.000,00.

A partir dos dados fornecidos e das orientações do MCASP para realização de teste de redução ao valor recuperável, é correto afirmar que:

A a entidade deve reavaliar o equipamento para refletir a sua capacidade de gerar benefícios econômicos;

B a entidade deve reconhecer uma variação patrimonial diminutiva no valor de R\$ 7.000,00;

C a entidade deve reconhecer uma perda de R\$ 15.000,00 por redução ao valor recuperável;

D o valor recuperável do ativo ao final do exercício de 2016 é de R\$ 79.000,00;

E não há reconhecimento de perda, pois o valor contábil supera o valor recuperável.

LETRA B

### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Um dos procedimentos apresentados no MCASP com o objetivo de evidenciar melhor a capacidade de geração de benefícios de um ativo é o teste de redução ao valor recuperável. Entre as regras aplicáveis à realização desse teste, é correto afirmar que sua aplicação:

A é restrita aos ativos geradores de caixa;

B é restrita, no caso dos intangíveis, aos ativos com vida útil definida;

C é realizada a partir do menor valor recuperável do ativo;

D engloba ativos tangíveis e intangíveis;

E segue a mesma lógica da apuração da depreciação.

LETRA D

### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Uma entidade pública realizou uma transação em moeda estrangeira em 30/11/2016, no montante de US\$ 1.200,00, data em que a taxa de câmbio era de R\$ 3,50, que gerou registro de contas a receber. Em 31/12/2016, a taxa de câmbio foi de R\$ 3,30. O pagamento foi feito em 30/01/2017, a uma taxa de câmbio de R\$ 3,25.

De acordo com as orientações do MCASP para mensuração de ativos, nas demonstrações contábeis do exercício de 2016, essa transação será evidenciada pelo valor de:

A R\$ 3.900,00;

B R\$ 3.960,00;

C R\$ 3.990,00;

D R\$ 4.020,00;

E R\$ 4.200,00.

LETRA B

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Uma entidade da administração pública adquiriu um bem que estava em utilização por outra entidade. Como se trata de um ativo imobilizado, a entidade da administração pública precisa definir a vida útil do bem para registrar a sua depreciação.

Acerca das possibilidades de definição da vida útil de bens usados prevista no MCASP, considere os itens a seguir:

- I. tempo restante da vida útil do bem, levando em consideração a primeira instalação desse bem;
- II. tempo definido em avaliação técnica que estime o prazo de vida útil pelo qual o bem ainda poderá gerar benefícios para o ente;
- III. metade do tempo de vida útil para bens da mesma classe;
- IV. vida útil estimada após a realização do teste de redução ao valor recuperável.

Está correto somente o que se afirma em:

- A I e II;
- B II e III;
- C II e IV;
- D I, II, e III;
- E I, II e IV.

LETRA D

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Um equipamento foi adquirido em 01/07/2013 e logo em seguida entrou em operação. O valor de aquisição do ativo foi \$ 280.000,00. O seu valor residual foi estimado em 5% e a vida útil do bem é de 10 anos. Em julho de 2016 foi realizada uma manutenção periódica no equipamento, que incorreu em gastos de \$ 2.500,00.

Considerando as disposições do MCASP para mensuração de ativos, em 31/12/2016, o valor contábil líquido desse equipamento é:

- A 172.075,00;
- B 172.900,00;
- C 182.000,00;
- D 186.075,00;
- E 186.900,00.

LETRA E

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Ao realizar a aquisição de itens para recomposição dos seus estoques, uma entidade do setor público incorreu nos seguintes gastos:

Quadro II

Detalhamento	Valor
Valor de aquisição	162.000,00
Impostos sobre compras (recuperáveis)	19.440,00
Impostos sobre compras (não recuperáveis)	9.720,00
Frete sobre compras	2.350,00
Custo de armazenagem	1.500,00
Juros sobre valor financiado da compra	3.240,00
Abatimento recebido pelo volume de compras	3.000,00

De acordo as informações do Quadro II e as orientações do MCASP para mensuração de ativos e, o valor a ser registrado por essa aquisição de estoques representa:

- A 171.070,00;
- B 172.570,00;
- C 174.310,00;
- D 177.070,00;
- E 178.810,00.

LETRA A

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

No início do mês de dezembro de 20x5 uma entidade pública adquiriu dois equipamentos eletrônicos para uso nas atividades da entidade, no valor de \$ 9.500,00 cada, sendo um para uso imediato e outro para reserva em caso de defeito do primeiro. A vida útil estimada desses equipamentos é de 3 anos. O contrato de compra previa que o pagamento do fornecedor se daria em duas parcelas, uma até 31/12/20x5 e a outra até 31/01/20x6.

Para fins de reconhecimento desse item no ativo, conforme as regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), devem-se registrar:

- A \$ 9.500,00 no ativo circulante e \$ 9.500,00 no ativo não circulante e os mesmos valores no passivo circulante e não circulante, respectivamente;
- B \$ 9.500,00 no ativo circulante e \$ 9.500,00 no ativo não circulante e \$ 19.000,00 no passivo não circulante;
- C \$ 19.000,00 no ativo não circulante e \$ 19.000,00 no passivo circulante;
- D \$ 19.000,00 no ativo circulante e \$ 9.500,00 no passivo circulante e \$ 9.500,00 no passivo não circulante;
- E \$ 19.000,00 no ativo não circulante e \$ 19.000,00 no passivo não circulante.

LETRA C

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Um dos objetivos da Contabilidade é o controle do patrimônio das entidades, sejam de caráter público ou privado.

Para reconhecimento como elemento patrimonial das entidades do setor público, a 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público recomenda que:

- A considerem-se apenas os bens tangíveis;
- B excluam-se os bens onerados;

- C excluam-se os bens de uso comum;
- D prevaleça a essência econômica sobre a forma legal;
- E reconheça apenas os bens com fluxo de benefícios presente.

LETRA D

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Ao final do exercício de 2015, uma determinada entidade pública iniciou o processo de revisão do valor patrimonial dos seus ativos. O extrato a seguir (Quadro 03) refere-se a um conjunto de equipamentos adquiridos para a Secretaria de Saúde do ente.

Quadro 3

Data de aquisição	01/07/2008
Custo de aquisição	360.000,00
Valor residual	10%
Vida útil	10 anos

O processo de revisão do valor patrimonial do conjunto de ativos representado no Quadro 03 revelou necessidade de revisão do seu valor recuperável. Dessa forma, foi apurado que o valor em uso desses ativos ao final de 2015 representa 100.000,00. Como se trata de ativos específicos para a necessidade do ente, o valor líquido de venda não pode ser apurado.

A partir das informações apresentadas, ao final de 2015, a entidade:

- A deverá reconhecer uma valorização de 9.000,00;
- B deverá reconhecer uma valorização de 2.800,00
- C deverá reconhecer uma perda de 8.000,00;
- D deverá reconhecer uma perda de 17.000,00;
- E não deverá reconhecer nenhuma perda ou ganho.

LETRA D

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Ao final do exercício de 2015, uma determinada entidade pública iniciou o processo de revisão do valor patrimonial dos seus ativos. O extrato a seguir (Quadro 03) refere-se a um conjunto de equipamentos adquiridos para a Secretaria de Saúde do ente.

Quadro 3

Data de aquisição	01/07/2008
Custo de aquisição	360.000,00
Valor residual	10%
Vida útil	10 anos

A partir dos dados informados e considerando que o conjunto de ativos entrou em operação logo que foi adquirido, o valor líquido contábil ao final do exercício de 2015 é:

- A 81.000,00;
- B 90.000,00;
- C 97.200,00;
- D 108.000,00;
- E 117.000,00.

LETRA E

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

O departamento de contabilidade de uma entidade pública precisa registrar um ativo no subgrupo Imobilizado, como Máquinas e Equipamentos, e definir sua vida útil para fins de depreciação. O manual do fabricante informa que a vida útil máxima da máquina é de 8 anos; o regulamento do Imposto de Renda permite que máquinas e equipamentos sejam depreciados em até 5 anos; a entidade, por questões operacionais, tem a prática de trocar esse tipo de máquina a cada 4 anos.

De acordo com as definições do MCASP, a vida útil desse ativo é de:

- A 4 anos;
- B 5 anos;
- C 5 anos e 8 meses;
- D 8 anos;
- E depende de legislação específica.

LETRA A

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o valor justo (fair value) é o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado.

Para fins de reconhecimento inicial como elemento patrimonial, trata-se de um exemplo de ativo que deve ser registrado a valor justo:

- A ativos intangíveis;
- B ativos imobilizados obtidos a título gratuito;
- C disponibilidades financeiras em moeda estrangeira;
- D estoques de resíduos e refugos;
- E participações em consórcios públicos.

LETRA B

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

Um ente público adquiriu um equipamento para uso em suas operações e pretende depreciá-lo pelo método das unidades produzidas. O equipamento foi adquirido em 31/05/2x15 ao custo de 360.000,00, com capacidade máxima de produção de 300.000 unidades. O valor residual do equipamento é considerado imaterial. A entidade pretende usar o equipamento por cinco anos. O ente começou a utilizar o equipamento em 01/07/2x15 e, até o final do ano, produziu 20.000 unidades.

Com base nas informações apresentadas, a despesa de depreciação ao final do exercício totalizou:

- A 24.000,00;
- B 36.000,00;
- C 42.000,00;



D 60.000,00;  
E 72.000,00.

LETRA A

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração e seu reconhecimento contribui para a adequada mensuração e evidência patrimonial. De acordo com as disposições do MCASP/STN para reconhecimento da depreciação, é correto afirmar que:

- A a obsolescência não gera reconhecimento de depreciação, mas de redução ao valor recuperável;
- B a manutenção adequada de ativos imobilizados impacta no reconhecimento da depreciação;
- C o prazo de vida útil e as taxas anuais de depreciação devem ser os mesmos quando se trata de ativos semelhantes;
- D componentes de um ativo com custo significativo em relação ao total do ativo devem ser depreciados separadamente;
- E uma vez definido o método de depreciação, a entidade deve depreciar seus ativos pelo mesmo método.

LETRA D

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

Ao levantar o balanço anual, uma determinada entidade do setor público possuía um saldo de disponibilidades financeiras em moeda estrangeira, que foram recebidas em três parcelas, de acordo com o seguinte detalhamento:

Recebimento	US\$	Câmbio
Primeira parcela	1.200,00	R\$3,60
Segunda parcela	1.800,00	R\$3,75
Terceira parcela	2.700,00	R\$3,90
Início do Exercício (01/01)		R\$3,20
Final do Exercício (31/12)		R\$4,10

O saldo a ser apresentado no balanço patrimonial, após a conversão para reais, de acordo com as disposições do MCASP/STN é:

- A 18.240,00;
- B 21.147,00;
- C 21.375,00;
- D 21.600,00;
- E 23.370,00.

LETRA E

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

Nos procedimentos de levantamento patrimonial para fins de adoção das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público/STN, é recomendável a avaliação do valor recuperável de um ativo. Nesses casos, uma perda deve ser reconhecida quando:

- A o valor contábil superar o valor recuperável;
- B o valor de mercado estiver acima do valor contábil;
- C o valor em uso for maior que o valor líquido de venda;
- D não houver estimativas confiáveis dos fluxos de caixa futuros;
- E não houver reconhecimento sistemático da depreciação.

LETRA A

#### FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis

Uma entidade pública estava em processo de organização de informações para adoção das disposições constantes no MCASP/STN para reconhecimento de alguns ativos que não estavam registrados no patrimônio. Dentre as informações relevantes levantadas, apurou-se o seguinte:

Ativos	Característica
Ativo 1	não controlado pela entidade
Ativo 2	controle resultante de eventos futuros
Ativo 3	não gera variações quantitativas no patrimônio
Ativo 4	o custo não pode ser determinado em bases confiáveis
Ativo 5	a entidade não espera que dele resultem benefícios econômicos futuros

Dos ativos identificados, o único que NÃO descumpra os critérios para reconhecimento é:

- A Ativo 1;
- B Ativo 2;
- C Ativo 3;
- D Ativo 4;
- E Ativo 5.

LETRA C

#### FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público obedecem aos critérios definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela STN. A partir das definições do MCASP/STN, analise as afirmativas a seguir:

- I. As disponibilidades em moeda estrangeira serão convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço.
- II. A avaliação das participações em empresas e consórcios públicos deve ser feita pelo método da equivalência patrimonial.
- III. Estoques de bens para distribuição gratuita podem ser avaliados pelo valor de reposição.
- IV. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são avaliados pelo valor justo.

Está correto somente o que se afirma em:

- A I e II;
- B I e III;
- C II e III;
- D I, II e IV;
- E II, III e IV.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

De acordo com Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP), o atendimento ao enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público, nesse aspecto:

- A o patrimônio público é estruturado em: Ativo, Passivo, Controle e Patrimônio Público;
- B o recebimento de uma doação em espécie deve gerar o reconhecimento de um ativo pelo seu valor original no momento da elaboração do Balanço Patrimonial;
- C os registros contábeis devem ser realizados e evidenciados nas demonstrações contábeis pelos respectivos fatos geradores, dependendo do momento do registro da execução orçamentária;
- D os créditos e obrigações devem ser avaliados e mensurados pelo valor realizável líquido;
- E as participações em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa devem ser efetuadas pelo método da equivalência patrimonial.

LETRA E

**FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria - Contador**

Ao longo do tempo, diversos fatores podem ocasionar que o valor contábil de um ativo não corresponda ao seu valor justo. Quando houver alterações significativas, é necessário que os ativos passem por um processo de adequação do seu valor contábil. O MCASP apresenta algumas recomendações relativas ao processo de reavaliação de ativos.

Acerca da reavaliação de ativos, analise as afirmativas a seguir:

- I. As reavaliações devem ser feitas com frequência anual.
- II. Quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo.
- III. Na reavaliação, o valor de reposição de um ativo depreciado não pode ser utilizado como estimativa do valor justo de um ativo.
- IV. Se um item do ativo imobilizado for reavaliado, toda a classe de contas do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo deve ser reavaliada.

Está correto somente o que se afirma em:

- A I e II;
- B I e III;
- C II e IV;

D I, II e IV;  
E II, III e IV.

LETRA C

**FGV - 2015 - PGE-RO - Analista da Procuradoria - Contador**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dispõe sobre orientações concernentes à mensuração de ativos e passivos, indicando os critérios para reconhecimento inicial dos elementos patrimoniais. Um dos critérios citados no MCASP é o valor justo, que deve ser adotado no reconhecimento inicial de:

- A aplicações financeiras;
- B ativos imobilizados obtidos a título gratuito;
- C ativos intangíveis;
- D bens destinados à distribuição gratuita;
- E participações em consórcios públicos.

LETRA B

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ - Contador**

Quadro II

Informações originadas de um órgão da administração pública em um determinado exercício.

Item	Veículos	Computadores	Softwares	Móveis
Data de aquisição	01/03/x4	01/06/x4	01/07/x4	01/04/x4
Custo de aquisição	48.000	10.000	16.000	54.000
Valor residual	10%	5%	0	5%
Data de recebimento	30/04/x4	20/06/x4	20/07/x4	25/04/x4
Data de início do uso	01/05/x4	01/07/x4	01/08/x4	01/05/x4
Vida útil esperada (anos)	5	3	5	10

A partir das informações do Quadro II e das orientações expressas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que:

- A a cota mensal de depreciação dos veículos é de 800,00;
- B as datas de início do reconhecimento da depreciação dos computadores e softwares devem ser coincidentes, por funcionarem conjuntamente;
- C a depreciação acumulada de móveis ao final de x4 é de 3.600,00;
- D o valor amortizável dos softwares coincide com o seu valor de aquisição;
- E todos os ativos apresentados devem ser depreciados pelo mesmo método.

LETRA D

## 14. AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE PASSIVOS

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

50

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público define ativos contingentes como usualmente decorrentes de eventos não planejados ou não esperados que não estejam totalmente sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Uma entidade pública acionou judicialmente uma empresa que fraudou informações durante o processo licitatório, pleiteando indenização pelos danos ao erário e à prestação do serviço público.

À luz dos procedimentos contábeis patrimoniais descritos no MCASP, a entidade pública deve considerar que:

- (A) a divulgação em notas explicativas deve ser feita caso se avalie que a probabilidade de êxito é remota;
- (B) como se trata de uma receita possível, o ativo contingente deverá ser reconhecido quando o recurso for arrecadado;
- (C) se a entrada de recursos for considerada provável, o ativo contingente deverá ser registrado em contas de controle;
- (D) uma contingência ativa deverá ser reconhecida se o êxito no processo for considerado possível;
- (E) uma VPA deve ser reconhecida quando o jurídico considerar que há probabilidade de ganho do processo.

LETRA C

### FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis

28

Assinale a opção que indica uma condição necessária para a origem de um passivo em uma entidade do setor público, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

- (A) Existir prazo de liquidação.
- (B) Ter como origem transação com contraprestação.
- (C) Estar relacionado a um terceiro, que é identificado.
- (D) Envolver saída de recursos para ser liquidado ou extinto.
- (E) Representar obrigação presente que ocorre por força de lei.

LETRA D

34

De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a provisão para reestruturação deve incluir

- (A) realocação de funcionários.
- (B) novo treinamento para funcionários.
- (C) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- (D) perdas operacionais futuras na data da reestruturação, relacionadas a contratos onerosos.
- (E) expectativa de ganhos decorrentes de alienação de ativos prevista como parte da reestruturação.

LETRA D

**35**

Um posto de saúde distribuiu, por engano, remédios após a data de vencimento. Diversos pacientes entraram na justiça contra o posto de saúde e os advogados estimam ser provável que o posto perca as causas. No entanto, os advogados não conseguem estimar com confiabilidade o valor que deverá ser desembolsado a título de indenizações. Assinale a opção que indica o procedimento do posto em relação às causas.

- (A) Nada deve ser feito.
- (B) Divulgação de passivo contingente, apenas.
- (C) Contabilização de despesa antecipada, apenas.
- (D) Constituição de provisão para contingências, apenas.
- (E) Constituição de provisão para contingências e divulgação de passivo contingente.

LETRA B

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**53**

Uma entidade pública tem expectativa de ganho de uma causa, considerando a entrada de recursos provável. De acordo com a NBC TSP 03– Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, essa entidade deve

- (A) evidenciar um ativo contingente.
- (B) contabilizar um ativo circulante.
- (C) contabilizar um ativo não circulante.
- (D) reconhecer uma receita de transação com contraprestação.
- (E) reconhecer uma receita de transação sem contraprestação.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**50**

Uma entidade pública, em atendimento aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais dispostos no MCASP, precisa registrar contabilmente uma obrigação decorrente de uma provisão envolvendo uma grande população de itens com diversas probabilidades de resultado. Nesse cenário, a entidade deve:

- (A) adotar a média do valor do desembolso estimado e ajustar a valor presente;
- (B) estimar a obrigação, ponderando-se todos os possíveis resultados;
- (C) mensurar o passivo pelo resultado individual mais provável;
- (D) adotar como base de mensuração do passivo o custo de cumprimento da obrigação ou o custo de liberação;
- (E) mensurar a obrigação pelo valor justo do desembolso estimado.

LETRA B

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Analista Legislativo – Contabilidade**

**59**

De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que indica um fato que deve ser reconhecido como provisão em uma entidade do setor público.

- (A) Um laboratório químico decide instalar filtros para proteger os empregados dos gases de certos produtos.
- (B) Um hospital planeja comprar um equipamento recém lançado para realizar exames de radiografia.
- (C) Uma entidade do setor público deve desativar uma usina nuclear de sua propriedade, em virtude dos danos causados à população.
- (D) Uma escola opta por oferecer refeições a seus alunos nos fins de semana para melhorar o rendimento nos estudos.
- (E) Uma repartição decide modificar os seus veículos para se enquadrar em controles de emissão de gases poluentes veiculares.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**49**

O contador de um ente público estadual se viu diante da necessidade de registrar um passivo decorrente de um dano ambiental causado por uma obra de saneamento sob responsabilidade do ente.

De acordo com o texto da Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, uma base de mensuração indicada é:

- (A) custo de liberação;
- (B) valor em uso;
- (C) preço presumido;
- (D) valor de mercado;
- (E) custo de cumprimento da obrigação.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**25**

No ano de X0 uma entidade do setor público recebeu multas por danos ambientais, com vencimento em X1, e assumiu os custos de reparação provenientes destes danos, conforme imposto pela legislação a ela. As multas eram estimadas em R\$ 50.000 e os custos de reparação estimados em R\$ 80.000.

Na tentativa de demonstrar liderança em sua comunidade, a entidade decidiu que a partir de X1 iria instalar maquinário para reciclar todo o papel utilizado. O custo estimado para a instalação era de R\$ 40.000.

No ano de X0, a entidade reconheceu provisões no valor de

- (A) R\$ 40.000.
- (B) R\$ 50.000.
- (C) R\$ 80.000.
- (D) R\$ 120.000.
- (E) R\$ 130.000.

LETRA E

**26**

Uma entidade do setor público fornece eletricidade para a população de um município. De acordo com o contrato, a entidade é responsável por substituir e efetuar reparos nos equipamentos da população quando estes forem danificados pela queda de energia.

Em um ano, se a entidade precisar efetuar reparos em equipamentos de toda a população, o custo estimado é de R\$ 600.000. Se a entidade precisar substituir os equipamentos de toda a população, os custos estimados são de R\$ 2.000.000.

A experiência passada e as expectativas futuras indicam que em X1, os equipamentos de 10% da população precisarão ser substituídos, os equipamentos de 30% da população precisarão de reparos e os equipamentos de 60% da população não precisarão de assistência.

Assinale a opção que indica o valor esperado para a provisão para o custo de reparos e substituições da entidade, em X1.

- (A) Zero.
- (B) R\$ 260.000.
- (C) R\$ 380.000.
- (D) R\$ 780.000.
- (E) R\$ 2.600.000.

LETRA C

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**60**

Um ente público estadual foi acionado judicialmente por uma empresa do setor de transportes por danos causados a sua frota de veículos de carga, que fazia rota em uma rodovia desse Estado. Essa rodovia se encontrava em condições precárias de conservação, além de apresentar sinalização deficiente. De acordo com a empresa, no último ano ocorreu significativa elevação dos gastos de manutenção da frota em decorrência das más condições da rodovia, e houve perdas associadas a atrasos em suas entregas. Na ação, os advogados da empresa pleitearam uma indenização no valor de R\$ 1,5 milhão pelas perdas em consequência dessas más condições. Após análise dos documentos do processo, o departamento jurídico do ente avaliou que é possível uma responsabilização do ente, com uma possível saída de recursos, mas ainda com elementos insuficientes para uma estimativa confiável do valor.



A partir dessas informações, na emissão das demonstrações contábeis relativas ao exercício em que este cenário foi analisado, o ente público deverá:

- (A) eximir-se de divulgação sobre o fato, até que o processo tenha uma decisão jurídica final;
- (B) divulgar o fato em notas explicativas quando for possível fazer uma estimativa confiável do valor provável do desembolso;
- (C) registrar em conta específica do patrimônio líquido uma reserva de contingência de R\$ 1,5 milhão, uma vez que o fato gerador da obrigação é contingente;
- (D) registrar em contas de controle previstas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, por se tratar de um passivo contingente;
- (E) registrar uma provisão de R\$ 1,5 milhão diante da possibilidade de responsabilização do ente.

LETRA D

### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**32**

Na área de contabilidade, reconhecimento é o processo de incorporar e de incluir um item, expresso em valores a serem demonstrados no corpo da demonstração contábil apropriada. Quando se trata de reconhecimento de obrigações, um aspecto a ser considerado é que:

- (A) obrigações não legalmente vinculadas devem ser mensuradas com base no custo de liberação;
- (B) obrigações vinculadas sempre decorrem de transações com contraprestação;
- (C) transações que dão origem à obrigação devem ter prazos de liquidação;
- (D) uma obrigação deve estar relacionada a terceiros para poder gerar um passivo;
- (E) um compromisso político eleitoral é um indicativo para reconhecimento de uma obrigação não vinculada.

LETRA D

### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Nos Contratos de Concessão de Serviços Públicos abordados na NBC TSP 05, a entidade concedente pode tratar o reconhecimento e a mensuração de passivos relacionados ao contrato a partir de três modelos.

O modelo de financiamento de passivos se caracteriza pela:

- A concessão à entidade concessionária do direito de obter receita dos usuários ou outro ativo gerador de caixa;
- B concessão à entidade concessionária do direito de obter receita dos usuários ou obrigação adicional de pagamento;
- C existência de obrigação incondicional de pagamento à concessionária decorrente da construção, desenvolvimento ou melhoria do ativo da concessão;
- D impossibilidade de cobrança diretamente ao usuário pelos serviços prestados;
- E presença de uma instituição financeira garantidora do contrato.

LETRA C

### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Uma entidade pública foi acionada judicialmente por uma empresa em decorrência da interrupção de um contrato de prestação de serviços. A assessoria jurídica da entidade considera que a perda é muito provável e apresentou os seguintes cenários quanto à probabilidade do valor do desembolso:

Cenário	Desembolso estimado	Probabilidade
I	R\$ 145.000,00	20%
II	R\$ 85.000,00	30%
III	R\$ 100.000,00	50%

Nesse caso, a entidade deve reconhecer uma provisão no valor de:

- A R\$ 85.000,00;
- B R\$ 104.500,00;
- C R\$ 110.000,00;
- D R\$ 145.000,00;
- E R\$ 330.000,00.

LETRA B

#### **FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Uma entidade do setor público foi acionada judicialmente em decorrência de divergências na cobrança de créditos tributários. Após análise das informações processuais e de casos semelhantes, a assessoria jurídica da entidade avaliou como provável o pagamento de restituição no valor de R\$ 180.000,00, mas sem prazo para julgamento final do processo. Considerando a situação apresentada e as disposições do MCASP para o tratamento de passivos e provisões, a entidade:

- A deve divulgar a possibilidade da perda em notas explicativas;
- B deve realizar um depósito judicial de pelo menos 50% do valor estimado da perda;
- C deve reconhecer uma provisão no valor estimado pela assessoria jurídica;
- D não deve reconhecer provisão, em decorrência da incerteza quanto ao prazo de julgamento do processo;
- E não deve fazer evidenciação da situação antes do julgamento final do caso.

LETRA C

#### **FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Uma entidade pública foi acionada judicialmente em decorrência de constrangimento que um usuário alega ter sofrido por parte de um servidor da entidade. Em decorrência dos autos processuais e do julgamento de casos semelhantes, o setor jurídico considera provável que a entidade seja condenada na ação, mas ainda não tem elementos suficientes para fazer estimativas confiáveis do valor a ser desembolsado. De acordo com as disposições do International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) 19 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e do MCASP, o tratamento a ser dado a esse fato é:

- A reconhecer como provisão, por ser provável a saída de recursos;

B reconhecer como passivo contingente, por ser obrigação presente;  
C registrar um passivo contingente em contas de controle;  
D reconhecer como obrigações contingentes, em decorrência da incerteza;  
E não registrar o fato, por não haver informações precisas sobre o desdobramento do processo.

LETRA C

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

O contador de uma entidade está analisando um processo em que a entidade foi acionada judicialmente como ré e a assessoria jurídica avalia como provável a probabilidade de perda da ação, mas ainda não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação. Essa situação caracteriza a existência de um(a):

A provisão;  
B ativo contingente;  
C passivo contingente;  
D obrigação legal diferida;  
E passivo derivado de apropriação por competência.

LETRA C

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Auditoria**

Com relação a Passivos Contingentes, é correto afirmar que:

A não devem ser reconhecidos em contas orçamentárias, mas são somente registrados em contas de controle no PCASP;  
B devem ser periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável;  
C surgem de eventos não planejados ou não esperados que não estejam totalmente sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços à entidade;  
D devem ser reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente;  
E envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Contador**

A normatização dos procedimentos contábeis constantes no MCASP relativos a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes foi baseada na International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) 19 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. De acordo com essa norma, uma provisão é:

A um ativo possível resultante de eventos passados;  
B um passivo de prazo ou valor incerto;  
C uma obrigação possível resultante de eventos passados;

D uma obrigação presente não reconhecida porque uma saída de recursos não é provável;  
E uma obrigação possível não reconhecida pela inexistência de estimativas confiáveis.

LETRA B

**FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

Em uma entidade da administração pública direta, foi efetuada uma aquisição de material de consumo sem autorização orçamentária, para pagamento posterior, no valor de R\$ 11.300,00. De acordo com as orientações do MCASP para reconhecimento patrimonial de obrigações, esse fato:

- A não deve ser reconhecido, devido à ausência de previsão orçamentária;
- B deve ser reconhecido após abertura de crédito adicional;
- C deve ser reconhecido como despesa de exercício anterior;
- D deve ser reconhecido se houver disponibilidade de caixa;
- E deve ser reconhecido como obrigação, no exercício a que se referir.

LETRA E

**FGV - 2015 - TJ-RO - Contador**

A Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP trata da definição e requisitos de mensuração e reconhecimento de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Um dos elementos que caracteriza uma provisão é:

- A obrigação decorrente de apropriações por competência;
- B obrigação possível resultante de eventos passados;
- C obrigação presente, com provável saída de recursos;
- D obrigação que será confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos;
- E inexistência de incerteza sobre o prazo da obrigação.

LETRA C

## 15. NBCT SP ESTRUTURA CONCEITUAL

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

41

As entidades do setor público possuem características que as diferem das demais entidades. Uma dessas diferenças está nos objetivos da elaboração das demonstrações contábeis, que têm foco no fornecimento de informações úteis, tendo em vista o processo de prestação de contas e responsabilização.

A elaboração de tais demonstrações de acordo com as normas definidas no MCASP é facultativa para:

- (A) conselhos profissionais;
- (B) consórcios públicos;
- (C) empresas estatais dependentes;
- (D) fundações públicas;
- (E) fundos públicos.

LETRA A

42

No processo de implantação de procedimentos contábeis patrimoniais, um ente público municipal promoveu uma avaliação dos itens incluídos em seu ativo imobilizado há mais de cinco anos e que em geral não são negociados em um mercado ativo. O gestor patrimonial solicitou um relatório detalhado de tais ativos, a partir de uma base de mensuração a valores de entrada.

Para atender a solicitação do gestor, o referido relatório pode ser apresentado considerando:

- (A) custo de liberação;
- (B) custo de reposição;
- (C) preço líquido de venda;
- (D) preço presumido;
- (E) valor em uso.

LETRA B

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental

61

No âmbito das entidades da administração pública, o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão. Para que a informação contábil seja útil, ela precisa apresentar algumas características qualitativas.

Quando se diz que uma informação apresenta relevância, isso significa que:

- (A) foi gerada considerando a primazia da essência sobre a forma;
- (B) foi gerada para se atingir um resultado particular predeterminado;
- (C) não contém erros ou omissões relevantes na descrição do fenômeno;

- (D) é capaz de exercer influência em razão de seu valor confirmatório e/ou preditivo;
- (E) possui materialidade e custo-benefício compatíveis com os objetivos da entidade.

LETRA D

**66**

Com o objetivo principal de fornecer subsídios à gestão pública, muitos governos produzem dois tipos de informações financeiras *ex-post*: as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis de propósito geral.

Ao avaliar relatórios baseados nesses dois tipos de informações, deve-se considerar que:

- (A) a tomada de decisão ao nível da entidade tem como fonte principal as estatísticas de finanças públicas;
- (B) as estatísticas de finanças públicas devem ser baseadas no regime de caixa;
- (C) ativos e passivos governamentais estão fora do escopo das estatísticas de finanças públicas;
- (D) não é recomendada a utilização de um único sistema para gerar os dois tipos de informação;
- (E) eles podem gerar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno.

LETRA E

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis**

**24**

A NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, afirma que muitos programas do setor público são de longo prazo e a capacidade para cumprir os compromissos depende

- (A) do interesse público.
- (B) da relação com outros países.
- (C) da relação entre os governantes.
- (D) da permanência do pessoal-chave da administração.
- (E) dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

LETRA E

**25**

Dentre as características qualitativas da informação incluída no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público está a representação fidedigna. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Uma informação contábil neutra é uma informação

- (A) que não possui vieses.
- (B) que não apresenta estimativas.
- (C) que não influencia as avaliações e as decisões de seus usuários.
- (D) na qual os ativos e as receitas são contabilizados pelo menor valor.
- (E) na qual os passivos e as despesas são contabilizados pelo maior valor.

LETRA A

**26**

Avalie se, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as características-chave de uma entidade do setor público que reporta a informação contábil incluem:

- I. ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela.
- II. ser uma entidade com personalidade jurídica específica definida em contrato.
- III. existirem usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III somente.
- (E) I, II e III.

LETRA C

**27**

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Analise se, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- I. Propriedade legal.
- II. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses.
- III. Meios que asseguram que o recurso é utilizado para alcançar os seus objetivos.
- IV. Existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

Estão corretos os indicadores

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

LETRA E

**28**

Assinale a opção que indica uma condição necessária para a origem de um passivo em uma entidade do setor público, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura

Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

- (A) Existir prazo de liquidação.
- (B) Ter como origem transação com contraprestação.
- (C) Estar relacionado a um terceiro, que é identificado.
- (D) Envolver saída de recursos para ser liquidado ou extinto.
- (E) Representar obrigação presente que ocorre por força de lei.

LETRA D

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**72**

A seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para satisfazer aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil pelas entidades do setor público. Assinale a opção que indica a base de mensuração de ativos geradores de caixa e o respectivo critério de valor, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual– Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

- (A) Custo histórico: saída.
- (B) Valor em uso: entrada.
- (C) Custo de reposição: entrada.
- (D) Preço líquido de venda: entrada.
- (E) Valor de mercado em mercado inativo: entrada.

LETRA C

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**51**

O desempenho da maioria das entidades do setor público pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual– Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, isso acontece porque

- (A) essas entidades obtêm receitas por meio de transações com e sem contraprestação.
- (B) muitas entidades contabilizam as suas transações com base no regime de caixa, em detrimento ao regime de competência.
- (C) as normas contábeis para essas entidades não são abrangentes como as normas para as entidades com finalidade de lucro.
- (D) o objetivo principal destas entidades é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores.
- (E) muitos programas do setor público são de longo prazo, e a capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

LETRA D



**52**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual– Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a elaboração das demonstrações contábeis aplicadas às entidades do setor público é fundamentada pela

- (A) continuidade das entidades deste setor.
- (B) capacidade para cumprir os compromissos no longo prazo.
- (C) prestação de contas e responsabilização (*accountability*).
- (D) comparação entre a execução orçamentária com o orçamento previsto.
- (E) regulação de entidades que operam em determinados setores da economia.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**44**

Um dos pontos tratados na NBC TSP Estrutura Conceitual refere-se à definição dos elementos, necessária para enquadramento da diversidade de transações que ocorrem nas entidades públicas. Um conceito que atualmente tem uma conotação mais abrangente na contabilidade aplicada ao setor público diz respeito ao ativo.

Na aplicação desse conceito, um item relevante é que o recurso:

- (A) esteja sujeito a controle provável;
- (B) dispense a mobilização de benefícios econômicos;
- (C) possa resultar em direito contingente;
- (D) seja resultante de eventos potenciais;
- (E) tenha potencial de fluxos de caixa.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**43**

Por solicitação de um órgão de controle externo, uma entidade pública necessitou avaliar um conjunto de ativos com características comuns a valor corrente. Após a realização da avaliação e envio do relatório, o órgão de controle emitiu um comunicado de inconsistência e pediu retificação da avaliação.

No relatório foi verificado um equívoco ao indicar que foi usado como critério de avaliação o:

- (A) custo de reposição;
- (B) preço líquido de venda;
- (C) preço presumido;
- (D) valor de mercado;
- (E) valor em uso.

LETRA C

**44**

Ao tratar da estrutura de apresentação das demonstrações contábeis das entidades públicas, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) traz disposições para inclusão de informações comparativas.

Ao elaborar as demonstrações contábeis de uma entidade, um analista contábil deve considerar que, em regra, a informação comparativa:

- (A) deve ser divulgada em referência a pelo menos dois exercícios anteriores ao período corrente;
- (B) deve ser divulgada referente ao período anterior para todos os montantes apresentados do período corrente;
- (C) é aplicável somente na apresentação do balanço patrimonial, em decorrência da natureza das informações;
- (D) pode ser apresentada, alternativamente, como informação adicional em notas explicativas;
- (E) tem divulgação facultativa, mas é fortemente incentivada para dar maior transparência e facilitar o controle social.

LETRA B

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**47**

A estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público aborda, entre outras coisas, as características qualitativas da informação contida no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG).

Considerando um relatório que traz informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos da entidade e que as demandas por esses recursos auxiliam os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, é correto afirmar que contém a característica qualitativa da:

- (A) compreensibilidade;
- (B) materialidade;
- (C) relevância;
- (D) representação fidedigna;
- (E) verificabilidade.

LETRA C

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**49**

O contador de um ente público estadual se viu diante da necessidade de registrar um passivo decorrente de um dano ambiental causado por uma obra de saneamento sob responsabilidade do ente.

De acordo com o texto da Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, uma base de mensuração indicada é:

- (A) custo de liberação;
- (B) valor em uso;
- (C) preço presumido;

- (D) valor de mercado;
- (E) custo de cumprimento da obrigação.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**46**

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG) das entidades do setor público compreendem múltiplos relatórios que são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e contribuem para aprimorá-la.

Em decorrência da natureza geral do propósito da sua elaboração, os RCPGs têm usuários primários, que podem ser exemplificados por:

- (A) entidades de fomento e membros do Poder Legislativo;
- (B) órgãos centrais de orçamento e controle;
- (C) provedores de recursos e agências reguladoras;
- (D) usuários da Lei de Acesso à Informação;
- (E) usuários dos serviços e seus representantes.

LETRA E

**47**

Apesar dos esforços para tornar as demonstrações contábeis mais compreensíveis, é necessário um conhecimento razoável para o seu entendimento. Para auxiliar os usuários a contextualizar, compreender e interpretar a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras.

Tais informações podem ser exemplificadas por:

- (A) detalhamento dos contratos celebrados ao longo do exercício financeiro;
- (B) estatísticas relacionadas aos pedidos de acesso à informação atendidos;
- (C) relatório analítico bimestral das fontes de receitas arrecadadas;
- (D) resultados das atividades de prestação de serviços durante o exercício;
- (E) sumário executivo das alterações em leis e normas que impactaram a entidade no exercício.

LETRA D

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Direito Financeiro**

**83**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- (A) Os credores, doadores e contribuintes.
- (B) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.
- (C) O governo federal e outras entidades do setor público.

- (D) Os governos internacionais que mantêm relacionamento com o país.
- (E) Os investidores, os credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais.

LETRA B

**84**

As características qualitativas da informação incluídas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Sobre essas características, assinale a afirmativa correta.

- (A) A compreensibilidade representa a característica que permite que qualquer usuário compreenda o significado da informação sem auxílio.
- (B) A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, livre de erro material e neutra, de modo que não influencie algum comportamento.
- (C) A tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- (D) A informação financeira e não financeira, para ser relevante, deve ser nova e considerada pelo usuário no cumprimento dos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.
- (E) A comparabilidade diz respeito à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades.

LETRA C

**85**

Em relação às características-chave da entidade do setor público que reportam à informação contábil, analise as afirmativas a seguir.

- I. Deve ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou que utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela.
- II. Deve elaborar seu Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público sem custos para a entidade que reporta.
- III. Existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a(s) característica(s)-chave de entidade do setor público que reporta(m) a informação contábil é(são)

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**37**

De acordo com a NBC TSP- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as restrições inerentes à informação contida no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público está a

- (A) materialidade.
- (B) tempestividade.
- (C) continuidade.
- (D) neutralidade.
- (E) confiabilidade.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**56**

A informação sobre a situação patrimonial do governo ou outra entidade do setor público possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório. Isso fornece informação útil como subsídio à avaliação de algumas questões.

Avalie se tais questões incluem

- I. a extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
- II. os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- III. a extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

LETRA E

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**19**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público precisam de informações para subsidiar as avaliações das seguintes questões, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- (B) Se a qualidade da prestação de serviços, frente às outras entidades do setor público, mantém sua qualidade.
- (C) Se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.
- (D) Se os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros são suficientes e até que ponto há restrições para a utilização desses recursos.
- (E) Se a carga tributária que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes tem mudado.

LETRA B

**20**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as bases de mensuração para os passivos, assinale a opção que indica o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

- (A) Custo histórico.
- (B) Valor de mercado.
- (C) Preço presumido.
- (D) Custo de liberação.
- (E) Custo de cumprimento da obrigação.

LETRA C

**29**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações financeiras e não financeiras capazes de influenciar, significativamente, o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, são informações

- (A) materiais.
- (B) confiáveis.
- (C) relevantes.
- (D) tempestivas.
- (E) compreensíveis.

LETRA C

**FGV/PC-AM 2022 – Cargo: Perito Criminal - 4ª Classe - Contabilidade – Tipo 1**

**66**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal dos governos e da maioria das entidades do setor público é

- (A) apresentar equilíbrio em suas contas.
- (B) combater a corrupção e as atividades ilícitas.

- (C) prestar os serviços necessários para a sociedade.
- (D) gerar recursos financeiros.
- (E) otimizar a utilização dos impostos arrecadados.

LETRA C

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**50**

No contexto das restrições acerca da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), tem-se a materialidade. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício.

Ao analisar a materialidade de uma informação no escopo dos RCPGs, um analista contábil deve considerar que:

- (A) a materialidade depende apenas do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade;
- (B) as avaliações de materialidade consideram o contexto do ambiente legislativo, institucional e operacional no qual as entidades funcionam;
- (C) eventos e transações passados ou previstos não afetam a avaliação da materialidade de uma informação;
- (D) tanto informações de natureza quantitativa quanto qualitativa devem ser avaliadas em relação à sua materialidade;
- (E) um limite quantitativo razoável para definir se determinada informação é material, é se representa ao menos 10% do grupo de contas nos RCPGs.

LETRA B

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**84**

De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve apresentar, na Demonstração do Resultado ou nas Notas Explicativas, a análise das despesas utilizando o detalhamento baseado na sua natureza ou na sua função dentro da entidade, devendo selecionar o critério que proporcione informação fidedigna e mais relevante.

São as seguintes as despesas classificadas de acordo com o método da função:

- (A) despesa com depreciação e despesa com amortização;
- (B) despesa com segurança e despesa com teste de recuperabilidade;
- (C) despesa com benefícios a empregados e despesa com venda de ativo imobilizado;
- (D) despesa com salários e despesa com juros;
- (E) despesa com saúde e despesa com educação.

LETRA E

**FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**83**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos.

De acordo com a norma, os doadores exigem informação principalmente para:

- (A) analisar a liquidez da entidade, o montante e o prazo para pagamento de suas obrigações e a sua solvência, assim como a capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo;
- (B) identificar o endividamento geral da entidade e os seus índices de lucratividade, assim como de que modo ela pretende financiar as suas operações nos períodos futuros;
- (C) avaliar se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade e da maneira pretendida, e sobre as atividades previstas de prestação de serviços, assim como as necessidades de recursos;
- (D) avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais que deverão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza;
- (E) analisar se a carga tributária e os outros recursos angariados são suficientes para manter o volume e a qualidade dos serviços prestados, e se o alcance, o volume e o custo dos serviços prestados durante o exercício são apropriados.

LETRA C

#### **FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**57**

Uma comissão de servidores foi constituída para apresentar uma proposta de política contábil de mensuração de itens reconhecidos no ativo imobilizado de uma entidade pública. A comissão analisou a Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público e fez contato com instituições públicas da mesma área de atuação com boas práticas de mensuração de ativos reconhecidas em avaliações realizadas pela CGU.

Após algumas semanas de estudos e discussões, a comissão elencou as diretrizes alinhadas com a Estrutura Conceitual que devem ser aplicadas à realidade da entidade para mensuração de itens do ativo imobilizado.

Entre elas se destaca:

- (A) a adoção de uma base única de mensuração para itens classificados como ativo imobilizado;
- (B) a base de mensuração de ativos não afetar a análise da capacidade operacional da entidade;
- (C) a verificabilidade ser a característica qualitativa de maior relevância no processo de mensuração de ativos;
- (D) o custo de reposição dificultar a avaliação da capacidade financeira da entidade;
- (E) o valor justo a ser adotado como base de mensuração de ativos sujeitos a frequentes variações de preço.

LETRA D

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**



**29**

No contexto da Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, a mensuração está relacionada à seleção de bases que reflitam de modo mais adequado as informações que sejam úteis para a prestação de contas e a tomada de decisão.

Caso uma entidade deseje mensurar um ativo a partir de uma base a valor corrente, ela deve observar que:

- (A) a base de mensuração mais recomendada é o valor de mercado;
- (B) a mensuração a valor corrente deve refletir o ambiente econômico vigente;
- (C) as opções de mensuração são valor em uso e preço líquido de venda;
- (D) na aquisição, o valor de mercado e o custo histórico são os mesmos, se for uma transação sem contraprestação;
- (E) o valor justo deve ser adotado somente se for um ativo intangível ou financeiro.

LETRA B

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**30**

Uma das inovações da NBC TSP Estrutura Conceitual se refere às diretrizes para apresentação do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG). Acerca das disposições relativas ao RCPG, analise os itens a seguir.

I. As demonstrações contábeis não evidenciam de modo abrangente o desempenho dos serviços da entidade.

II. O RCPG compreende um relatório único, que abrange mais diretamente os objetivos de prestação de contas e tomada de decisão.

III. O RCPG pode fornecer informação relevante adicional às demonstrações contábeis, tais como sobre avaliações do desempenho dos serviços da entidade.

Estão de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual somente os itens:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

LETRA D

**FGV/SEFAZ-ES 2021 – Auditor Fiscal da Receita Estadual**

**51**

De acordo com a Resolução CFC NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público.

- (A) As entidades de auditoria pública.
- (B) As agências reguladoras e supervisoras.
- (C) Os órgãos centrais de orçamento e controle.
- (D) As entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- (E) Os cidadãos que recebem os serviços de entidades do setor público.

LETRA E

**FGV/TCE-PI 2021 – Assistente de Administração**

**53**

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações geradas por essas entidades devem ser úteis aos usuários para fins de prestação de contas, e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Os usuários primários dessas informações incluem:

- (A) partidos políticos com representação no Poder Legislativo;
- (B) provedores de recursos e partidos políticos;
- (C) provedores de recursos, usuários dos serviços e Receita Federal;
- (D) usuários dos serviços e Ministério Público;
- (E) usuários dos serviços, provedores de recursos e membros do Poder Legislativo.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**46**

Com a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, alguns conceitos mais associados a disposições legais têm se aproximado da Teoria da Contabilidade. O conceito de Ativo, por exemplo, está associado à ideia de controle de um recurso.

Considerando o escopo desse conceito, é correto afirmar que:

- (A) a capacidade de negar ou restringir o acesso a um recurso não é um indicador de controle;
- (B) a propriedade legal do recurso não é um indicador de controle;
- (C) a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo;
- (D) o recebimento de fluxos de caixa é uma característica essencial para definir um ativo;
- (E) o direcionamento de um recurso para o cumprimento dos objetivos da entidade é uma característica essencial para definir um ativo.

LETRA C

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Ao tratar das bases para mensuração de ativos, a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público aborda a lógica de mensuração a valores históricos e valores correntes.

A mensuração a valores correntes:

- A abrange somente medidas observáveis;
- B contempla apenas informações específicas para a entidade;
- C é baseada exclusivamente em preços de saída;
- D inclui mensuração a valor de mercado e a custo de reposição;
- E veda o valor em uso como base de mensuração.

LETRA D

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Economia**

O conjunto de valores relativos a créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo e inscritos pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez, pode ser concebido como:

- A um saldo redutor dos restos a pagar da entidade;
- B um saldo que deve ser provisionado como perdas em cada exercício;
- C um saldo que ajusta os direitos já reconhecidos no patrimônio;
- D uma fonte de receita orçamentária do exercício em que forem lançados;
- E uma fonte potencial de fluxos de caixa reconhecida contabilmente no ativo da entidade.

LETRA E

**FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo - Contabilidade**

Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis. Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.
- B As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.
- C As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.
- D As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- E As decisões relacionadas a novas contratações.

LETRA E

**FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo - Contabilidade**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é o de

- A gerar retorno financeiro.
- B ser auto sustentável.
- C gerar empregos.
- D prestar serviços à sociedade.
- E contribuir para o desenvolvimento do país.

LETRA D

**FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

Assinale a opção que indica os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- A Os governantes.
- B Os órgãos reguladores.
- C A população em geral.
- D Os investidores e os funcionários.
- E Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.

LETRA E

**FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões.

Essas questões estão listadas abaixo com exceção de uma. Assinale-a:

- A “A entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz?”
- B “Quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros?”
- C “Até que ponto há restrições ou condições para a utilização dos recursos disponíveis para gastos futuros?”
- D “A capacidade de a entidade prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores?”
- E “A quantidade e a qualidade do serviço prestado pela entidade são proporcionais ao volume de tributos cobrados?”

LETRA E

**FGV - 2018 - MPE-AL - Auditor do Ministério Público**

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- A subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (accountability).
- B verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (accountability).
- C verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- D avaliar a idoneidade e a conduta do governo.
- E assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.

LETRA A

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser realizados considerando-se as relações:

A jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma;

B jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a forma sobre a essência;

C econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma;

D jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, o que determina a lei;

E jurídicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.

LETRA A

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

Quanto à elaboração dos registros e à geração das informações contábeis, o contador deve ter em vista possibilitar a análise da situação patrimonial da entidade pública ao longo do tempo e estaticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades.

Essa recomendação refere-se à seguinte característica do registro e da informação contábil no setor público:

A comparabilidade;

B confiabilidade;

C objetividade;

D representatividade;

E uniformidade.

LETRA A

## 16. DFC, DMPL E NOTAS EXPLICATIVAS

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

46

No contexto das entidades públicas, a gestão do caixa e equivalentes de caixa é importante para o melhor aproveitamento dos recursos financeiros que financiam a ação governamental. O MCASP traz algumas disposições para o tratamento do caixa e equivalente de caixa.

À luz dessas disposições, considere os ativos a seguir relativos a um ente público municipal, com dados extraídos em 02/01/2022.

n	Tipo	Instituição	Vencimento	Remuneração	Risco	Liquidez
I	CDB	Banco Alfa	01/11/2023	110% do CDI	Baixo	Baixa (no vencimento)
II	CDB	Banco Gama	13/12/2022	103,5% do CDI	Baixo	Alta (diária)
III	LCA	Banco Beta	30/12/2022	113% do CDI	Médio	Baixa (no vencimento)
IV	LCA	Banco Gama	23/07/2025	118% do CDI	Médio	Baixa (no vencimento)
V	Debêntures	Cia. Delta	01/07/2027	IPCA + 7,79%	Alto	Média
VI	COE	Cia. AA	20/11/2026	Variável	Médio	Baixa (no vencimento)
VII	Tesouro Selic 2024	STN	01/04/2024	Selic + 2,3%	Baixo	Alta
VIII	Tesouro Prefixado 2026	STN	01/08/2026	13,20%	Médio	Alta
IX	Depósitos bancários	Banco Ômega	--	--	Baixo	Alta

Os ativos que podem ser considerados como caixa e equivalentes de caixa são:

- (A) I, II e IV;
- (B) II, IV e IX;
- (C) II, VII e IX;
- (D) III, VII e VIII;
- (E) IV, V e IX.

LETRA C

### FGV/Receita Federal 2023 – Cargo: Auditor Fiscal

66

Uma entidade do setor público realizou transações em moeda estrangeira. Em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado

- (A) como atividade operacional.
- (B) como atividade de investimento.

- (C) como atividade de financiamento.
- (D) como caixa e equivalente de caixa.
- (E) separadamente dos fluxos de caixa das três atividades.

LETRA E

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis**

**38**

Uma entidade do setor público apresentou recebimentos de caixa decorrentes dos seguintes eventos:

- emissão de debêntures: R\$3.000
- royalties*, honorários e comissões: R\$8.000
- empréstimos contraídos de curto e de longo prazo: R\$9.000
- prestação de serviços: R\$15.000
- concessões, transferências e outras dotações ou autorizações orçamentárias realizadas pelo governo central e subnacionais: R\$20.000
- impostos, taxas, contribuições e multas: R\$35.000

Assinale a opção que indica o fluxo de caixa gerado pela atividade operacional da entidade.

- (A) R\$50.000.
- (B) R\$58.000.
- (C) R\$70.000.
- (D) R\$78.000.
- (E) R\$90.000.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Assistente de Controle Externo**

As Notas Explicativas são consideradas parte integrante e responsável pelo fornecimento de informações adicionais às apresentadas nas Demonstrações Contábeis.

Os responsáveis pela contabilidade da Prefeitura de Beta do Sul, ao elaborar as Notas Explicativas do Balanço Orçamentário, visando facilitar a compreensão desse demonstrativo pelos diversos usuários, devem contemplar:

- (A) a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários; o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias; o montante dos dividendos distribuídos no período;
- (B) o detalhamento dos recebimentos financeiros e permanentes; o detalhamento dos recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente; a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;
- (C) o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevantes; o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos; o detalhamento dos recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente;

- (D) a forma de contabilização das retenções das receitas orçamentárias; as atualizações autorizadas por lei, efetuadas após a data de publicação da LOA, que compõem a coluna de Previsão Inicial da Receita; o detalhamento das despesas por tipos de créditos;
- (E) o montante das transferências financeiras recebidas e concedidas relacionado à execução do orçamento do exercício; o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante; o detalhamento dos recebimentos financeiros e permanentes.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**53**

No contexto dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais tratados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as aplicações financeiras estão sujeitas às regras de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto se forem classificáveis como caixa e equivalentes de caixa.

Um requisito que NÃO contribui para que aplicações financeiras possam ser enquadradas como equivalentes de caixa é que:

- (A) sejam conversíveis;
- (B) possuam alta liquidez;
- (C) estejam sujeitas a risco insignificante;
- (D) tenham finalidade de suprir compromissos do caixa;
- (E) estejam relacionadas a fluxos de caixa contratuais.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**49**

Ao elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade pública a partir das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o servidor responsável pelo setor de contabilidade deve atentar que, no detalhamento dos fluxos de caixa das atividades operacionais, os ingressos devem ser apresentados:

- (A) conforme a vinculação orçamentária;
- (B) conforme o impacto na situação líquida patrimonial;
- (C) de acordo com a categoria econômica da receita;
- (D) de acordo com a origem das receitas;
- (E) quanto ao impacto na apuração do resultado primário.

LETRA D

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Direito Financeiro**

**87**

Um hospital do setor público realizou, em dezembro de X0, as transações a seguir.

- Recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas e contribuições: R\$800.000
- Pagamentos em caixa para aquisição de ambulâncias: R\$200.000



- Amortização de financiamento que foi contraído no início do ano de X0: R\$100.000
- Pagamentos em caixa a funcionários: R\$60.000
- Empréstimos concedidos a outra entidade: R\$50.000
- Pagamentos em caixa a fornecedores de material cirúrgico: R\$40.000
- Recebimentos de caixa pela prestação de serviços: R\$30.000

Assinale a opção que indica a variação do caixa em relação ao consumo, à geração ou a nenhum efeito das atividades operacional, de investimento e de financiamento, respectivamente.

- (A) Consumo de R\$270.000 / geração de 550.000 / não há variação.
- (B) Consumo de R\$270.000 / geração de R\$700.000 / consumo de R\$50.000.
- (C) Geração de R\$530.000 / não há variação / consumo de R\$150.000.
- (D) Geração de R\$730.000 / consumo de R\$200.000 / consumo de R\$150.000.
- (E) Geração de R\$730.000 / consumo de R\$250.000 / consumo de R\$100.000.

LETRA E

#### **FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**24**

De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência.

Assinale a opção que indica quando há geração de caixa proveniente da atividade de financiamento.

- (A) Caixa recebido decorrente de operações descontinuadas.
- (B) Pagamentos em caixa por arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
- (C) Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros, quando a entidade não é instituição financeira pública.
- (D) Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos.
- (E) Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto.

LETRA D

#### **FGV/SEAD-AP 2022 – Cargo: Perito Criminal – Ciências Contábeis**

**51**

De acordo com a NBC TSP 12– Demonstração dos Fluxos de Caixa, em relação à apresentação das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as entidades do setor público são incentivadas a

- (A) utilizar o método direto.
- (B) utilizar o método indireto.
- (C) alternar entre os métodos direto e indireto.

- (D) julgar o método que melhor evidencia a sua realidade.
- (E) escolher o método, desde que seja o mesmo que aquele utilizado nas atividades de investimento e de financiamento.

LETRA A

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**77**

Um servidor responsável pela contabilização de itens de Caixa e Equivalentes de Caixa em uma entidade do setor público levantou algumas questões acerca da inclusão de aplicações financeiras como equivalentes de caixa ao analisar a normatização contábil vigente sobre esse tópico.

O servidor analisou as disposições da NBC TSP 12 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do MCASP e concluiu acertadamente que:

- (A) a classificação das aplicações financeiras em pré-fixadas ou pós-fixadas não é um critério que deve ser utilizado para definir o nível de risco;
- (B) aplicações financeiras devem ser consideradas como equivalente de caixa se for possível convertê-las em uma quantia confiavelmente estimada de caixa;
- (C) aplicações financeiras só podem ser consideradas como equivalente de caixa, entre outros requisitos, se forem mensuradas pelo custo amortizado;
- (D) rendimentos de aplicações financeiras de liquidez imediata não são considerados equivalente de caixa, pois integram o fluxo de caixa das atividades de investimento;
- (E) um dos requisitos para que aplicações financeiras sejam consideradas como equivalente de caixa é o atendimento a objetivos de investimento de curto prazo.

LETRA A

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**51**

Uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/X2:

- ☑ Amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos em X0: R\$ 200.000;
- ☑ Recebimentos de caixa pela prestação de serviços: R\$ 100.000;
- ☑ Pagamentos em caixa a fornecedores de mercadorias e serviços: R\$ 50.000;
- ☑ Recebimentos de caixa provenientes do resgate de investimento de longo prazo realizado no mercado financeiro: R\$ 140.000;
- ☑ Recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas: R\$ 60.000;
- ☑ Pagamentos em caixa de anuidade em transações com seguradora: R\$ 24.000.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o fluxo de caixa líquido gerado ou consumido pela atividade operacional em X2 era de:

- (A) -R\$ 114.000;
- (B) R\$ 26.000;
- (C) R\$ 50.000;
- (D) R\$ 86.000;
- (E) R\$ 110.000.

LETRA D

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**54**

Uma autarquia que presta serviços relacionados a atividades culturais é controlada de forma integral pelo Município, que apresenta Demonstrações Consolidadas.

Nessa autarquia as seguintes operações e eventos aconteceram no ano de X0:

- Receita com prestação de serviços ao Município: R\$ 300.000 a prazo;
- Receita com prestação de serviços a terceiros: R\$ 200.000 a prazo;
- Venda de um terreno ao Município, cujo valor contábil era de R\$ 50.000: R\$ 70.000 à vista;
- Compra de móveis e utensílios de terceiros: R\$ 80.000 a prazo;
- Despesas gerais com terceiros: R\$ 60.000 à vista;
- Reconhecimento de despesa de depreciação no montante de R\$ 4.000.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município, o valor líquido das eliminações referentes às transações econômicas com a autarquia da área da cultura é de:

- (A) R\$ 70.000;
- (B) R\$ 300.000;
- (C) R\$ 320.000;
- (D) R\$ 370.000;
- (E) R\$ 400.000.

LETRA C

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**38** Considere as informações no Quadro III a seguir, com valores expressos em milhões de reais, extraídas da execução orçamentária de uma entidade pública ao final de um exercício financeiro.

Quadro III

Item	Valor
Alienação de bens	280,00
Amortização da dívida	250,00
Amortização de empréstimos concedidos	190,00
Aquisição de ativo não circulante	460,00
Concessão de empréstimos	180,00
Juros e encargos da dívida	1.310,00
Operações de crédito	1.100,00
Pessoal e demais despesas	2.300,00
Receita de Contribuições	1.300,00
Receita de Serviços	250,00
Receita Patrimonial	300,00
Receita Tributária	1.800,00
Remuneração das Disponibilidades	500,00
Transferências concedidas	370,00
Transferências recebidas	1.630,00

A partir desses dados, o fluxo de caixa líquido das atividades de investimento a ser apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) da entidade, em milhões de reais, é de:

- (A) -R\$ 640,00;
- (B) -R\$ 420,00;
- (C) -R\$ 170,00;
- (D) R\$ 130,00;
- (E) R\$ 470,00.

LETRA C

#### FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis

Considere os dados apresentados no quadro a seguir, extraídos da contabilidade de uma entidade ao final de um exercício financeiro.

Aplicações financeiras de alta liquidez	R\$ 8.620,00
Aplicações financeiras de média liquidez	R\$ 13.250,00
Aplicações financeiras de longo prazo	R\$ 21.900,00
Depósitos bancários disponíveis	R\$ 35.780,00
Investimentos permanentes em ações	R\$ 50.000,00
Investimentos temporários em ações	R\$ 42.810,00
Numerário em espécie	R\$ 4.160,00

De acordo com as definições da NBC TSP 12 e com os dados do quadro, o saldo de caixa e equivalente de caixa ao final do exercício é de:

- A R\$ 39.940,00;

B R\$ 48.560,00;  
C R\$ 61.810,00;  
D R\$ 83.710,00;  
E R\$ 126.520,00.

LETRA B

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área Financeira**

Na Demonstração do Fluxo de Caixa aplicada ao setor público, as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como aquisições financiadas de bens e arrendamentos financeiros, devem ser divulgadas:

A nas notas explicativas;  
B no quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função;  
C no quadro de receitas derivadas e originárias;  
D no quadro de juros e encargos da dívida;  
E no quadro principal.

LETRA A

**FGV - 2018 - SEFIN-RO - Contador**

Uma entidade do setor público apresentou as seguintes informações, relativas ao período de 2017.

- Receita tributária: R\$ 100.000
- Concessão de Empréstimos e Financiamentos: R\$ 40.000
- Juros e correção monetária da dívida interna: R\$ 20.000
- Operações de crédito: R\$ 80.000
- Transferências Intergovernamentais recebidas: R\$ 25.000.

Em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade, assinale a afirmativa correta.

A A atividade operacional gerou R\$ 80.000.  
B A atividade operacional gerou R\$ 100.000.  
C A atividade de investimento gerou R\$ 40.000.  
D A atividade de financiamento gerou R\$ 40.000.  
E A atividade de financiamento gerou R\$ 80.000.

LETRA E

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem como objetivo proporcionar a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Na DFC, os fluxos de caixa são classificados em atividades, conforme a sua natureza.

De acordo com o modelo de DFC do MCASP, trata-se de exemplo de fluxo de caixa das atividades de financiamento:

- A alienação de bens;
- B juros e encargos da dívida;
- C transferências correntes recebidas;
- D amortização de empréstimos e financiamentos concedidos;
- E integralização do capital social de empresas dependentes.

LETRA E

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Considerando a estrutura de demonstrações contábeis proposta no MCASP, a demonstração contábil que apresenta o detalhamento das receitas originárias e derivadas é o (a):

- A Balanço Financeiro;
- B Balanço Orçamentário;
- C Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- D Demonstração das Variações Patrimoniais;
- E Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

LETRA C

**FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o MCASP/STN recomenda a apresentação dos desembolsos operacionais de acordo com a classificação da despesa por:

- A categorias econômicas;
- B função;
- C impacto patrimonial;
- D origem de recursos (vinculada e ordinária);
- E programas.

LETRA B

## 17. NBCTS E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis**

**40**

De acordo com a NBC TSP 11– Apresentação das Demonstrações Contábeis, as contribuições dos proprietários, em sua qualidade de detentores de capital próprio, que explicitamente aumentam a participação residual na entidade controlada na forma de direitos sobre o patrimônio líquido devem ser reconhecidas, nas demonstrações contábeis da entidade controlada, como

- (A) ajuste direto no patrimônio líquido.
- (B) receita financeira no resultado.
- (C) ajuste direto nos dividendos a pagar.
- (D) receita de investimentos no resultado.
- (E) receita de equivalência patrimonial no resultado.

LETRA A

**FGV/TRT-16ª Região – MA 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Contabilidade) - PROVA 1**

**68**

As receitas recebidas pelas entidades do setor público se originam das transações com contraprestação e das transações sem contraprestação. Assinale a opção que indica apenas transações com contraprestação.

- (A) Juros e *royalties*.
- (B) Multas e heranças.
- (C) Doações e dividendos.
- (D) Aluguel e tributos alfandegários.
- (E) Tributos diretos e perdão de dívidas.

LETRA A

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**54**

Em janeiro de X0, uma entidade do setor público inicia a construção de uma ponte. Para a construção, a entidade obtém um empréstimo bancário de longo prazo sobre o qual incorrem juros mensais. Esses juros são capitalizados como custo da ponte. No período de junho a setembro de X0, o nível das águas é muito elevado, devido às chuvas de inverno comuns naquela região, de modo que há atraso na construção da ponte. Nesse período, apenas os trabalhos administrativos são feitos. Assinale a opção que indica a contabilização dos juros nos meses de junho a setembro de X0, de acordo com a NBC TSP 14- Custos de Empréstimos.

- (A) Perda.

- (B) Custo do ativo.
- (C) Despesa financeira.
- (D) Despesa operacional.
- (E) Empréstimos a pagar.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**54**

No início de um dado exercício financeiro, uma entidade pública desocupou um dos imóveis registrados no seu patrimônio que era usado em suas atividades administrativas. Após a desocupação, a gestão da entidade aprovou destinar a propriedade para auferir receitas de aluguel.

Considerando as características do novo uso do imóvel, a entidade deve:

- (A) adotar um dos modelos para mensuração de propriedade para investimento;
- (B) manter o imóvel como ativo imobilizado e revisar a sua vida útil;
- (C) realizar um teste de redução ao valor recuperável do imóvel pela transferência de uso;
- (D) reclassificar o imóvel como disponível para venda ou operação descontinuada;
- (E) tratar a transferência de uso do imóvel como uma transação sem contraprestação.

LETRA A

**55**

Em grande parte das entidades públicas o maior volume de transações ocorre sem contraprestação.

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), essas transações envolvem o recebimento de ativos ou serviços ou ainda a extinção de passivos e:

- (A) não abrangem transações de natureza intergovernamental;
- (B) devem ser previstas no orçamento do ente no exercício da sua realização;
- (C) são controladas com o atributo F para fins de elaboração do balanço patrimonial;
- (D) são registradas em contas de controle, dada a sua natureza potencial;
- (E) sua contrapartida pode ser a entrega de um valor irrisório ou nenhum valor.

LETRA E

**56**

Em 01/07/20x0, uma entidade pública contratou uma operação de crédito em um organismo internacional de financiamento, correspondente a 10 milhões de dólares. A transação está sujeita a uma taxa atrelada à variação da inflação do país, tem seis meses de carência e deverá ser quitada em cinco anos após esse período, com pagamentos semestrais.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/20x0, o saldo em aberto dessa transação deverá:

- (A) adotar o dólar como moeda de apresentação;
- (B) ser apresentado em moeda funcional pela taxa média de câmbio;
- (C) ser convertido pela taxa de fechamento;



- (D) ser convertido pela taxa real de câmbio da data da transação;
- (E) ser mensurado a valor justo em moeda funcional pela taxa de câmbio histórica.

LETRA C

**58**

Nas operações de fusão, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) detalha a aplicação do método modificado da união de participações.

Uma das exigências desse método consiste em determinar a data da fusão, a qual pode ser aquela:

- (A) definida nos termos da combinação, limitada a noventa dias após a assinatura;
- (B) em que a entidade resultante determina publicar suas primeiras demonstrações contábeis;
- (C) em que a entidade resultante entrega os ativos e assume os passivos das operações da combinação;
- (D) em que se comprova a difusão do controle das operações da combinação;
- (E) especificada no acordo para que a entidade obtenha o controle dos ativos e passivos das operações.

LETRA E

**FGV/SENADO FEDERAL 2022 – Cargo: Consultor Legislativo - AO - Orçamento e Direito Financeiro**

**86**

De acordo com a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o conjunto completo das demonstrações contábeis inclui notas explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Ao decidir se determinada política contábil específica deve, ou não, ser divulgada, a administração deve considerar se

- (A) a política contábil é exigida por outras normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP).
- (B) os valores relacionados às transações e outros eventos associados a períodos anteriores e ao corrente, são materiais e geram efeito significativo nas demonstrações contábeis.
- (C) os ativos e os passivos a que se refere apresentam risco significativo de que seus valores contábeis possam sofrer alteração significativa no próximo período contábil.
- (D) a sua divulgação proporciona aos usuários melhor compreensão da forma com que as transações, outros eventos e condições estão refletidos no desempenho e na situação patrimonial.
- (E) os julgamentos realizados pela administração no processo de aplicação das políticas contábeis envolvem estimativas, que podem afetar, significativamente, os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

LETRA D

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**40**

Uma entidade do setor público deve registrar os efeitos da mudança de critério contábil e da retificação de erro imputável a exercício anterior que não pode ser atribuído a fatos subsequentes como

- (A) ajustes de exercícios anteriores (Resultados Acumulados) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (B) reserva de exercícios anteriores (Reserva de Capital) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (C) ajustes de exercícios anteriores (Ajustes de Avaliação Patrimonial) na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (D) outras receitas e despesas na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (E) receitas e despesas extraorçamentárias no Balanço Financeiro.

LETRA A

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**22**

Em relação à divulgação das demonstrações contábeis por uma entidade do setor público, de acordo com a NBC T SP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a afirmativa correta.

- (A) As demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos trimestralmente.
- (B) A entidade deixa de divulgar as demonstrações contábeis dentro do prazo, devido à complexidade das operações.
- (C) A entidade deve estar pronta para divulgar suas demonstrações contábeis em até quatro meses a partir da data-base das demonstrações contábeis.
- (D) A entidade, em circunstâncias excepcionais, pode ser solicitada a alterar a data-base de apresentação, para alinhar o período contábil ao ciclo orçamentário.
- (E) A utilidade das demonstrações contábeis é tamanha, que permanece mesmo quando essas não são disponibilizadas aos usuários dentro de período razoável, após a data-base.

LETRA D

**23**

De acordo com a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a apresentação de ativos e passivos no balanço patrimonial das instituições financeiras proporciona informação fidedigna e mais relevante do que a apresentação como circulante e não circulante, se adotado o seguinte critério:

- (A) ordem crescente ou decrescente de liquidez.
- (B) ordem crescente ou decrescente de magnitude.
- (C) grau de familiaridade da entidade credora ou devedora.
- (D) ordem de reconhecimento dos respectivos ativos e passivos.
- (E) grau de relacionamento com os ativos e passivos não financeiros.

LETRA A

**FGV/SEAD-AP 2022 – Cargo: Perito Criminal – Ciências Contábeis**

**49**

De acordo com a NBC TSP 11– Apresentação das Demonstrações Contábeis, a utilidade das demonstrações contábeis é prejudicada quando essas não são disponibilizadas aos usuários dentro de período razoável após a data-base das demonstrações contábeis.

Esta característica é denominada

- (A) Competência.
- (B) Continuidade.
- (C) Materialidade.
- (D) Tempestividade.
- (E) Oportunidade.

LETRA D

**50**

De acordo com a NBC TSP 11– Apresentação das Demonstrações Contábeis, no processo de aplicação das políticas contábeis da entidade, a administração exerce diversos julgamentos que podem afetar significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Os fatos a seguir são exemplos desta aplicação *com exceção de um*. Assinale-o.

- (A) Se ativos são propriedades para investimento.
- (B) Se os ativos imobilizados estão sujeitos à reavaliação.
- (C) Se os acordos para o suprimento de produtos e/ ou serviços que envolvem a utilização de ativos são arrendamentos.
- (D) Se, em essência, determinadas vendas de bens decorrem de acordos de financiamento, dando origem a receitas de venda.
- (E) Se a essência da relação entre a entidade que elabora as demonstrações contábeis e outras entidades indica que essas outras entidades são controladas pela entidade que elabora as demonstrações contábeis.

LETRA B

**52**

Uma entidade do setor público controladora obteve um empréstimo no valor de R\$100.000 para repassar à entidade controlada para a construção de ativos de infraestrutura. Sobre o empréstimo incidem juros de 2% ao mês, sendo que a entidade controladora decidiu por não cobrar da entidade controlada os custos do empréstimo.

Assinale a opção que indica a contabilização dos juros relacionados ao empréstimo nas demonstrações individuais, de acordo com a NBC TSP 14 – Custos de Empréstimos.

- (A) ativo para a entidade controlada.
- (B) despesa financeira para a entidade controlada.
- (C) despesa financeira para a entidade controladora.
- (D) distribuição de capital social para a entidade controladora.
- (E) despesa de equivalência patrimonial para a entidade controladora.

LETRA C

**53**

Uma entidade do setor público inicia a construção de um conjunto de edifícios. Cada prédio pode ser utilizado individualmente, sem a necessidade de que todos estejam prontos.

Para a construção do primeiro prédio do conjunto, a entidade obteve um empréstimo bancário.

De acordo com a NBC TSP 14– Custos de Empréstimos, a entidade deve finalizar a capitalização dos custos de empréstimos no momento em que

- (A) a construção física deste primeiro prédio estiver completa.
- (B) a construção física dos prédios do conjunto estiver completa.
- (C) a construção física deste prédio estiver completa e os trabalhos administrativos de rotina estiverem finalizados.
- (D) a construção física deste prédio estiver completa e a decoração da propriedade de acordo com as especificações do usuário estiverem finalizadas.
- (E) A construção física deste prédio, a sua decoração de acordo com as especificações do usuário e os trabalhos administrativos de rotina estiverem completos.

LETRA A

**54**

Uma entidade apresenta as suas demonstrações, de acordo com a NBC TSP 16- Demonstrações Contábeis Separadas. Além disso, a entidade mensura os investimentos em controladas com base no valor justo.

O momento de reconhecimento dos dividendos das controladas pela entidade é

- (A) na data do balanço patrimonial.
- (B) no momento do recebimento do montante.
- (C) quando ocorre redução do valor contábil do investimento.
- (D) quando a receita por equivalência patrimonial é reconhecida.
- (E) quando o direito ao seu recebimento pela entidade é estabelecido.

LETRA E

**55**

Uma entidade do setor público mudou o regime contábil utilizado em suas demonstrações contábeis no ano de X1.

Assinale a opção que indica se o fato representa mudança de estimativa, de política contábil ou erro e como a entidade deve proceder em relação às suas demonstrações contábeis.

- (A) Mudança de estimativa; aplicação retrospectiva.
- (B) Mudança de estimativa; aplicação prospectiva.
- (C) Mudança de política contábil; aplicação retrospectiva.
- (D) Mudança de política contábil; aplicação prospectiva.
- (E) Erro; aplicação retrospectiva.

LETRA C

**56**

De acordo com a NBC TSP 25 – Evento Subsequente, no período entre a data das demonstrações contábeis e a data da autorização para emissão, agentes públicos nomeados ou eleitos podem anunciar as intenções governamentais em relação a determinados assuntos. Essas intenções podem exigir, ou não, o reconhecimento como ajustes.

Assinale a opção que indica um evento subsequente à data das demonstrações contábeis que não exige que a entidade ajuste o montante reconhecido nas suas demonstrações.

- (A) Descoberta de fraude ou erros que mostram que as demonstrações contábeis estavam incorretas.
- (B) Decisão em processo judicial, após a data das demonstrações contábeis, confirmando que uma entidade já tinha a obrigação presente naquela data.
- (C) Ocorrência, após a data das demonstrações contábeis, de falência de devedor e confirmação de que a perda já existia em contas a receber naquela data.
- (D) Decisão, após a data das demonstrações contábeis, mas antes da autorização para a sua emissão, de distribuição de benefícios adicionais por uma entidade que opera programas de serviços comunitários aos participantes do programa.
- (E) Determinação, após a data das demonstrações contábeis, dos pagamentos de bonificação por desempenho a serem efetuados aos funcionários, sendo que a entidade já tinha, na data das demonstrações contábeis, uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em decorrência de eventos ocorridos antes daquela data.

LETRA D

**57**

Uma entidade do setor público controla e consolida as demonstrações contábeis de empresa estatal que tem participação acionária externa. Essa entidade declarou dividendos após a data das demonstrações contábeis, mas antes da data da autorização para emissão dessas demonstrações.

O procedimento correto em relação aos dividendos nas demonstrações contábeis de 31/12, de acordo com a NBC TSP 25 – Evento Subsequente é

- (A) nada fazer.
- (B) divulgação em nota explicativa.
- (C) contabilização como passivo circulante.
- (D) contabilização como passivo não circulante.
- (E) contabilização como redutor do patrimônio líquido.

LETRA B

**FGV/PC-AM 2022 – Cargo: Perito Criminal - 4ª Classe - Contabilidade – Tipo 1**

**68**

O posicionamento da NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação em relação aos serviços em espécie, quando estes são materiais, é de que

- (A) a norma exige o reconhecimento e a divulgação.
- (B) a norma exige o reconhecimento e incentiva a divulgação.
- (C) a norma não exige o reconhecimento, mas incentiva a divulgação.
- (D) a norma proíbe o reconhecimento, mas incentiva a divulgação.
- (E) a norma proíbe o reconhecimento e a divulgação.

LETRA C

**69**

Assinale a opção que indica uma situação em que não há impedimento para o reconhecimento de receita de vendas em uma entidade do setor público.

- (A) O recebimento da receita de venda específica depende da venda dos bens pelo comprador.
- (B) É oferecido um reembolso se o comprador não ficar satisfeito e quiser devolver o bem.
- (C) Os bens expedidos estão sujeitos à instalação que ainda não foi concluída, sendo esta uma parte significativa do contrato.
- (D) A entidade retém obrigação decorrente de desempenho insatisfatório que não está coberto por cláusulas normais de garantia.
- (E) O comprador tem o direito de rescindir a compra por uma razão específica em contrato e a entidade tem incertezas acerca da probabilidade de retorno.

LETRA B

**72**

De acordo com a NBC TSP 21 – Combinações no Setor Público, se nenhuma das partes da combinação obtiver o controle de uma ou mais operações como resultado da combinação, esta deve ser classificada como

- (A) fusão.
- (B) cisão.
- (C) aquisição.
- (D) Incorporação.
- (E) compra vantajosa.

LETRA A

**73**

Uma combinação na qual uma das partes obtém o controle de uma ou mais operações como resultado desta pode ser classificada como fusão ou aquisição, dependendo da essência econômica.

Na avaliação da essência econômica da combinação, os seguintes indicadores, individualmente ou em conjunto, podem fornecer evidências de que a essência econômica da combinação é de fusão, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A contraprestação é paga por outras razões que não a de compensar aqueles que detêm direito aos ativos líquidos da operação transferida em razão da renúncia a esse direito.
- (B) A contraprestação não é paga porque não há ninguém, seja indivíduo ou entidade, com direito aos ativos líquidos da entidade transferida.
- (C) A combinação é imposta por terceiro sem que qualquer das partes da combinação seja envolvida no processo de tomada de decisão.
- (D) A combinação está sujeita à aprovação dos cidadãos de cada uma das partes por meio de consultas à sociedade.
- (E) A combinação deve ser aprovada pelas autoridades regulatórias.

LETRA E

**74**

Assinale a opção que indica exemplos que, em geral, são considerados partes relacionadas, de acordo com a NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

- (A) Sindicato e cônjuge ou companheiro de filho.
- (B) Entidade cujo relacionamento é de agente e sindicato.
- (C) Parente que vive na mesma residência e entidade cujo relacionamento é de agente.
- (D) Entidade que pertence ao pessoal-chave da administração e membro próximo da família de acionista majoritário.
- (E) Entidade que proporciona financiamento no exercício de seus negócios e entidade que pertence ao pessoal-chave da administração.

LETRA D

**75**

Uma entidade do setor público localizada no Brasil, cuja moeda nacional é o Real, gera as suas receitas através de doações vindas dos Estados Unidos, em dólares. O dólar é também a moeda que mais influencia os seus custos, tais como mão de obra e materiais.

Além disso, a entidade costuma obter recursos através de emissão de dívida no Japão, em ien.

Avalie se, nesse caso, são moedas funcionais da entidade, com base na NBC TSP 24 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:

- I. O real.
- II. O dólar.
- III. O ien.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

LETRA B

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC – Contabilidade Pública e Finanças**

**52**

De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado na elaboração das demonstrações contábeis de uma entidade do setor público, os responsáveis devem levar em consideração, como base:

- (A) a informação disponível sobre o futuro;
- (B) o patrimônio líquido dos últimos exercícios;
- (C) as demonstrações contábeis do período corrente;
- (D) as demonstrações contábeis dos períodos anteriores;
- (E) o teste de solvência e os indicadores de liquidez do período corrente.

LETRA A

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC – Contabilidade Pública e Finanças**

**58**

Uma das novidades da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no âmbito do setor público é a necessidade de maior alinhamento com práticas contábeis adotadas por entidades privadas, principalmente de capital aberto.

Um procedimento que já foi normatizado para as entidades públicas refere-se ao tratamento de eventos subsequentes, que ocorrem entre a data das demonstrações contábeis e a data de autorização da divulgação dessas demonstrações. A depender da sua natureza, tais eventos podem implicar ajustes nas demonstrações contábeis em vias de publicação.

Ao avaliar as notas explicativas das demonstrações contábeis de uma entidade para um dado exercício, um agente de controle observou referências a três situações:

- I. apuração de redução do valor de propriedade da entidade, avaliada a valor justo, ocorrida após a data das demonstrações contábeis, em decorrência de desabamentos que comprometeram a estrutura de imóveis da região;
- II. notificação, após a data das demonstrações contábeis, de que um percentual da receita arrecadada pela entidade durante o exercício deveria ser transferido a outro ente em decorrência de compartilhamento de plataforma de controle de lançamentos tributários durante o exercício;
- III. recebimento de notificação de abertura de processo judicial, após a data das demonstrações contábeis, com perda provável já ocorrida em processos com objetos semelhantes.

Considerando que as situações elencadas ocorreram antes da data de autorização da divulgação das demonstrações contábeis, o agente de controle deve verificar a realização de ajustes às demonstrações contábeis na(s) situação(ões):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) I e III;
- (D) II e III;
- (E) I, II e III.

LETRA B

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC - Auditoria e Fiscalização**

**56**

Uma agência governamental possuía os seguintes imóveis, com seus respectivos valores contábeis:

- ☑ Propriedade ocupada em suas atividades operacionais: R\$ 400.000;
- ☑ Propriedade mantida para valorização do capital a longo prazo: R\$ 300.000;
- ☑ Propriedade mantida para uso futuro ainda não definido: R\$ 150.000;
- ☑ Propriedade em processo de construção com a finalidade de venda: R\$ 200.000.

Com base nos dados acima, o saldo do grupo Propriedade para Investimento da agência governamental era de:

- (A) R\$ 300.000;
- (B) R\$ 450.000;
- (C) R\$ 500.000;
- (D) R\$ 650.000;
- (E) R\$ 900.000.



LETRA B

**FGV/SEFAZ-ES 2021 – Auditor Fiscal da Receita Estadual**

**38**

Uma entidade necessitava comprar uma ambulância para ser utilizada por seus empregados em emergências. O valor da ambulância era de R\$ 400.000.

Em 01/01/X0, o Governo Estadual concedeu à entidade uma subvenção enquadrada no Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, no valor de R\$ 100.000, para a compra da ambulância. A entidade cumpriu as exigências aplicáveis e adquiriu a ambulância. A vida útil estimada da ambulância era de 5 anos e ela era depreciada pelo método da linha reta, não sendo considerado valor residual.

Em relação ao tratamento contábil da subvenção nas demonstrações contábeis da entidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) Reconhecimento de Receita de R\$ 20.000 durante cinco anos, a partir de X0.
- (B) Reconhecimento de Receita de R\$ 100.000, em X0.
- (C) Reconhecimento de ativo realizável a longo prazo de R\$ 100.000, amortizados em 5 anos.
- (D) Reconhecimento de ativo intangível de R\$ 100.000, amortizados em 5 anos.
- (E) Reconhecimento de ativo imobilizado de R\$ 100.000.

LETRA A

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**49**

No final do exercício financeiro de 2019, o governo de um Estado da Federação, após aprovação legislativa, extinguiu um órgão da sua estrutura administrativa. O pessoal lotado no órgão foi remanejado para outras entidades, e o imóvel onde funcionava o órgão extinto será alugado a uma entidade privada. A prática contábil adotada pelo governo do ente para avaliação de propriedades para investimento é o modelo do custo. O valor contábil líquido do imóvel ao final daquele exercício era R\$ 480.000,00.

Para fins de evidenciação nas demonstrações contábeis do ente, o imóvel em questão deverá ser:

- (A) mantido no Ativo Imobilizado, no grupo Bens Imóveis, após teste de redução ao valor recuperável;
- (B) mantido no Ativo Imobilizado, no grupo Bens Imóveis, sem alteração em seu valor;
- (C) reclassificado para estoque, a valor justo na data da alteração de uso;
- (D) reclassificado para propriedade para investimento pelo seu valor justo;
- (E) reclassificado para propriedade para investimento, sem alteração em seu valor.

LETRA E

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Considere os dados do quadro a seguir, relativos a duas contratações de empréstimos:

- A - para construção de edifício para instalação de um hospital; e
- B - para aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem.

Item	A	B
Empréstimo	R\$ 12.000.000,00	R\$ 2.500.000,00
Juros de empréstimos obtidos	R\$ 3.360.000,00	R\$ 600.000,00
Variações cambiais passivas sobre juros	R\$ 360.000,00	R\$ 75.000,00

Os valores que devem ser capitalizados no custo do edifício para instalação de um hospital A e dos equipamentos de diagnóstico por imagem B, nos termos da NBC TSP 14, são, respectivamente:

- A R\$ 12.000.000,00 e R\$ 2.500.000,00;
- B R\$ 12.000.000,00 e R\$ 3.175.000,00;
- C R\$ 15.360.000,00 e R\$ 3.100.000,00;
- D R\$ 15.720.000,00 e R\$ 2.500.000,00;
- E R\$ 15.720.000,00 e R\$ 3.175.000,00.

LETRA D

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, a NBC TSP 11 define regras para compensação de valores.

A norma dispõe que a entidade deve informar separadamente os ativos e os passivos, as receitas e as despesas, mas permite exceções, como:

- A estoques ao valor realizável líquido;
- B ativo imobilizado líquido da depreciação;
- C resultado líquido da alienação de ativos não circulantes;
- D saldo de créditos a receber líquido de perdas estimadas;
- E investimentos líquidos de ganhos ou perdas por equivalência patrimonial.

LETRA C

#### **FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Uma entidade pública recebeu um montante de recursos decorrente de uma transação sem contraprestação.

Quando satisfeitos os critérios para reconhecimento e na ausência de exceções, tais recursos devem ser registrados como ativo em contrapartida a:

- A outro ativo;
- B uma despesa;
- C uma receita;
- D uma reserva;
- E um passivo.

LETRA C

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

Leia o fragmento a seguir.

Tem gênese contábil: entre ativos e passivos, o administrador deve, em eventual escolha para seus valores, optar pelos menores para os ativos e maiores para os passivos.

Esta definição se refere ao princípio da(o)

- A razoabilidade fiscal.
- B eficiência na Administração Pública.
- C responsabilidade fiscal.
- D equilíbrio orçamentário.
- E prudência na Contabilidade Pública.

LETRA E

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Ao contrário do que ocorre no setor privado, no setor público o reconhecimento de receitas e despesas usualmente pode decorrer de transações sem contraprestação.

Considerando as disposições do MCASP para identificação e reconhecimento de transações sem contraprestação, é correto afirmar que:

- A ativos obtidos por meio de uma transação sem contraprestação deverão ser inicialmente mensurados pelo custo;
- B ativos obtidos por meio de uma transação sem contraprestação não estão sujeitos a ajustes de perdas de créditos;
- C a obtenção de controle de recursos é um requisito necessário para registrar ativos obtidos por meio de uma transação sem contraprestação;
- D impostos não satisfazem a definição de transação sem contraprestação, uma vez que o ente público presta uma série de serviços públicos;
- E variações no valor justo de ativos obtidos por meio de uma transação sem contraprestação são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

LETRA C

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Uma transação sem contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca (Portaria STN nº 700/2014).

Considerando a estrutura da Administração Pública brasileira e a perspectiva das transações sem contraprestação, é correto afirmar que:

- A ativos oriundos de transação sem contraprestação devem ser reconhecidos quando a entidade tiver controle dos recursos;
- B essas transações representam uma parte pouco significativa das VPA das entidades públicas;
- C nas transações sem contraprestação, os impostos deverão ser conhecidos como VPA quando arrecadados;

D o ativo obtido em transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo custo;

E recursos recebidos antecipadamente não serão reconhecidos como ativos em transações sem contraprestação.

LETRA A

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

No setor de contabilidade de um determinado ente público, um fornecedor apresentou uma nota fiscal de serviços prestados, pelos quais reclamou o pagamento, uma vez que prestara serviços de manutenção hidráulica requisitados pelo secretário de obras do ente.

Apesar de não localizar a nota de empenho referente ao serviço, o contador reconheceu a despesa em obediência ao princípio contábil da:

- A entidade;
- B continuidade;
- C oportunidade;
- D prudência;
- E tempestividade.

LETRA C

#### **FGV - 2016 - IBGE - Analista - Ciências Contábeis**

As transações que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade pública devem ser avaliadas monetariamente e registradas pela contabilidade. Acerca do reconhecimento contábil dessas transações, é INCORRETO afirmar que:

- A a primazia da essência sobre a forma deve ser considerada nos registros contábeis;
- B deve ser efetuado, independentemente do momento da execução orçamentária;
- C deve ser efetuado, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência;
- D erros de exercícios anteriores devem ser registrados no resultado do exercício em que forem apurados;
- E métodos de avaliação que possibilitem o reconhecimento dos ganhos e das perdas patrimoniais devem ser aplicados.

LETRA D

#### **FGV - 2016 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal - Prova II**

Uma entidade pública possui computadores entre seus ativos imobilizados. Em 31/12/X0, o contador da entidade considerou que o valor registrado no balanço patrimonial não poderia ser recuperado economicamente, determinando que fosse reconhecida uma despesa em decorrência da redução do valor. De acordo com a Resolução CFC nº 1.367/11, esse fato representa a aplicação do seguinte princípio fundamental da Contabilidade:

- A Princípio da Competência.
- B Princípio da Oportunidade.
- C Princípio da Entidade.

D Princípio da Prudência.  
E Princípio do Registro pelo Valor Original.

LETRA D

## 18. SISTEMA DE CUSTOS

### FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador

44

Ao considerar a concepção de um modelo de gerenciamento de custos, nos termos da NBC TSP34 - Custos no Setor Público, uma entidade pública deve:

- (A) priorizar um sistema de acumulação contínuo;
- (B) minimizar número de centros de responsabilidade;
- (C) integrar os relatórios de custos às metas e limites fiscais;
- (D) adotar uma base regular para a geração de informações;
- (E) definir parâmetros para um modelo baseado em atividades.

LETRA D

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis

76

Uma entidade pública deseja apurar os custos individuais dos serviços que presta para avaliar a necessidade de ajustes no processo de gestão desses serviços. Porém, a entidade se depara com diversos custos indiretos, a exemplo do aluguel do imóvel usado para prestar os serviços. Se a entidade adotar o método de custeio por absorção, custos dessa natureza:

- (A) devem ser acumulados como ajustes de avaliação patrimonial;
- (B) devem ser tratados como despesa do período quando incorridos;
- (C) podem ser alocados a partir da definição de critérios de rateio;
- (D) quando incorridos, reduzem a margem de contribuição individual;
- (E) são acumulados da mesma forma que no método de custeio variável.

LETRA C

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental

73

Ao considerar a estruturação de um sistema de controle de custos em uma entidade pública prestadora de serviços, à luz das normas de referência, gastos como energia elétrica, depreciação, aluguel, internet e salários, incorridos ao longo do exercício, devem ser considerados:

- (A) custos indiretos;
- (B) custos operacionais;
- (C) despesas administrativas;
- (D) despesas correntes;
- (E) gastos pré-operacionais.

LETRA B

### FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Ciências Contábeis

**36**

De acordo com a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua.

Assinale a opção que indica um caso em que o sistema por ordem é mais apropriado para o tratamento dos custos em uma entidade de ensino do setor público.

- (A) Obras e benfeitoriais.
- (B) Transporte de alunos.
- (C) Salários de funcionários.
- (D) Manutenção do sistema de refrigeração.
- (E) Material de informática de computadores.

LETRA A

**37**

Relacione os atributos da informação de custos com suas respectivas definições:

1. Valor social
2. Granularidade
3. Especificidade
4. Adaptabilidade

- ( ) ser elaborada de acordo com a finalidade específica pretendida pelos usuários.
- ( ) proporcionar maior transparência e evidenciação do uso dos recursos públicos.
- ( ) ser capaz de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, mediante a geração de diferentes relatórios, sem perder o atributo da comparabilidade.
- ( ) permitir o detalhamento das informações em razão das diferentes expectativas e necessidades informacionais das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários.

Assinale a alternativa que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- (A) 1, 3, 2, 4.
- (B) 1, 3, 4, 2.
- (C) 3, 1, 2, 4.
- (D) 3, 4, 2, 1.
- (E) 1, 4, 3, 2.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**60**

Uma entidade que deseja gerar informações de custos para a sua gestão precisa adotar um sistema de acumulação que corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos.

No caso de a entidade precisar de um sistema que compreenda especificações predeterminadas do serviço demandado, deve adotar o sistema de custeio:

- (A) baseado em atividade;
- (B) de acumulação contínua;
- (C) pleno ou variável;
- (D) por absorção ou direto;
- (E) por ordem de serviço ou produção.

LETRA E

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Nível Superior**

**54**

Nas suas atividades operacionais, com ênfase em prestação de serviços, uma entidade pública incorre em um volume relevante de custos que não podem ser identificados diretamente ao objeto do custo.

Nesses casos, para fins de registros contábeis, tais custos:

- (A) são reconhecidos diretamente no resultado do período;
- (B) não afetam a avaliação do desempenho operacional da entidade;
- (C) não devem ser considerados no desempenho de centros de responsabilidade;
- (D) podem ser apropriados por meio de direcionadores de custos;
- (E) devem ser controlados a partir da estrutura de custeio padrão.

LETRA D

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**60**

No processo de adoção do sistema de informação de custos, uma entidade pública definiu que precisa implantar um método de custeio que lhe permita alocar os seus custos fixos incorridos ao longo do exercício, que são muito significativos, aos centros de custos.

Um dos métodos que se recomenda nesse caso é o custeio:

- (A) padrão;
- (B) pleno;
- (C) por absorção;
- (D) por ordem de serviço;
- (E) variável.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-ES 2022 – Cargo: Consultor do Tesouro Estadual - Ciências Contábeis – Tipo 1**

**27**

De acordo com a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, entre as características e os atributos da informação de custos, aquela segundo a qual a informação deve ser detalhada em razão das diferentes expectativas e necessidades informacionais das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários é

- (A) a adaptabilidade.
- (B) a granularidade.
- (C) a especificidade.



- (D) a fidedignidade.
- (E) o valor social.

LETRA A

**28**

Uma entidade do setor público adquiriu computadores a serem utilizados em suas atividades, para pagamento em três meses.

O fato pode ser classificado, de acordo com a terminologia de custos, como

- (A) desembolso.
- (B) despesa.
- (C) investimento.
- (D) custo fixo.
- (E) custo operacional.

LETRA C

**FGV/SEFAZ-AM 2022 – Cargo: Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual – Prova 2**

**28**

De acordo com a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, denomina-se objeto de custo a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos.

Os principais objetos de custos são identificados a partir de informações dos subsistemas

- (A) orçamentário e monetário.
- (B) orçamentário e patrimonial.
- (C) monetário e patrimonial.
- (D) financeiro e econômico.
- (E) econômico e patrimonial.

LETRA B

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**64**

Uma entidade pública lançou um novo serviço para a comunidade em decorrência de demandas criadas pelo enfrentamento de uma epidemia, que se estendeu por dois anos. A entidade orçou inicialmente o custo do serviço em R\$ 14,30 por atendimento, mas logo nos primeiros meses precisou ajustar para R\$ 16,70, em decorrência da alta nos preços dos insumos, porém, ao final dos dois anos, os documentos e registros da execução do serviço apontaram um custo de R\$ 18,35 por atendimento realizado.

De acordo com a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público, esse último valor corresponde ao conceito de:

- (A) custo controlável;
- (B) custo de oportunidade;
- (C) custo operacional;
- (D) custo padrão;
- (E) custos reais.

LETRA E

**FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**78**

A informação de custos no setor público tem o objetivo de apoiar a tomada de decisões e a prestação de contas, com vistas a contribuir para medição e avaliação da qualidade do gasto na administração pública. Porém, a efetiva adoção das informações de custos no setor público apresenta uma série de desafios que requerem etapas bem definidas.

O Manual de Informações de Custos do Governo Federal apresenta um fluxo para o desenvolvimento de um modelo de custos personalizado.

Uma das atividades desse fluxo é construir a modelagem de mensuração sobre o tripé “sistema de custeio, sistema de acumulação e método de custeio”, que se insere na etapa de:

- (A) gestão;
- (B) controle;
- (C) estruturação;
- (D) implantação;
- (E) planejamento.

LETRA D

**FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ 2022 – Cargo: Contador Legislativo**

**36**

De acordo com a NBC T 16.11- Subsistema de Informação de Custos do Setor Público, o método de custeio está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado.

Entre os métodos apresentados, o custeio pleno consiste na

- (A) apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços.
- (B) apropriação dos custos variáveis aos produtos e serviços e consideração dos custos fixos como despesa do período.
- (C) alocação de todos os custos diretamente a todos os objetos de custeio sem rateios ou apropriações.
- (D) consideração de que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos.
- (E) relação estabelecida entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.

LETRA A

**37**

De acordo com a NBC T 16.11- Subsistema de Informação de Custos do Setor Público, a informação de custos deve proporcionar maior transparência e evidenciação do uso dos recursos públicos.

Essa característica diz respeito à aplicação do seguinte atributo da informação de custos:

- (A) Utilidade.
- (B) Oportunidade.
- (C) Valor social.
- (D) Fidedignidade.

(E) Adaptabilidade.

LETRA C

**FGV/CGU 2022 – Cargo: AFFC – Contabilidade Pública e Finanças**

**59**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um instrumento relevante de transparência na gestão fiscal e deve ser elaborado e analisado cuidadosamente para dar suporte a decisões de gestores e agentes de controle.

Um dos anexos do RGF tem o objetivo de assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo ente federativo, além de verificar os limites fiscais aplicáveis.

Ao analisar a adequação do conteúdo do Demonstrativo das Operações de Crédito de um ente federativo, um agente de controle deve considerar que:

- (A) as operações de crédito e as operações a elas equiparadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) podem transcender a anualidade do orçamento público;
- (B) as operações de crédito por antecipação de receita (ARO) são suprimidas do demonstrativo de operações de crédito;
- (C) o demonstrativo se restringe às operações de crédito realizadas pelo ente que envolverem o ingresso de receitas orçamentárias nos cofres públicos;
- (D) os valores relativos ao reconhecimento ou à confissão de dívidas não se equiparam a operações de crédito para fins de cumprimento de limite;
- (E) todas as operações de crédito evidenciadas no demonstrativo são computadas para apuração dos limites de operações de crédito.

LETRA A

**FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**45**

Com os avanços em termos da adoção de uma efetiva gestão de custos nas entidades da administração pública, o uso dos chamados indicadores de desempenho de custos se tornou mais recorrente.

Os profissionais que atuam na área de gestão de custos devem considerar algumas ponderações quanto à compreensão desses indicadores, entre as quais destaca-se que:

- (A) alterações em produtos ou unidades de medidas das ações não comprometem a análise comparativa temporal;
- (B) avaliações qualitativas são consideradas nos resultados dos indicadores;
- (C) os indicadores baseados nos relatórios de custos são complementares e não devem ser analisados isoladamente;
- (D) os indicadores consideram limitações decorrentes de efeitos de fatores externos sobre o desempenho dos programas governamentais;
- (E) os resultados dos indicadores devem ser apresentados em unidades específicas e não classificados em faixas de atingimento.

LETRA C

**FGV - 2019 - DPE-RJ - Técnico Superior Especializado - Ciências Contábeis**

Na implantação do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público, um elemento importante a ser definido é o método de custeio, que se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado.

Acerca da definição do método de custeio, a NBC T 16.11 dispõe que a entidade:

- A deve adotar apenas o custeio por absorção;
- B deve adotar apenas um método para todos os produtos e serviços;
- C pode adotar apenas o custeio por absorção ou o custeio direto;
- D pode adotar apenas o custeio por absorção ou o custeio baseado em atividade;
- E pode adotar mais de um método de custeio, a partir das características dos objetos de custeio.

LETRA E

#### **FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo - Contabilidade**

A NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público, define os atributos da informação de custos.

Assinale a opção correta em relação a esses atributos.

- A A informação, de acordo com o valor social, deve ser útil à gestão tendo sua relação custo/benefício sempre positiva.
- B A informação, de acordo com sua fidedignidade, deve ser elaborada de acordo com a finalidade específica pretendida pelos usuários.
- C A informação, de acordo com sua utilidade, deve proporcionar maior transparência e evidenciar o uso dos recursos públicos.
- D O sistema, de acordo com a granularidade, deve ser capaz de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, mediante a geração de diferentes relatórios, sem perder o atributo da comparabilidade.
- E A informação, de acordo com a oportunidade, deve ser detalhada, em razão das diferentes expectativas e necessidades informacionais das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários.

LETRA D

#### **FGV - 2018 - AL-RO - Analista Legislativo - Contabilidade**

O Subsistema de Informação de Custos do Setor Público é apoiado em três elementos: sistema de acumulação; sistema de custeio e método de custeio.

O sistema de acumulação corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção.

Assinale a opção que indica o sistema mais adequado para tratamento dos custos de projetos como obras e benfeitorias.

- A Ordem de serviço ou produção.
- B Forma contínua.
- C Custeio direto.

- D Custeio por absorção.
- E Custeio por atividade.

LETRA A

**FGV - 2017 - Câmara de Salvador - BA**

Em um esforço para fornecer orientações para implantação de informação de custos nas atividades da administração pública, a Resolução CFC nº 1.366/2011 aprovou a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Para alocação dos custos indiretos, a NBC T 16.11 dispõe sobre critérios para distribuição de custos indiretos, de acordo com as características do objeto de custo. Entre os critérios sugeridos na NBC T 16.11, a distribuição dos custos de manutenção de armazenagem de estoque de materiais pode ser feita por:

- A área ou volume ocupado;
- B consumo de energia elétrica;
- C dotação planejada disponível;
- D mão de obra direta alocada;
- E número de servidores na unidade administrativa responsável.

LETRA A

## 19. MCASP – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**48**

A gratificação natalina e as férias remuneradas representam ao mesmo tempo um benefício para os servidores e uma obrigação para as entidades públicas. O MCASP os trata como exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência. Ao realizar os registros contábeis patrimoniais relativos a férias remuneradas, um servidor recentemente designado para a função ficou em dúvida quanto ao momento e à abrangência do registro e, após consultar um servidor mais experiente, este lhe esclareceu que:

- (A) a apropriação das férias deve ser feita mensalmente junto com encargos patronais incidentes;
- (B) a apropriação das férias deve ser feita mensalmente, mas os encargos patronais incidentes, somente no pagamento;
- (C) a apropriação das férias deve ser iniciada apenas quando solicitadas pelo servidor;
- (D) encargos patronais incidentes sobre férias devem ser lançados somente no final do exercício financeiro;
- (E) se um servidor for exonerado durante o exercício financeiro, o valor proporcional de férias apropriado deve ser estornado.

LETRA A

**FGV/CGM-RJ 2023 – Cargo: Contador**

**51**

Três Municípios com limites geográficos comuns firmaram uma parceria para gestão associada (consórcio público) de serviços de diagnóstico por imagem supridos pelos referidos entes, a partir da assinatura de um contrato de rateio em 02/01/20x3.

Para a regular condução da parceria, à luz das disposições do MCASP, os entes consorciados devem observar que:

- (A) o contrato de rateio deve prever somente transferências de recursos financeiros;
- (B) o contrato de rateio deve ser formalizado em cada exercício financeiro;
- (C) o prazo máximo de vigência do contrato de rateio é de dois anos;
- (D) os recursos para cobertura das despesas com transferências ao consórcio público não afetam o orçamento dos entes;
- (E) os serviços prestados pelo consórcio são de acesso exclusivo dos entes consorciados.

LETRA B

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

**57**

Duas entidades celebram um contrato de concessão de serviço público.

De acordo com o contrato, o parceiro privado deverá construir uma estrada e prestar os serviços de manutenção necessários para o seu bom funcionamento. Este será remunerado pela cobrança de pedágio dos usuários da estrada.

Por conta dos altos valores do pedágio, o parceiro público subsidia o projeto mediante contraprestação pública ao parceiro privado.

O contrato representa uma

- (A) parceria público-privada na modalidade concessão patrocinada.
- (B) parceria público-privada na modalidade concessão administrativa.
- (C) concessão comum na modalidade concessão de serviço público.
- (D) concessão comum na modalidade concessão de serviço público precedida de execução de obra pública.
- (E) concessão comum na modalidade concessão de bem público.

LETRA A

**58**

De acordo com o MCASP, os principais tipos de operações de crédito são empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil (*leasing*).

Assinale a opção que indica uma diferença entre empréstimos e financiamentos.

- (A) Nos empréstimos, os juros e os encargos são menores, enquanto nos financiamentos eles são maiores.
- (B) Os empréstimos são de longo prazo, enquanto os financiamentos são de curto/médio prazo.
- (C) Nos empréstimos, há uma análise mais detalhada para a liberação dos recursos, enquanto nos financiamentos, a liberação dos recursos é mais simples.
- (D) Os empréstimos têm como objetivo a contratação de um serviço, enquanto os financiamentos tem como objetivo a aquisição de um bem.
- (E) Os empréstimos não possuem finalidade específica, enquanto nos financiamentos, os recursos financeiros liberados devem ser usados com uma finalidade específica.

LETRA E

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**58**

Uma fonte relevante de recursos para os entes subnacionais são as receitas de transferências que, em geral, podem ser obrigatórias (por disposição constitucional ou legal) ou voluntárias e requerem procedimentos específicos para seu registro.

No reconhecimento de receitas de transferências voluntárias:

- (A) deve-se evitar que haja impacto na apuração do superávit financeiro do ente receptor;
- (B) o ente transferidor deve reconhecer a obrigação na abertura das dotações orçamentárias;
- (C) o ente receptor deve reconhecer um direito a receber (ativo) no momento da arrecadação pelo ente transferidor;
- (D) o ente receptor deve registrar a receita orçamentária apenas no momento da efetiva transferência financeira;
- (E) o ente receptor deverá efetuar a baixa do direito a receber (ativo) em contrapartida do ingresso no banco.

LETRA D

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos. O contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos para a realização das despesas do consórcio público.

Considere os seguintes recursos:

- I. tarifas e outros preços públicos;
- II. recursos oriundos de operações de crédito;
- III. bens móveis ou imóveis recebidos em doação;
- IV. recursos financeiros transferidos pelos entes consorciados;
- V. subvenções econômicas de órgãos do governo não consorciados.

De acordo com as disposições do MCASP, constituem recursos dos consórcios públicos somente:

- A I, II e III;
- B I, IV e V;
- C I, III, IV e V;
- D II, III e V;
- E III, IV e V.

LETRA C

**FGV - 2017 - IBGE - Analista Censitário - Ciências Contábeis**

As transferências intergovernamentais compreendem a entrega de recursos de um ente transferidor a outro denominado recebedor. O adequado registro dessas transferências evita a dupla contagem e favorece o controle dos recursos públicos.

A partir das disposições do MCASP para o registro de transferências intergovernamentais, é correto afirmar que:

- A as transferências voluntárias devem ser registradas como receitas de capital pelo ente recebedor;
- B as transferências voluntárias devem ser contabilizadas pelo ente transferidor sempre como dedução de receita;
- C as transferências obrigatórias devem ser contabilizadas pelo ente transferidor sempre como despesa;
- D nas transferências voluntárias ocorridas no âmbito do orçamento do ente transferidor, a obrigação é reconhecida no momento da arrecadação;
- E nas transferências obrigatórias, o ente recebedor deve registrar um direito a receber no momento da arrecadação pelo ente transferidor.

LETRA E



## 20. LRF – Demonstrativos Fiscais (RREO e RGF)

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Contábeis

73

Um analista contábil estava desempenhando uma atividade de análise e conferência do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de um ente estadual antes do envio para o órgão de controle e publicação oficial. Ao avaliar o anexo referente ao Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) do terceiro bimestre do exercício, o analista encontrou uma inconsistência que precisa ser corrigida à luz das orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Uma possível inconsistência na apuração da RCL apontada no MDF refere-se à:

- (A) ausência das contribuições para o PIS/Pasep no rol de deduções;
- (B) ausência de informações sobre a previsão do desempenho da RCL no exercício;
- (C) exclusão das receitas intraorçamentárias (contrapartida da modalidade 91) por caracterizarem duplicidades;
- (D) inclusão de receitas arrecadadas nos últimos seis meses do exercício anterior;
- (E) omissão de receitas arrecadadas por meio de convênio, destinadas à aquisição de equipamentos permanentes.

LETRA B

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Auditoria Governamental

70

Um dos instrumentos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para dar visibilidade e possibilitar o acompanhamento da gestão fiscal de todos os entes públicos foi o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), cuja estrutura possibilita verificar:

- (A) a apuração da receita corrente líquida ao longo do exercício;
- (B) a apuração do montante do déficit ou superávit previdenciário;
- (C) o valor das despesas com juros da dívida inscritas em restos a pagar;
- (D) o montante das disponibilidades de caixa no encerramento do exercício;
- (E) os valores dos resultados nominal e primário ao final do exercício de referência.

LETRA D

### FGV/TCE-ES 2023 – Cargo: Auditor de Controle Externo (ACE) – Ciências Atuariais

80

Como anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do último bimestre do exercício financeiro, o ente da Federação que mantiver Regime Próprio de Previdência dos Servidores deverá elaborar o demonstrativo de projeção atuarial do Regime de Previdência. Esse demonstrativo:

- (A) apresentará projeções relativas a um período mínimo de cinquenta anos, contados a partir do encerramento do exercício;
- (B) deverá subsidiar o reconhecimento de variação patrimonial diminutiva em exercícios de resultado deficitário;

- (C) evidenciará projeções do resultado previdenciário e do saldo financeiro de cada exercício;
- (D) não deve incluir receitas e despesas intraorçamentárias para fins de apuração da projeção atuarial;
- (E) será acompanhado de quadro auxiliar com indicação de fontes de financiamento nos anos com projeção de déficit.

LETRA C

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Área Administrativa - Sem Especialidade) - PROVA 1**

**50**

O Relatório de Gestão Fiscal, documento expressamente previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal com o propósito de aprimorar a transparência pública, deve ser elaborado por titulares dos Poderes e Órgãos Públicos em até 30 dias do fim de cada quadrimestre, contendo

- (A) o montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro, apresentado exclusivamente no relatório do último quadrimestre.
- (B) a apuração da receita corrente líquida, com especificação da sua evolução e previsão para os períodos subsequentes.
- (C) as despesas com juros nominais a serem pagas com anulação de dotações.
- (D) a variação patrimonial, por meio do destaque acerca da alienação de ativos e aplicação dos recursos derivados.
- (E) os resultados primário e operacional, descontando valores a título de gratificação e indenização.

LETRA A

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Nível Superior**

**49**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é exigido pela Constituição da República de 1988, e suas normas de elaboração e publicação são previstas na LRF. Ao elaborar o RREO, um ente público deve atentar que o relatório:

- (A) apresentará informações para acompanhamento dos limites de alerta e prudencial;
- (B) abrangerá os órgãos e entidades das administrações direta e indireta, de todos os poderes;
- (C) evidenciará a trajetória e o detalhamento da despesa total com pessoal;
- (D) poderá ser apresentado pelo modelo analítico ou pelo modelo sintético;
- (E) será publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.

LETRA B

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis**

**51**

Periodicamente os entes públicos precisam publicar relatórios para subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária e da gestão fiscal. Além de serem instrumentos de transparência, constituem subsídios para o controle social.

Se um agente da sociedade civil organizada desejar informações sobre o cumprimento das metas fiscais em um dado período, deverá consultar o anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) que versa sobre:

- (A) alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- (B) apuração da receita corrente líquida;
- (C) apuração dos resultados nominal e primário;
- (D) despesa com juros e refinanciamento da dívida;
- (E) restos a pagar e disponibilidade de caixa.

LETRA C

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

**65**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi previsto na LRF como um mecanismo para auxiliar no acompanhamento da gestão fiscal pelos poderes e órgãos da administração pública. Em relação à elaboração e publicação desse relatório, os tribunais de contas:

- (A) devem publicar apenas a versão simplificada do RGF ao final do exercício;
- (B) devem publicar o anexo relativo ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- (C) estão dispensados de publicar tal relatório, uma vez que não têm autonomia orçamentária;
- (D) devem elaborar o Demonstrativo da Dívida Consolidada, caso tenham contratado empréstimos para investimentos;
- (E) são considerados no RGF Consolidado elaborado pelo Poder Executivo.

LETRA B

#### **FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Analista Técnico – Ciências Contábeis**

**54**

Um dos anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária refere-se ao Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL).

Na elaboração desse anexo, os entes públicos devem observar que:

- (A) a apuração da RCL deverá ser apresentada para cada bimestre de referência e de forma cumulativa;
- (B) a RCL deve ser apurada individualmente para cada poder e órgão sujeitos a controle de limites fiscais;
- (C) a RCL que servirá de parâmetro para os limites do ente federativo deve ser apresentada pelo valor consolidado;
- (D) as receitas da compensação financeira entre os regimes de previdência não afetam o cálculo da RCL;
- (E) as receitas intraorçamentárias deverão ser consideradas no cálculo da RCL.

LETRA C

**55**

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um dos anexos do RGF e constitui uma versão simplificada deste relatório, sendo sua estrutura e composição definidas pelo Manual de Demonstrativos Fiscais.

A apresentação adequada desse anexo do RGF por um ente federativo levará em conta que:

- (A) o anexo deve conter informações sobre o cumprimento das metas de resultado primário e nominal;
- (B) o anexo deve identificar, no último quadrimestre, o valor dos restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício;
- (C) o anexo requer a identificação do valor de juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito;
- (D) sua elaboração é de competência exclusiva do Poder Executivo do ente;
- (E) sua elaboração é requerida apenas em referência ao último quadrimestre do exercício.

LETRA B

### **FGV/SEFAZ-BA 2022 – Cargo: Administração e Finanças – Tipo 1**

**64**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal deverá conter, entre outros,

- (A) as projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (B) o demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
- (C) as informações sobre apuração da receita corrente líquida, conforme definida na Lei, sua evolução e previsão de desempenho até o final do exercício.
- (D) o comparativo com os limites tratados pela Lei dos montantes relativos a despesa total com pessoal, dívidas consolidadas e mobiliárias, concessão de garantias e operações de crédito.
- (E) o balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte e as despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.

LETRA D

**65**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

O descumprimento do prazo previsto impedirá, até que a situação seja regularizada, que a entidade

- (A) contraia obrigações de despesa que não possam ser cumpridas integralmente com o saldo disponível em caixa.
- (B) receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, com exceção às destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.
- (C) receba empréstimos e financiamentos de agências de fomento, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

(D) realize aplicações da receita de capital derivada da alienação de bens para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

(E) realize transações com outras entidades do setor público relativas a venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

LETRA B

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Contabilidade**

**61**

A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que, ao final de cada quadrimestre, os titulares de Poderes e órgãos emitirão Relatório de Gestão Fiscal (RGF). No caso dos Ministérios Públicos Estaduais, o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) define a configuração dos demonstrativos anexos que devem compor o RGF em cada quadrimestre.

Tal configuração estabelece que o demonstrativo:

(A) da despesa com pessoal poderá ser publicado apenas no último quadrimestre se o limite prudencial não tiver sido ultrapassado;

(B) da execução dos restos a pagar deverá ser publicado em referência a todos os quadrimestres;

(C) das garantias e contragarantias é exigido se o órgão tiver concedido ou obtido tais benefícios;

(D) das operações de crédito deverá ser publicado se o órgão tiver realizado operações de crédito no exercício;

(E) simplificado do RGF é exigido apenas em referência ao último quadrimestre.

LETRA E

#### **FGV/MPE-SC 2022 – Cargo: Analista em Administração**

**76**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal traz uma série de informações que contribuem para o acompanhamento da gestão fiscal por parte dos gestores públicos e da sociedade em geral.

Uma informação que pode ser analisada no RGF faz referência a:

(A) desempenho dos resultados primário e nominal;

(B) impacto das alocações de recursos em funções estratégicas;

(C) sustentabilidade dos fundos previdenciários;

(D) trajetória de endividamento de curto e longo prazos do ente;

(E) variações patrimoniais relativas ao endividamento público.

LETRA D

#### **FGV/TCU 2022 – Cargo: AUFC**

**87**

Um dos demonstrativos constantes do Relatório Resumido da Execução Orçamentária refere-se à apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), que é um parâmetro usado como referência para definição da reserva de contingência e para acompanhamento dos limites fiscais, tais como despesa total com pessoal e endividamento.

Ao analisar o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida de um Estado da federação, por exemplo, um servidor da área de controle externo deve considerar que:

- (A) as receitas de transferências correntes são computadas de forma dedutiva;
- (B) as receitas provenientes da compensação financeira entre regimes previdenciários são computadas de forma aditiva;
- (C) as transferências da União relativas a emendas impositivas de bancada afetam a RCL para fins dos limites de endividamento;
- (D) as transferências da União relativas a emendas impositivas individuais afetam a RCL para fins do limite da despesa com pessoal;
- (E) os rendimentos de aplicação financeira referentes aos recursos do regime próprio de previdência social não afetam a RCL.

LETRA C

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Administração**

**51**

Os Tribunais de Justiça devem elaborar e publicar a cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), com informações definidas na Lei Complementar nº 101/2000.

A publicação do RGF de um Tribunal de Justiça relativo ao último quadrimestre do exercício financeiro deve apresentar informações sobre:

- (A) despesas com pessoal e execução de despesas por função;
- (B) despesas com pessoal e dívida consolidada;
- (C) disponibilidade de caixa e execução de despesas por função;
- (D) disponibilidade de caixa e restos a pagar;
- (E) receitas com alienação de ativos e restos a pagar.

LETRA D

#### **FGV/TJDFT 2022 – Cargo: Analista Judiciário - Contabilidade**

**40**

Um servidor do setor de informática de um ente público estava organizando os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do último bimestre do exercício para publicação no portal da transparência do ente.

Após a publicação dos anexos do RREO, foi detectado que o servidor cometeu um equívoco ao incluir um anexo em que constavam informações sobre:

- (A) parcerias público-privadas;
- (B) restos a pagar por poder e órgão;
- (C) receitas e despesas previdenciárias;
- (D) estimativa e compensação da renúncia de receita;
- (E) receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos.

LETRA D

**41**

Um dos anexos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) se refere ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.

Ao elaborar esse demonstrativo, quanto à apuração da dívida consolidada, um item que NÃO deve ser incluído na apuração é o montante relativo a:

- (A) renegociação de dívidas;
- (B) parcelamento de dívidas;
- (C) financiamentos externos;
- (D) dívida mobiliária e contratual;
- (E) apropriação de depósitos judiciais.

LETRA E

**FGV/TCE-AM 2021 – Auditor Técnico de Controle Externo – Área de Auditoria Governamental**

**50**

Para fins de elaboração do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL), que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos entes estaduais, os valores das transferências da União relativas às emendas impositivas individuais e de bancada devem ser:

- (A) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal;
- (B) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites de endividamento;
- (C) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal e de endividamento;
- (D) incluídos no cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal;
- (E) incluídos no cálculo da RCL para fins de limites de endividamento.

LETRA A

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

O Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal trata dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, e, entre os itens de divulgação obrigatória a cada quadrimestre pelo Poder Legislativo em meios eletrônicos de acesso público, encontra(m)-se:

- A parecer prévio sobre as contas;
- B planos orçamentários;
- C prestação de contas;
- D relatório de gestão fiscal;
- E relatório resumido da execução orçamentária.

LETRA D

**FGV - 2018 - Câmara de Salvador - BA - Analista Legislativo Municipal - Área de Controladoria**

O relatório de gestão fiscal contém anexos que propiciam o acompanhamento da gestão fiscal, a partir de limites de despesas legalmente estabelecidos, a saber:

- Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada

- Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
- Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito
- Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
- Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Tendo como referência o encerramento do exercício, o Poder Legislativo deve elaborar e divulgar o(s) anexo(s):

- A 1;
- B 1 e 5;
- C 1 e 6;
- D 1, 5 e 6;
- E 5 e 6.

LETRA D

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

A opção pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal é facultada

- A ao Distrito Federal.
- B aos Estados do Amapá e de Roraima.
- C aos Estados sob intervenção federal.
- D aos Municípios que não são capitais.
- E aos Municípios com população inferior à 50.000 habitantes.

LETRA E

**FGV - 2018 - Prefeitura de Niterói - RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Auditoria Governamental**

O Relatório de Gestão Fiscal é um dos instrumentos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para transparência da gestão fiscal.

Sobre o Relatório de Gestão Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- A É emitido anualmente.
- B É de acesso restrito para o público em geral.
- C É publicado até noventa dias após o encerramento do período a que corresponder.
- D Contém indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites estabelecidos.
- E Compara os limites de que trata a lei do montante da despesa total com pessoal, sem distinção entre inativos e pensionistas.

LETRA D

**FGV - 2017 - Prefeitura de Salvador - BA - Técnico de Nível Superior II - Administração**

Com referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.



- I. O Relatório de Gestão Fiscal deve ser emitido ao final de cada bimestre, contendo comparativos com os limites estabelecidos pela LRF.
- II. No último ano de mandato do Executivo é proibido realizar operação de crédito por antecipação de receita.
- III. No último ano de seu mandato é vedado ao titular de Poder contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.

Está correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B II, apenas.
- C III, apenas.
- D I e II, apenas.
- E I, II e III.

LETRA B

**FGV - 2017 - TRT - 12ª Região (SC) - Técnico Judiciário - Área Administrativa**

Entre os instrumentos de transparência fiscal previstos no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), órgãos do Poder Judiciário divulgarão obrigatoriamente:

- A planos e diretrizes orçamentárias;
- B parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas;
- C realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do orçamento do órgão;
- D Relatório de Gestão Fiscal;
- E Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

LETRA D

**FGV - 2017 - ALERJ - Especialista Legislativo - Ciências Contábeis**

Dentre as informações que devem ser geradas e disponibilizadas pelo Poder Legislativo em todos os entes governamentais está o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), previsto na LRF.

Considerando as disposições legais e normativas para elaboração do RGF, é correto afirmar que:

- A no primeiro e segundo quadrimestre, as assembleias legislativas publicarão somente o demonstrativo da despesa com pessoal e o demonstrativo simplificado do RGF;
- B no último quadrimestre, as informações fiscais do Poder Legislativo são publicadas apenas de forma consolidada com o Poder Executivo;
- C o anexo relativo ao demonstrativo da dívida consolidada será publicado pelos órgãos do Poder Legislativo apenas no último quadrimestre;
- D o anexo relativo ao demonstrativo da despesa com pessoal dos órgãos do Poder Legislativo será publicado em todos os quadrimestres;
- E o controle do limite de despesa com pessoal da assembleia legislativa e do tribunal de contas é realizado de forma consolidada.

LETRA D

### **FGV - 2016 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Administrativa**

A elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é obrigatória para todos os poderes e órgãos definidos pela LRF, porém o detalhamento e periodicidade podem diferir.

O único anexo do RGF que os ministérios públicos estaduais são obrigados a divulgar em referência ao primeiro quadrimestre do exercício é o demonstrativo:

- A da Despesa com Pessoal;
- B da Disponibilidade de Caixa;
- C da Receita Corrente Líquida;
- D das Operações de Crédito;
- E dos Restos a Pagar.

LETRA A

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas para a elaboração e divulgação de Relatório de Gestão Fiscal, pelos titulares. O Relatório de Gestão Fiscal deve:

- A abranger administração direta, autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, e também os consórcios públicos, que integram a administração indireta dos entes da Federação consorciados;
- B conter demonstrativos comparativos com os limites de que trata a LRF, referentes a despesa total com pessoal; dívida consolidada; concessão de garantias e contragarantias; resultado primário; e operações de crédito;
- C contemplar no último quadrimestre os demonstrativos do montante da disponibilidade de caixa e dos Restos a Pagar; e das parcerias público-privadas;
- D observar o limite prudencial estabelecido para o acompanhamento da despesa com pessoal, que representa 90 % do limite máximo legal;
- E assegurar a transparência da gestão fiscal excluindo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida valores não incluídos no conceito de dívida consolidada, como os precatórios anteriores a 05/05/2000.

LETRA A

### **FGV - 2015 - TJ-PI - Analista Judiciário - Auditor**

A Prefeitura de Semírades, devido a problemas estruturais em seu sistema informatizado, deixou de publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 3º bimestre de 2015. Na ausência de divulgação do RREO, o Município ficará proibido de:

- A estabelecer convênios com organizações sociais para ações de transporte público;
- B receber transferências constitucionais, exceto se relativas a ações de educação e saúde;
- C realizar concurso público;
- D contratar operação de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;
- E desafetar um imóvel público.

LETRA D

**FGV - 2015 - Prefeitura de Niterói - RJ - Contador**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina também a sua disponibilização ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, nos prazos legais. Esse relatório deve conter informações que auxiliem os órgãos de controle no acompanhamento da gestão fiscal. Um dos anexos que compõem o RGF evidencia informações sobre:

- A alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- B despesas previdenciárias do regime próprio de previdência dos servidores;
- C inscrição em restos a pagar;
- D parcerias público-privadas;
- E resultado nominal e primário.

LETRA C

**FGV - 2015 - TJ-RO - Contador**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) são as duas principais fontes para acompanhamento e controle da execução orçamentária e da gestão fiscal dos entes da federação. Constitui informação disponível nos anexos do RGF:

- A apuração da receita corrente líquida;
- B apuração do resultado primário;
- C restos a pagar por poder e órgão;
- D disponibilidade de caixa;
- E receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos.

LETRA D

**FGV - 2015 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Profissional de Nível Superior - Contador**

O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária.

Nele, os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária irão constar

- A nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.
- B nas receitas financeiras e nas despesas de custeio.
- C nas receitas de contribuições e nas despesas de custeio.
- D nas receitas financeiras e nas despesas financeiras.
- E nas receitas financeiras e nas despesas com amortização da dívida.

LETRA A

**FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Contabilidade - Reaplicação**

Informações relativas à inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas, das empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa e das não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados podem ser encontradas em um dos anexos dos relatórios fiscais, conforme orientações do Manual dos Demonstrativos Fiscais (Portaria STN nº 637/2012). O anexo que apresenta tais informações é o:

- A RREO - Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão;
- B RREO - Balanço Orçamentário;
- C RREO - Demonstrativo simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- D RGF - Demonstrativo dos restos a pagar;
- E RGF - Demonstrativo simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

LETRA D

#### **FGV - 2015 - TJ-SC - Analista Administrativo**

O Relatório de Gestão Fiscal é de elaboração obrigatória pelos Poderes e órgãos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), porém com diferenças na periodicidade de publicação dos anexos. No que tange à obrigatoriedade de relatórios a serem elaborados pelos órgãos do Poder Judiciário, o Manual de Demonstrativos Fiscais orienta que:

- A o Demonstrativo da Despesa com Pessoal é o único anexo obrigatório em todos os quadrimestres;
- B o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal são anexos obrigatórios em todos os quadrimestres;
- C o Demonstrativo da Despesa com Pessoal é obrigatório apenas no último quadrimestre;
- D o Demonstrativo da Dívida Consolidada é anexo obrigatório apenas no último quadrimestre;
- E o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal é obrigatório apenas para o Poder Executivo, que consolida todos os Poderes.

LETRA A

#### **FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Economia**

O Relatório de Gestão Fiscal é composto de anexos, com informações específicas, cujos modelos de elaboração são apresentados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF). De acordo com o MDF:

- A no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, o conceito de despesa com pessoal depende da natureza do vínculo empregatício;
- B o limite prudencial da despesa com pessoal no Poder Judiciário Estadual é 5,4% da Receita Corrente Líquida;
- C o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal informa o montante de inscrição em restos a pagar não processados do exercício;
- D os órgãos dos poder Judiciário publicam o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal em todos os quadrimestres;
- E o Demonstrativo da Dívida Consolidada é anexo obrigatório para os Poderes Executivo e Legislativo.

LETRA C

### **FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário - Economia**

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) tem o objetivo de dar transparência à gestão fiscal do titular do Poder/órgão realizada no período, principalmente por meio da verificação do cumprimento de limites. O MDF orienta que o RGF:

A deve ser elaborado e divulgado até 30 dias do encerramento de cada bimestre;

B abrangerá, em cada período, todos os poderes, de forma consolidada;

C contemplará as empresas estatais independentes;

D será apresentado em audiência pública ao final do exercício financeiro;

E tem preenchimento facultativo pela Defensoria Pública Estadual.

LETRA E

### **FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dispõe que, ao final de cada quadrimestre, os titulares de Poderes e órgãos emitirão Relatório de Gestão Fiscal.

O Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos abrange:

A as empresas públicas e sociedades de economia mista que recebam do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, ou de custeio em geral ou de capital;

B a administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes;

C na esfera federal: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas da União), o Poder Judiciário (incluído o Tribunal de Justiça do Distrito Federal), o Poder Executivo e o Ministério Público da União (incluído o Ministério Público do Distrito Federal);

D a Assembleia Legislativa e os Tribunais de Contas do Poder Legislativo Estadual;

E os Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e outros, quando houver.

LETRA B

### **FGV - 2014 - Câmara Municipal do Recife-PE - Consultor Legislativo - Área de Administração Pública, Tributação, Orçamento, Finanças e Desenvolvimento Econômico**

De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, a não divulgação do Relatório de Gestão Fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei, impede o Ente da Federação, até que a situação seja regularizada, de:

A contratar qualquer espécie de operação de crédito;

B obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

C receber empréstimos de agências oficiais de fomento;

D receber transferências tributárias constitucionais;

E receber transferências voluntárias.

LETRA E

**FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Especificamente, o RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento, por parte dos entes federativos, dos limites estabelecidos pela LRF: Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito.

Nesse âmbito, consórcios públicos devem dar ampla divulgação ao demonstrativo:

- A da disponibilidade de caixa e de restos a pagar;
- B da despesa com pessoal e com a concessão de garantias e contragarantias;
- C da dívida consolidada e da despesa com pessoal;
- D da disponibilidade de caixa e da despesa com pessoal;
- E da despesa com pessoal e de restos a pagar.

LETRA A

**FGV - 2014 - FUNARTE - Contador**

O Relatório de Gestão Fiscal, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ser publicado quadrimestralmente e deverá conter os demonstrativos com informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e contragarantias, bem como operações de crédito.

O Relatório do último quadrimestre ainda deve conter o(s) seguinte(s) demonstrativo(s) adicional(ais):

- A nenhum além dos já constantes dos outros quadrimestres;
- B montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
- C despesa com pessoal inativo;
- D despesas não computadas e despesa com pessoal inativo;
- E montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

LETRA E

**FGV - 2013 - MPE-MS - Técnico Administrativo**

O tipo de relatório exigido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar n. 101/00, com vistas a evidenciar a execução orçamentária por meio do acompanhamento de seus resultados bimestrais durante um exercício financeiro, é denominado.

- A resumido da execução orçamentária.
- B gestão fiscal.
- C balanço orçamentário.
- D balanço financeiro
- E variações orçamentárias.

LETRA A

**FGV - 2013 - INEA-RJ - Contador**

A LC 101/00 (LRF), em um dos seus pilares – Transparência e Controle, determina que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) devem ser periodicamente publicados e constar nas audiências públicas no Poder Legislativo, nos quais o Poder Executivo demonstrará e avaliará os cumprimentos das metas fiscais.

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, a periodicidade de levantamento do RREO e RGF e o limite mensal para cada audiência pública.

A Quadrimestral – bimestral – maio-setembro-fevereiro.

B Semestral – bimestral – maio-setembro-fevereiro.

C Bimestral – quadrimestral – fevereiro-maio-setembro.

D Quadrimestral – semestral – fevereiro-maio-setembro.

E Bimestral – quadrimestral – maio-setembro-fevereiro.

LETRA E

**FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

NÃO integra o relatório de gestão fiscal o demonstrativo de

A resultado nominal ou primário.

B despesa total com pessoal.

C dívidas consolidadas e mobiliárias

D concessão de garantias.

E operações de créditos.

LETRA A

**FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

NÃO integra o relatório de execução orçamentária, em nenhuma hipótese,

A restos a pagar.

B concessão de garantias.

C projeção atuarial do regime de previdência.

D variação patrimonial vencendo alienação de ativo e aplicação de recursos decorrentes dessa alienação.

E justificativa de limitação de empenho quando for o caso.

LETRA B

**FGV - 2011 - SEFAZ-RJ - Analista de Controle Interno - Prova 2**

O relatório resumido de execução orçamentária abrange diversos itens, listados nas alternativas a seguir, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

A Balanço orçamentário.

- B Demonstrativo de execução das receitas de grupo e natureza.
- C Demonstrativo de execução de despesas de função e subfunção.
- D Demonstrativo de apuração da receita corrente líquida.
- E Receitas e despesas previdenciárias.

LETRA B

**FGV - 2009 - SAD-PE - Analista de Controle Interno – Finanças Públicas**

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório da Gestão Fiscal conterà o comparativo com os seguintes montantes, à exceção de um. Assinale-o.

- A Despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
- B Dívidas consolidada e mobiliária.
- C Concessão de garantias.
- D Execução da receita e despesa orçamentária.
- E Operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

LETRA D



## 21. Tratamento Contábil de Impostos

**FGV/CGE-SC 2023 – Cargo: Auditor do Estado – Administração**

50

Com relação à dedução de receita orçamentária, considere os itens a seguir:

- I. Renúncia de receita orçamentária.
- II. Restituição de receitas recebidas a maior ou indevidamente.
- III. Recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente, de acordo com a legislação vigente.

No âmbito da administração pública, e salvo a existência de determinação legal contrária, a dedução de receita orçamentária é o procedimento padrão a ser usado em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

LETRA E

**FGV/TRT-13ª Região – PB 2022 – Cargo: Analista Judiciário (Contador) - PROVA 1**

60

Depois de reconhecidas as receitas orçamentárias, podem ocorrer fatos supervenientes que ensejem a necessidade de restituições.

No caso de restituição de receitas consideradas extintas, como a devolução de saldos de convênios, contratos e congêneres, quando a restituição for feita em exercício em que não houve transferência do respectivo convênio/contrato, a restituição deve ser contabilizada como

- (A) despesa extraorçamentária.
- (B) dedução de receita extraorçamentária.
- (C) despesa orçamentária.
- (D) dedução de receita orçamentária.
- (E) dedução de receita orçamentária até o limite do valor das transferências recebidas e despesa orçamentária o montante que ultrapassar o valor.

LETRA C

**FGV/TCE-TO 2022 – Cargo: Auditor de Controle Externo – Administração**

58

Uma fonte relevante de recursos para os entes subnacionais são as receitas de transferências que, em geral, podem ser obrigatórias (por disposição constitucional ou legal) ou voluntárias e requerem procedimentos específicos para seu registro.

No reconhecimento de receitas de transferências voluntárias:

- (A) deve-se evitar que haja impacto na apuração do superávit financeiro do ente recebedor;
- (B) o ente transferidor deve reconhecer a obrigação na abertura das dotações orçamentárias;
- (C) o ente recebedor deve reconhecer um direito a receber (ativo) no momento da arrecadação pelo ente transferidor;
- (D) o ente recebedor deve registrar a receita orçamentária apenas no momento da efetiva transferência financeira;
- (E) o ente recebedor deverá efetuar a baixa do direito a receber (ativo) em contrapartida do ingresso no banco.

LETRA D